

ONETE DA SILVA PODELESKI

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES
REMANESCENTES DO CONTESTADO: o caso da comunidade
de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina**

Florianópolis
2014

ONETE DA SILVA PODELESKI

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES
REMANESCENTES DO CONTESTADO: o caso da comunidade
de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, área de concentração “Desenvolvimento Rural e Sociedade”, linha de pesquisa “A Questão Fundiária no Brasil”, sob a orientação do Professor Doutor Valmir Luiz Stropasolas.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Podeleski, Onete da Silva
ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DE POPULAÇÕES
REMANESCENTES DO CONTESTADO: : o caso da comunidade de
Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina / Onete da Silva
Podeleski ; orientador, Valmir Luiz Stropasolas -
Florianópolis, SC, 2014.
157 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-
Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Remanescentes do Contestado. 3.
Reprodução Social. 4. Identidade . 5. Cidadania. I.
Stropasolas, Valmir Luiz. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas. III. Título.

“Estratégias de Reprodução Social de Populações Remanescentes do Contestado: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina”

Por

Onete da Silva Podeleski

Dissertação julgada adequada, em 09 de maio de 2014, e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, para obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas. Área de Concentração Desenvolvimento Rural e Sociedade, no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias/UFSC.



Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella (Coordenador do Programa)

Banca Examinadora:

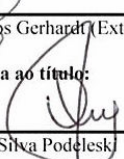

Dr. Valmir Luiz Stropassolas (Presidente /Orientador)


Dr. Oscar José Roizer (Titular/PGA-UFSC)


Dr. Fábio Luiz Burigo (Externo/DZDR-UFSC)


Dr. Marcos Gerhard (Externo/UPF/RS)

Candidata ao título:


Onete da Silva Podeleski

Florianópolis, 09 de maio de 2014.

*À minha família,
pelo apoio e incentivo
a sempre persistir e,
aos meus amigos e amigas
pelo carinho e apoio incondicional!¹*

¹ Contato: podeleski@hotmail.com

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Ao *Prof. Dr. Valmir Luiz Stropasolas* pela orientação e docência exemplar.

Às *instituições e programas* que contribuíram na pesquisa.

Ao *PROUNI e FUMDES*.

Aos amigos, *Matheus e Edson*, por mediarem à inserção em Taquaruçu.

À *comunidade de Taquaruçu* que me acolheu e com sabedoria, simplicidade e voluntariedade foram imprescindíveis na realização da minha pesquisa.

Aos *professores de História e Antropologia da UFSC* pelos ensinamentos, apoio e amizade contínuos.

Aos profissionais e amigos, *Samuel e Diego*, pelas críticas e infinitas conversas sobre o trabalho.

Enfim, muito obrigada a *todos* que, presencialmente ou à distância, compartilharam de mais essa etapa.

JUVENAR

Tá frio aqui
Tá muito poluído
Eu tô triste eu tô borrecido

Tá feio aqui
Tá muita poluição
Tá fedido
Fumaça de caminhão

Eu tô cansado da cidade
Eu quero ir pro mato
tem de tudo lá
porco galinha pato
tem carroça
tem cachorro
tem carro de boi
correguinho sempre tem

Juvenar Juvenar
Vem tirar o leite
São 6 horas da manhã
Juvenar Juvenar
Juvenar Juvenar

Música Juvenar. Disco “Estamos Adorando Tóquio”. Banda Karnak,
SP, 2000.

RESUMO

Muitos dos remanescentes do Contestado (1912-1916) sofreram com o desaparecimento de seus antepassados durante a guerra e, com o passar do tempo, também foram perdendo os espaços sociais em que se reproduziam os seus costumes tradicionais e onde expressavam a sua identidade cultural, processo que foi consequência de uma nova configuração nos sertões dessa região. Esse novo padrão territorial e social ocorreu a partir de um novo formato de apropriação da terra através da compra e venda, instituído pelo sistema de colonização. Este sistema acabou por desestruturar práticas culturais tais como a religiosidade popular, o cultivo agrícola coletivo, a criação de animais à solta e, conseqüentemente, muitas famílias de remanescentes não foram incluídos no modelo modernizador do campo, implantado na sociedade brasileira no século passado. Esta dissertação tem como objetivo geral analisar quais as principais estratégias de reprodução social que vem sendo mobilizadas por esse público e também, em que medida tem sido (re)definida a identidade de remanescentes do Movimento do Contestado, particularmente na população que atualmente vive na localidade de Taquaruçu, distrito do município de Fraiburgo, no Meio-Oeste de Santa Catarina. A partir de uma pesquisa qualitativa fez-se uma reconstrução, limitada, histórica da trajetória desses remanescentes, através da utilização de recursos metodológicos pautados na etnografia - mais precisamente a observação -, a descrição sistemática e as entrevistas semiestruturadas com famílias típicas dessa localidade, que vêm vivenciando o fenômeno estudado. Foram analisadas as expressões da reprodução social dos remanescentes da Guerra do Contestado que ainda tem sua moradia nessa comunidade, no intuito de verificar os principais fatores socioeconômicos e culturais que engendram essa reprodução e afetam sua identidade social. Desta maneira, observou-se que permanecem em situação de reprodução social limitada, em decorrência de sua dependência do trabalho como “diaristas”, na produção agrícola de terceiros. Com a pesquisa também se constatou a não inclusão desse público em políticas públicas essenciais e, além disso, foi possível verificar que o acesso à terra é extremamente precário. Esta tem sido reconhecida apenas para proporcionar moradia para as novas gerações, sem possibilidade de expansão para fins produtivos. Constata-se, igualmente, que a população de Taquaruçu se reproduz, ainda, sob uma identidade estigmatizada, que os limita ao acesso à cidadania plena, e restringe a sua emancipação e reconhecimento enquanto sujeitos sociais.

Palavras-chave: Remanescentes do Contestado. Reprodução social. Identidade. Cidadania.

ABSTRACT

Many of the remaining of the *Contestado* Movement (1912-1916) have suffered from the disappearance of his ancestors during that period and, in the course of time, the social spaces in which they reproduced their traditional customs and where they expressed their cultural identity were being losing, as a process resulting from a new configuration in the hinterlands of the region. This new territorial and social pattern have occurred from a new form of ownership of land through purchase and sale, established by colonization system. In this way, the system has deconstructed cultural practices such as popular religion, the collective agricultural cultivation, creating animals free of enclosure and, consequently, many of the remaining families were not being included in the model modernizer of the field, deployed in Brazilian society in the past century. This dissertation has the main purpose of analyzing what are the main strategies of social reproduction witch have been mobilized by this group and, also, in which way the identity of the remaining *Contestado* Movement has been (re) defined, particularly in the population localized at Taquaruçu, in the district of Fraiburgo, located in the Midwest of Santa Catarina. Starting at a qualitative study, a limited historical reconstruction of the trajectory of these remnants was taken using guided methodological resources in ethnography - more precisely the observation - the systematic description and semi structured interviews with typical families that location, which come experiencing the phenomenon studied. Expressions of social reproduction of the remnants of the *Contestado* Movement, which still have their homes in that community, have been analyzed in order to verify the main socioeconomic and cultural factors that engender this reproduction and affect their social identity. Thus, remain in a situation of social reproduction limited has been observed as result of its dependence on the work as "day laborers", of third parties in agricultural production. Through research, failures have been detected in the inclusion of the population in essential public policies and, in addition, the access to land has been extremely precarious. These dealings have been recognized just for providing housing for future generations without possibility of expansion for productive purposes. It is noted that, also, the population of Taquaruçu is still visible beneath a stigmatized identity where limits access to full citizenship, and restricts its freedom and recognition as social subjects.

Keywords: Remnants of *Contestado* Movement. Social reproduction.
Identity. Citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Fraiburgo (SC)	29
Figura 2 – Museu do Jagunço (Fraiburgo/SC)	59
Figura 3 – Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fraiburgo – Santa Catarina – Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total.....	41
Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados(as).....	53
Tabela 3 – Dados do Núcleo familiar “Palhano 1”	54
Tabela 4 – Dados do Núcleo familiar “Palhano 2”	55
Tabela 5 – Dados do Núcleo familiar “Almeida”	55
Tabela 6 – Dados do Núcleo familiar “Santos”	56

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Idade da população remanescente do Contestado (indivíduos x idade).....	45
--	----

LISTA DE SIGLAS

CadÚnico - Cadastro Único

CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CPTS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano-Municipal

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
INTRODUÇÃO	33
1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA COMUNIDADE DE TAQUARUÇU.....	41
2. OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA....	47
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS REMANESCENTES DO CONTESTADO EM TAQUARUÇU.....	53
2.2. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO.....	57
3. O CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS REMANESCENTES DO CONTESTADO.....	69
4. ELEMENTOS DE ETNICIDADE, PRÁTICAS CULTURAIS E SUA INFLUÊNCIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS DE REMANESCENTES PESQUISADAS.....	81
5. A IDENTIDADE DE REMANESCENTES: UM PROCESSO EM (RE)CONSTRUÇÃO.....	95
6. CABOCLOS E REMANESCENTES DO CONTESTADO: (DES)CONTINUIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES EM TORNO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA.....	107
7. MECANISMOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRODUÇÃO SOCIAL: DE REMANESCENTES DO CONTESTADO A CIDADÃOS DE PLENOS DIREITOS.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS:.....	141
APÊNDICE: Roteiro da entrevista.....	147
ANEXO A: Mapa Colonização de Santa Catarina.....	151
ANEXO B: Mapa de Circulação, Transporte e Mobilidade (Fraiburgo/SC).....	155

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo geral investigar quais têm sido as principais estratégias de reprodução social dos remanescentes do Movimento do Contestado (1912-1916), verificadas na população que atualmente vive na localidade de Taquaruçu, distrito do município de Fraiburgo, no Meio-Oeste de Santa Catarina.

Optou-se pelo recorte no município de Fraiburgo por ser Taquaruçu um ex-reduto do Movimento do Contestado, espaço com um contexto histórico em sua formação e ocupação que, desde muito cedo, já estava interligado às rotas dos tropeiros que faziam o trajeto São Paulo-Rio Grande do Sul (e vice-versa) durante o século XIX (BRANDT; NODARI, 2011, p. 82).

Com o advento da República (1889), as disputas pelas concessões de terras se agravaram, principalmente com a passagem do controle das posses do governo central para os estaduais. Isso permitiu o crescimento da grilagem² e a concentração de terras nas mãos dos coronéis do sertão catarinense. Outro agravante para o conflito foi a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande pela concessionária *Brazil Railway Company*, além de outras questões de ordem local e sociocultural³.

Nesse cenário do Oeste de Santa Catarina desenrolou-se o Movimento do Contestado, marcado pelo deslocamento de muitos peões, posseiros e trabalhadores da estrada de ferro para redutos, onde se instalaram em grupos. Dentre esses redutos, um dos mais expressivos foi o de Taquaruçu, principalmente por se tratar de um lugar estratégico, ou seja, o Meio-Oeste do estado, para onde, segundo apontavam os

² [grileiros] Estes últimos são “indivíduo(s) que procura(m) apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”. As ações conhecidas como grilagem não são recentes, constitui-se num processo histórico e secular de ocupação ilegal. [...] Por fim, é preciso também considerar que a grilagem não é somente um crime cometido contra o verdadeiro proprietário (seja um indivíduo, no caso de terras particulares invadidas, seja em áreas pertencentes ao Estado, no caso mais frequente de invasão de terras devolutas), mas é um crime cometido contra a nação (MOTTA, 2005, p. 238)”.

³ Para saber mais sobre a política local de “terras” ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. E sobre questões de ordem sociocultural, como o modo de criar animais à solta em “terras de criar” no oeste catarinense, ver: RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico do oeste catarinense. Ed. Grifos: Chapecó, 1997.

redutários, o monge João Maria - missionário e um dos líderes desse movimento -, iria reaparecer.

As terras destinadas à construção da estrada de ferro passaram por um profundo esquema de exploração e expropriação dos habitantes que ali se encontravam – posseiros, pequenos sítiantes, ervateiros e outros (MACHADO, 2007, p. 25) – que vinha se agravando por outros conflitos, como os embates pela posse da terra ou o controle da produção local. Ademais, a região estava afastada do poder estatal, localizado na costa litorânea, fato que deixava a região do Oeste catarinense sem a devida assistência do poder público.

Com as disputas territoriais por um lado, e o avanço da ferrovia pelo interior do Oeste catarinense por outro, muitos pequenos produtores, deslocados e desapropriados de suas terras, migraram com suas famílias para outros municípios. Esse processo gerou, em muitos casos, a sua marginalização social na própria localidade onde viviam. Neste quadro de acontecimentos é que ocorreu a formação de diversos redutos do Movimento do Contestado, dentre eles o de Taquaruçu, povoado do atual município de Fraiburgo, em Santa Catarina.

Figura 1 – Mapa de Fraiburgo (SC)



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índice de malhas digitais/ município. Município de Fraiburgo/SC. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2010/>. Acesso em: 15 Jan. 2014.

Após o término do conflito e com a nova redistribuição espacial, essa população foi alvo de certo descaso político, quadro que atualmente não se mostra diferente, como se verificará durante esse trabalho. Para saldar essa dívida social do Estado brasileiro com a população de remanescentes em questão, as políticas públicas voltadas para esta região deveriam reconhecer e valorizar as especificidades culturais destes grupos, pois expropriados de seu uso da terra “livre” ou de suas criações, as populações remanescentes do Movimento do Contestado se deslocaram para outros espaços e ainda hoje permanecem sem uma política agrária eficaz que minimize as consequências históricas decorrentes desse período. Consequências essas que vem se arrastando no decorrer do tempo neste ambiente rural. Certamente, isso é um problema recorrente em todo território brasileiro, a saber, a falta de alcance de políticas públicas e sociais para segmentos expressivos da população do campo. Pequenos proprietários, pequenos posseiros e

comunidades tradicionais historicamente se constituem como sujeitos que não obtiveram acesso à terra de maneira “oficial” ou aprovada pelo sistema vigente, o que lhes impede de acessar melhores condições para a reprodução social das famílias, especificamente as empobrecidas social e economicamente.

Segundo Bloemer (2009, p. 330), os caboclos que vivem no Oeste catarinense têm sua produção agrícola somente para a subsistência e não para se envolver com o mercado dos excedentes. Sendo assim, esta sobrevivência familiar tem que ser complementada por assalariamento, tanto rural quanto urbano, em determinados períodos do ano no intuito de garantir a sua reprodução social. Uma das adversidades à sua reprodução no meio rural é a limitação monetária. Por um lado, porque extrair de suas terras os dividendos para a sua sobrevivência em sua totalidade não é possível. Por outro lado, porque obter mais terras para poder aumentar a produção tem se revelado difícil, dentro da realidade que vivenciam.

Uma das consequências das dificuldades sofridas por essa população pode ser verificada ao se analisar os dados dos censos do IBGE. No caso de Fraiburgo, verifica-se que segundo os Censos Demográficos⁴ de 2000 e de 2010 houve uma variação na população rural de -19,96%. Já o Censo Agropecuário⁵ de 2006 demonstrou que esse município tinha 87,05% de seus estabelecimentos ocupados pela agricultura familiar, embora 74,94% da sua área estivessem concentradas na agricultura não familiar. Isso leva a perceber que na prática da agricultura não familiar há maior utilização de área no município. Para termos uma melhor ideia do quadro, os dados do estado de Santa Catarina, apresentam apenas 56,21% de área sendo de agricultura não familiar. Já os estabelecimentos agropecuários de até 20

⁴ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000:** amostra – características gerais da população. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000cgp.asp?o=27&i=P>>. Acesso em: 13 set. 2013 e IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010:** resultados do universo – características da população e dos domicílios. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3175&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

⁵ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006:** médio produtor – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMAPA.asp>>. Acesso em: 13 set. 2013.

hectares, em Fraiburgo, somam 71,59% do total, o que leva a concluir que no conjunto destas pequenas áreas não se consegue fortalecer estratégias de permanência familiar visando à reprodução social e econômica dessa população. E, ainda, ao contemplar uma abertura de análise de dados junto ao IDH-M⁶, o município de Fraiburgo se encontra numa posição mediana. Ao apresentar o índice de 0,731 aparentemente demonstraria um equilíbrio social. No entanto, ainda é muito desequilibrado internamente, pois apresenta um nível abaixo do desejado para parcela expressiva da população, especialmente as famílias de remanescentes apesar de ser uma região onde se tem um crescimento econômico destacável, principalmente em decorrência da monocultura da maçã, uma vez que é o maior município produtor da fruta há vários anos, em Santa Catarina.

Neste contexto, aprofundar a discussão em torno do (re)conhecimento socioeconômico da população remanescente do Contestado de Taquaruçu, através do cruzamento das análises de determinados contextos históricos com os dados sobre a migração dos desapropriados de suas posses durante o Movimento do Contestado, pode contribuir para que se lancem novos olhares sobre a problemática abordada nesta pesquisa.

⁶ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/fraiburgo_sc>. Acesso em: 12 dez. 2013.

INTRODUÇÃO

A motivação para pesquisar os remanescentes do Movimento do Contestado em Taquaruçu advém do prévio contato com a temática durante a graduação em História, na qual o tema da terra, no século XIX, fez parte da pesquisa de conclusão de curso. Não houve, no entanto, naquele momento, aprofundamento sobre as questões do Contestado.

Apesar dessa falta de aprofundamento, o contato com tal tema suscitou o questionamento sobre o porquê de até hoje existirem estudos sobre esse movimento, historicamente reconhecido, sem que, contudo, estes remanescentes tivessem seus problemas minimizados por meio de políticas públicas ou sociais, devido à dificuldade de acesso à terra e a bens culturais. Pois, como é sabido, em Taquaruçu muitos dos trabalhadores sazonais não têm uma produção agrícola para própria subsistência familiar (MACHADO, 2007, p. 41). Assim, oferecem sua mão-de-obra a terceiros para complementar a renda. Para isso, deslocam-se nos períodos de plantação e colheita para a produção de alho e cebola, principalmente, trabalhando como boias-frias na comunidade local e, não mais para maçã como já houvera ocorrido em outros tempos.

Diante dessa situação, pode-se constatar que as atuais políticas públicas para o meio rural ainda não alcançam toda a população. E os indivíduos que formam esse grupo, não são reconhecidos como pessoas que foram “retiradas” de suas origens culturais e sociais e que precisaram buscar a sua reprodução social através da venda da força de trabalho, já que o acesso à propriedade da terra, em sua maioria, tem se encontrado limitada a apenas moradia das gerações. Ressaltando-se ser a propriedade da terra uma ferramenta de acesso ao apoio de programas do governo, tal grupo fica cada vez mais prejudicado na sua reprodução no meio rural, visto que essa posse de terra, para eles, não existe na sua plenitude.

No processo de migração, questões referentes ao modo de ocupação dos espaços também se tornaram relevantes à medida que determinados grupos de povoações se instalam em determinado espaço, muitas vezes, de forma desordenada e sem considerar os impactos ambientais. Sendo assim, esta pesquisa se justifica, pois ao estudar as estratégias de reprodução social desses remanescentes, a análise aqui empreendida perpassará essa questão do espaço e, consequentemente, trará à tona outras questões determinantes na reprodução social, como o

acesso aos meios de produção, trabalho informal e (re)construção da identidade.

Além disso, populações rurais, comparando as ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto “membros” de um movimento social⁷, conseguiram manter, ao longo do tempo, experiências sociais referenciais identitárias ao tentar guardar para si uma identidade própria, na medida em que há maior aproximação entre o grupo. Como será apontado abaixo, isso também vem acontecendo com a população de Taquaruçu, cuja percepção de remanescente do Movimento do Contestado nos dias atuais, lhes tem apresentado elementos identitários que lhes fornecem uma ideia de pertencimento a esse grupo.

Então, também se faz necessária para este estudo, a pesquisa sobre as estratégias de reconhecimento do seu pertencimento, pois ela pode colaborar em debates na busca de ferramentas de inserção dessas “categorias”, ou seja, grupos sociais remanescentes, como os remanescentes do Contestado em Taquaruçu, na esfera de reconhecimento em relação ao seu futuro. Tal visibilidade pode contribuir para fomentação de novas atitudes diante das políticas públicas e/ou sociais para uma população que vive em condições de marginalização no meio rural.

Essa marginalização, num primeiro momento, precisa ser mediada pelo poder público, ao ampliar os direitos de cidadania desse grupo de Taquaruçu. Cidadania que Carvalho afirma ter variáveis complexas, talvez nunca chegando a sua plenitude, mas que está compreendida em “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos [...]”, critérios que “tem servido de parâmetro para o julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico (CARVALHO, 2013, p. 09)”.

No Brasil o processo de democratização prescreveu ao Estado como soberania, que Carvalho identifica como “estadania”, retardando o alcance de uma cidadania plena que teria como objetivo a diminuição das desigualdades da maioria da população, já que “liberdade ou voto” não significam desdobramentos “[...] como a segurança e o emprego” (CARVALHO, 2013, p. 08).

⁷ Atualmente, há vários acampamentos e assentamentos do MST na região (Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Campos Novos, Irani, Porto União, Canoinhas, Papanduva e Santa Cecília) que reivindicam para si o título de herdeiros da luta popular do Contestado (MACHADO, 2007, p. 40).

Nesse sentido, será considerada nesse trabalho, cidadania plena o “costume em desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos (CARVALHO, 2013, p. 09)”.

Como no Brasil se tem tratado com certo destaque os direitos sociais, inserir essa população remanescente do Contestado no acesso à terra no meio rural, com reprodução e/ou ressignificação de costumes e as práticas sociais é pertinente já que colabora com pesquisas acerca da pobreza rural. Uma vez que, esses remanescentes podem ser um estrato social, em alguns casos, classificado como inferior se comparado a um agricultor pobre, em virtude de que muitos são apenas prestadores de serviços na agricultura.

Desde o Brasil Colônia, a produção agrícola em larga escala sempre foi um dos principais eixos estruturantes do modelo de desenvolvimento econômico, principalmente com foco na exportação. Porém, com o passar do tempo estes espaços também começaram a se destacar pelas questões sociais, como, por exemplo, o empobrecimento das populações. Dentre as principais consequências da pobreza da população rural encontra-se a sua migração para cidade, pois essa população tem a esperança de que a cidade possa lhe dar melhores condições de vida.

No meio rural tem-se o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, bem como a existência de populações residentes e não residentes, como os sitiantes, além da diversidade étnica de composição da população entre negros, caboclos, índios, brancos, entre outros. Essas populações têm participado da construção e reprodução dos espaços rurais e acabam, por isso, contribuindo na reconfiguração dos espaços que se encontram, tanto no cotidiano de seu trabalho quanto no cotidiano das vivências sociais.

Essa pesquisa se dirige a um público diversificado do meio rural. Está delimitada na comunidade de Taquaruçu, onde se encontra parte dos remanescentes do Contestado, pois há outras regiões em Santa Catarina em que esses também estão presentes. Em Taquaruçu os remanescentes vivem atualmente com dificuldades de subsistência em seu território local, ocupando-se como boias-frias ou trabalhador diarista pela vizinhança. A outra parcela populacional de Taquaruçu, que compreende a “vizinhança” são, em sua maioria, descendentes de migrantes italianos, que embora não sejam objeto central desse trabalho, em alguns momentos também constituirão parte da análise.

Vale ressaltar que, para efeitos deste estudo, a denominação da população como “cabocla” ou “remanescente” não se refere, apenas, ao seu pertencimento étnico⁸, às diferentes etnias na sua formação, mas, sobretudo, ao compartilhamento de sua etnicidade, aqui delimitados como “[...] os habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural” (MACHADO, 2007, p. 48, cf. nota 3). Contudo, não podemos deixar de apontar que na historiografia, em sua maioria, apresenta o caboclo como “[...] descendente de índios, portugueses pobres e africanos” (ZARTH, 2002, p. 172). Diante dessa complexidade que se apresenta ao tratar de etnicidade, será dada como categoria de análise a nomenclatura de “remanescentes do Contestado” a partir do resultado do trabalho de campo, tratando-os aqui também somente como “**remanescentes**”.

Portanto, ao tomar a população remanescente do Contestado como sujeito social principal deste estudo, o propósito do estudo foi identificar as principais estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos remanescentes do Contestado nas suas atividades do cotidiano, próprias de uma sociedade camponesa e, além disso, investigar como, ao longo dos tempos, o grupo social em questão tem produzido e se reproduzido na sociedade em que se encontra. Segundo Yazbek (2009, p. 03), a abordagem teórica da “reprodução social” é assim caracterizada:

Na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social.

Essa reprodução, dos remanescentes em Taquaruçu, ainda em torno de 1939, permanecia no descaso diante das tomadas de decisões políticas, pois o Estado seguia com a venda de terras a novos

⁸ Sobretudo pela sua miscigenação, os caboclos não apresentam, nos termos de referência acionados pelos colonizadores, uma específica e definida nacionalidade anterior, sendo então considerados, assim como os próprios negros, “sem origem” e portanto sem suporte legal para reivindicar terras (LEITE, 1990, p. 03).

colonizadores de origem italiana⁹, mesmo após os embates das contestações durante o Movimento. Isso tanto caracteriza o não reconhecimento dos remanescentes que ali estavam bem como a negação de redistribuição “mais” igualitária do espaço territorial entre os moradores locais com suas famílias, sobretudo os originários do reduto do Contestado.

Neste recorte, ou seja, acerca dos remanescentes do Movimento do Contestado em Taquaruçu, tem-se como eixo norteador do estudo o conhecimento desses atores que até hoje compõem essa comunidade. Essas informações foram obtidas pelos relatos dos atuais moradores, por meio de entrevistas e trabalho de campo etnográfico. Tais narrativas trouxeram elementos importantes acerca das práticas sociais e formas de organização nestes espaços de reduto do Contestado e mostraram como estão sendo reproduzidas suas relações internas e externas, com a vizinhança.

Estas relações internas de um grupo bem como suas relações sociais externas ao seu núcleo também fazem parte da construção e reconstrução de sua identidade. Tais relações em contato com o espaço em que se encontram, a partir de determinadas transformações sociais, refletem na formação e reflexão da própria identidade dos sujeitos ativos, ainda que limitados em sua atuação social.

Esta reflexão forjou um grupo que construiu a identidade por questões sociais e, não ou somente, por laços genéticos e/ou parentesco em uma mesma família, os quais se identificam com a história dos antepassados envolvidos na Guerra do Contestado e não como caboclos como os “outros” os veem. Neste processo de construção podem-se observar oscilações entre aproximação ou distanciamentos do grupo. Neste sentido, de acordo com Stuart Hall (2011, p. 12), “a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” - entre o mundo pessoal e o mundo público”.

Compreender essa constituição identitária no espaço que ocupam é bem mais que descrevê-los: é aproximar-se das contradições vivenciadas no cotidiano, buscar dar luz a algumas complexidades que podem permitir à sociedade reelaborar seus conceitos e pré-conceitos referentes aos remanescentes do Contestado.

⁹ Para saber mais ver: BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC: do Contestado à colonização.** 2007. 310p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

A partir da aproximação com o campo de pesquisa, na contemporaneidade, instiga-se um novo questionamento que se buscará elucidar: existem condições para que essa população assuma sua identidade de remanescente e reelabore, com plenitude, um status de afirmação, diante de sua história, e de seu status de camponeses, em um espaço sem acesso à políticas elementares como saúde, transporte e terra?

A partir da abordagem da problemática da pesquisa, formulou-se a seguinte questão norteadora: Em que medida os integrantes dessa população se reconhece e afirma a identidade de remanescentes do Contestado, num contexto em que vivenciam enormes dificuldades para a sua reprodução social? Os fundamentos que compõem a análise dessa questão serão apresentados e discutidos nos capítulos que se seguem, os quais estão assim distribuídos:

Capítulo 1 – Caracterização socioespacial da Comunidade de Taquaruçu: Este capítulo busca dar um panorama de aspectos sociais e econômicos da comunidade de Taquaruçu.

Capítulo 2 – Operacionalização Metodológica da Pesquisa: Concentra panorama das escolhas metodológicas, trazendo aspectos do perfil do público alvo da pesquisa e reflexões do trabalho de campo.

Capítulo 3 – O contexto histórico e suas implicações na reprodução social dos remanescentes do Contestado: Apresenta a configuração histórica do Oeste de Santa Catarina, principalmente nos aspectos econômicos de ocupação territorial, onde a Guerra do Contestado se instaurou.

Capítulo 4 – Elementos de etnicidade, práticas culturais e sua influência na reprodução social das famílias remanescentes pesquisadas: A partir de dados do trabalho de campo traz-se a reflexão em torno do resgate de algumas práticas socioculturais que ainda permanecem entre os remanescentes, continuidades de seus antepassados, as quais permeiam a sua reprodução social.

Capítulo 5 – A identidade de “remanescentes”: um processo em (re)construção: Esse capítulo analisa as relações sociais, internas e externas ao grupo remanescente, as quais estão implicadas na sua configuração identitária e tem perpassado gerações.

Capítulo 6 – Caboclos e Remanescentes do Contestado: (des) continuidades e ressignificações em torno de uma identidade coletiva: Aborda-se a categoria “caboclo” enquanto permeada pelo processo histórico de exclusão de um grupo social e a configuração em torno da noção de “remanescentes”, instrumento identitário para o acesso ao reconhecimento social inclusivo.

Capítulo 7 – Mecanismos legais, políticas públicas e reprodução social: De remanescentes do Contestado a cidadãos de plenos direitos: Busca contemplar alguns mecanismos e políticas existentes atualmente na sociedade brasileira, que podem contribuir para a ascensão dos remanescentes como uma população incluída socialmente e com acesso aos direitos de plena cidadania.

E por fim, as considerações finais, que tratam das principais ponderações da dissertação, com a sistematização de uma reflexão conclusiva com proposições em favor do reconhecimento social da população pesquisada.

1. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA COMUNIDADE DE TAQUARUÇU

Toda a comunidade de Taquaruçu é essencialmente rural, sendo possível observar a predominância da agricultura familiar em propriedades com extensões que variam entre 9 e 30 hectares¹⁰. Nesse sentido foi observado que o município tem como característica predominante o minifúndio, mesmo que não somente ocupados pela agricultura familiar.

Tabela 1 – Fraiburgo – Santa Catarina – Estabelecimentos Agropecuários e Grupos de Área Total

Município	Total	Produtor sem área		Até 10ha		De 10 a 20ha	
		Qtd	%	Qtd	%		
Fraiburgo	757	1	0,13	278	36,72	263	34,74

De 20 a 50ha		De 50 a 100ha		De 100 a 500ha		Mais de 500ha	
Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
131	17,31	41	5,42	37	4,89	6	0,79

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006:** médio produtor – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMAPA.asp>>. Acesso em: Fev. 2014. Elaboração: Própria autora.

O perfil do município aponta cerca de 71% dos estabelecimentos concentrados em até 20 hectares, número que também foi constatado através das falas dos entrevistados remanescentes do Contestado. No entanto, essa variação difere parcialmente da situação dos descendentes de migrantes italianos, que concentram sua produção em áreas de 9 a 30 hectares, como já mencionado. O histórico desse perfil de propriedade se afirma desde o término do Movimento do Contestado em 1916, quando lotes de terras foram adquiridos por famílias descendentes de imigrantes, as quais vieram se estabelecer em Santa Catarina. De acordo com os relatos no trabalho de campo, muitos migraram do Rio Grande do Sul em busca de terras para formação de novos núcleos familiares.

¹⁰ Trabalho de campo. Taquaruçu, julho 2013.

Essas famílias – descendentes de imigrantes e outras – sobreviventes do Contestado, com o passar do tempo, foram transferindo a propriedade de geração em geração por meio de herança. No entanto, no início do século XX, Taquaruçu já tinha uma população local que vivia de posses. Algumas famílias tiveram a legalização através do título da terra restringida. Perderam suas posses ou parte delas por não terem tido dinheiro para pagar as taxas de medição e regulamentação da propriedade. Já outras, pagavam com 50% de sua posse para que fossem realizados os trâmites necessários pelas empresas que prestavam tais serviços para o governo.

Famílias que já viviam no local, alguns migrantes, posseiros e caboclos, também tinham uma cultura diferente dos imigrantes, o que os levava a não ter a mesma relação com a propriedade da terra, enquanto um bem de acumulação como, predominava, no caso dos descendentes de imigrantes europeus, o que provavelmente poderia torná-los mais vulneráveis em relação às normatizações governamentais.

Com a lei nº. 601 de 1850¹¹, de abrangência nacional, e, posteriormente, com a de nº. 173 de 1895¹², referente especificamente a Santa Catarina, a base legislativa passou a controlar a relação mercantil da terra, ou seja, previu que a regulamentação desse bem poderia gerar maior controle e impostos ao Governo. No entanto, as populações tradicionais nos sertões do Brasil e interior de Santa Catarina não foram atendidas pelas leis que regulamentaram a posse, pois sem condições de titular sua propriedade, elas perderam seu direito em relação a ela. Assim, essas terras poderiam ser comercializadas pelo governo, o que desconsiderava totalmente a cultura vinculada à terra. Desprezou-se o fato de que a transferência da terra não implicaria na transferência dos valores culturais que a ela são atrelados. Assim, privou tais populações de toda a sua história e construção social.

Essa terra, embora tenha valor de mercadoria, tem na mesma proporção “valor simbólico”, ou seja, significados e representações de afetividade sobre os quais gerações de uma mesma família vêm se

¹¹ BRASIL. Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção de Leis do Império do Brasil (1808-1889) – Atos do Poder Legislativo, p. 307-313. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legim-36_26.pdf>. Acesso em: Nov. 2013.

¹² SANTA CATARINA. Lei provincial nº 193, de 30 de setembro de 1895. Lei de Terras do estado de Santa Catarina. Biblioteca Central/UFSC, Florianópolis, 11p.

reproduzindo física e socialmente. Nesta visão, os remanescentes do Contestado, representados por algumas famílias, têm sobre a terra uma reprodução afetiva, pois sua reprodução econômica não se dá no seu próprio terreno, que é de sua propriedade por herança. Ou seja, a propriedade onde eles moram é vista como moradia e não necessariamente como fonte de sustento, o que lhes é garantido a partir do trabalho na terra de outros, como boias-frias e/ou diaristas, como se auto declaram. Exemplo disso é o caso de uma propriedade que abriga 10 famílias numa extensão pequena, como verificamos no depoimento dos entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos): “Uma parte muito pequena de terreno e aonde tem o terreno é bastante cheio de casa, que pode olhar aqui, tem 4 alqueires, faça a conta, tem 11 [uma casa estava em construção] moradores aqui em cima do terreno”.

No entanto, nessa pequena extensão de terra foram acrescentados outros valores de pertencimento local, pois ali nasceram e foram criados seus filhos e netos, carregados de história local dos antepassados, de memórias ouvidas sobre a guerra em Taquaruçu, sobre as tristezas. Mas, sobretudo, ali estava presente a satisfação de vivenciar o dia-a-dia de superação, de união familiar, de compartilhamentos, de alegrias e orgulho de serem e estarem onde estavam.

De maneira geral, foi possível observar uma percepção positiva do lugar, compartilhada pela maioria dos moradores. As dificuldades encontradas em Taquaruçu e a superação de outras do trabalho no campo não os fazem querer sair de onde estão nesse momento. Todavia, concomitantemente, não desejam que seus filhos permaneçam no campo, pois “é sofrido”.

O desejo de mudar de profissão não é acentuado, entretanto, a insegurança se mostra presente em relação ao futuro dos filhos e filhas conforme evidenciado no diálogo com os entrevistados, casal G (f./m., 36/39 anos) ao mencionar que:

Por enquanto para nós, [...], está bom, mas nós queremos para o futuro, para nossos filhos seria ter outro tipo de coisa [trabalho]. Nós não queremos o que nós passamos, trabalhando demais, bastante para os outros quando nós deveríamos ter trabalhado para nós. Nós queremos que eles [filhos] tenham um futuro melhor que o nosso. Digno na verdade, honesto que nem nós e que sofressem menos do que nós.

A realização com a prática agrícola foi apresentada como satisfatória pelos pais, mas para os filhos e filhas desejam que no futuro possam ter outra atividade. Os remanescentes manifestam essa preocupação devido à questão da oscilação de trabalho inerente ao período de entressafas e ao trabalho caracterizado por intenso esforço físico que exige a agricultura. Igualmente, os produtores rurais, descendentes de migrantes italianos, se veem atemorizados com os riscos a que são vulneráveis, como questões climáticas e as incertezas em relação ao mercado. Essas situações remetem a dúvidas em relação à escolha de permanência no campo para seus filhos e filhas.

Apesar disso, os adultos se mostram resistentes à mudança para outro lugar. E alegam que precisariam melhor infraestrutura na comunidade para suprir carências no período de entressafra, momento em que se encontram em maiores dificuldades financeiras, como nos relata a entrevistada A (f., 28 anos) em relação ao transporte público:

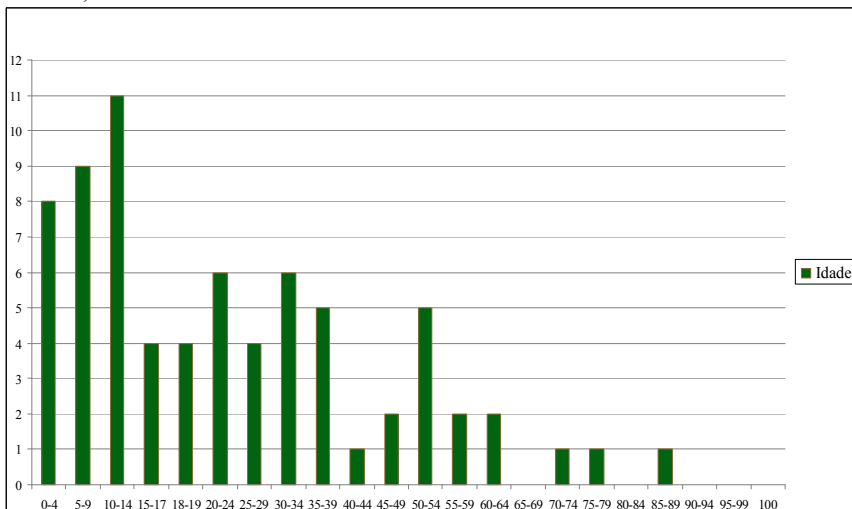
Que aqui, como eu disse, agora que é época que nós ficamos sem serviço, então se tivesse essa condução, que já foi prometida há tempo, mas até agora nada, daí seria mais fácil para todos nós.

Estes não são dados novos no que se refere às pesquisas sobre o meio rural ou sobre o trabalho familiar na agricultura, no entanto seguem em destaque como elementos que ainda carecem de atenção nas políticas para a agricultura ou espaços rurais do Brasil.

Configura-se como essencial essa preocupação em Taquaruçu, onde o trabalho segue sendo realizado por pequenos núcleos familiares que se veem entre duas opções: para os moradores que têm condições, encaminhar seus filhos para continuarem os estudos nas cidades e, para as famílias de baixa renda ou desprovidos de terras, encaminharem os filhos ao trabalho de boia-fria ou diarista nas propriedades de terceiros. Ainda que o destino dos jovens seja distinto, o desejo dos pais é o mesmo, um futuro menos “sofrido” para seus filhos. Nesse quadro o modelo de reprodução familiar tende a não ser alterado tão rapidamente, conforme foi possível acompanhar durante o trabalho de campo, principalmente com as famílias dos remanescentes, pois estas não apresentam perspectiva de ascensão social.

Outro tema atrelado à questão familiar dos remanescentes, onde foram identificadas 20 famílias, é o crescimento populacional de crianças, adolescentes e jovens, tendo em vista que na comunidade se encontra expressiva presença desses, conforme gráfico demonstrado abaixo:

Gráfico 1 - Idade da população remanescente do Contestado (indivíduos x idade)



Fonte: Dados do trabalho de campo. Elaboração: Própria autora. Ago. 2013.

Atualmente o público infanto-juvenil tem número expressivo, pois até os 24 anos encontramos o montante de 42 pessoas, dado que se destaca em comparação aos demais integrantes.

Cabe salientar que na comunidade não há, adequadamente, serviços e nem uma infraestrutura específica que atenda a essa parcela populacional “jovem”, como espaços de lazer e recreação, por exemplo. Essa situação de falta de infraestrutura e de organizações - exceto a escola, que foi a única verificada destinada a esse público -, reforça a expectativa de futuro diferenciado dos pais, pois colabora na motivação de jovens a procura, em outros municípios, desses espaços, situação que se constitui em mais um elemento presente no questionamento de alguns moradores quanto à permanência dos filhos e filhas em Taquaruçu.

Verificou-se o perfil de 19 famílias descendentes de migrantes, nas quais se encontrou um total de 64 indivíduos, com a presença de um público infanto-juvenil de 25 pessoas. Entre eles, como foi possível perceber nas conversas, os pais buscam proporcionar a continuidade dos estudos para que os filhos possam exercer outras atividades, diferentes das trajetórias das famílias envolvidas com a produção agrícola.

Neste trabalho não se pretende abordar as questões de gênero e as complexidades que elas demandam, as quais já foram aprofundadas por

outros pesquisadores¹³ nessa temática, principalmente referente aos jovens. No entanto, cabe uma breve reflexão referente aos filhos e filhas e a estratégia de reprodução.

Como estratégia de reprodução social dos pais, entre os descendentes de migrantes de italianos, constatou-se que enfatizam a educação como uma alternativa de reprodução social para os filhos em detrimento do trabalho da agricultura, o que pode comprometer o trabalho familiar ou índices de mão-de-obra na agricultura familiar, processo esse que tem ocasionado o envelhecimento, a masculinização e o impasse na sucessão geracional e profissional rural, conforme apontam estudos dos especialistas.

Já no caso dos remanescentes do Contestado, a educação ainda não consegue ser usada como estratégia da reprodução social, pois cedo os jovens abandonam os bancos escolares para colaborar no sustento econômico do núcleo familiar, como é o caso do entrevistado J (m., 18 anos) que desistiu de continuar seus estudos por não conseguir conciliar com o trabalho de boia-fria, conforme vemos: “[...] tive que trabalhar. Mas o ano que vem acho que vou voltar estudar a noite. Atrapalha nos estudos trabalhar”.

Em ambos os casos, a educação tem perspectivas contraditórias quando nos referimos ao processo de reprodução social, pois aos jovens remanescentes ela pode não ser compatível com o trabalho, enquanto aos jovens descendentes de migrantes ela pode levar a obter novos postos de trabalho.

¹³ Anita Brumer, Maria José Carneiro, Valmir Luiz Stropasolas, entre outros.

2. OPERACIONALIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Para ouvir diretamente a voz das populações remanescentes do Movimento do Contestado e buscar de forma analítica explicações para a problemática da pesquisa, optou-se pela aplicação de métodos da pesquisa qualitativa. Sobretudo as entrevistas semiestruturadas se constituíram como a principal técnica de trabalho a partir do método convencionalizado pela História Oral e, neste caso, que permitissem trabalhar com estudo de caso, centrando-se no cotidiano dos sujeitos.

Com as entrevistas semiestruturadas se buscou analisar as formas de apropriação territorial, as práticas sociais do dia-a-dia na comunidade, a partir dos relatos sonoros transformados em documentos transcritos. Nas palavras de Montysuma (2006, p. 123): “A fonte, nesse caso, é a palavra que adquire um caráter documental, por estar convertida em documento sonoro gravado”. Esse método nos permite acessar dados primários, daí a opção aqui apresentada, tendo em vista que nos documentos “oficiais” referentes à Fraiburgo há dificuldades de encontrá-los para se conseguir densidade de análise.

Cabe salientar que não se dispensou no trabalho a importância das fontes de dados quantitativos, por se considerar que ambas as fontes de informação – quantitativas e qualitativas – são necessárias para uma maior apropriação do objeto de pesquisa. Ainda assim, foi priorizado o método qualitativo, pois o mesmo consegue abranger com mais eficiência os objetivos desta pesquisa, visto que, segundo Minayo (2002, p. 21),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Por meio da análise das entrevistas e das problemáticas apresentadas pelos entrevistados, propôs-se uma interpretação das narrativas das memórias da população remanescente do Movimento do Contestado, na localidade de Taquaruçu, a fim de identificar quais são suas estratégias de reprodução social. Para isso, a análise se amparou no conceito apresentado por Venson e Pedro (2012, p. 132) de que “[...] Há

já algum tempo que a proposta de que a memória poderia revelar ou desvelar o real foi abandonada, pois uma análise da memória implica considerar que as memórias são interpretações da experiência vivida, são datadas e podem ser historicizadas”. É importante problematizar a memória coletiva de um grupo ou indivíduos a partir da conscientização de que não são memórias fixas, já que elas passam por ressignificações, ou seja:

Isto conduz a uma dialética *suis generis* na forma como é possível se operar com a dimensão ética e estética dos estudos da memória (valores, crenças, tradições, visões de mundo e estilos de vida diferenciais): pensar a sociedade contemporânea como reservatório concreto e efetivo de memórias coletivas e de vontades de indivíduos e grupos que, compartilhando um mesmo território plural de existência, agem em conjunto e reinventam quotidianamente a sua condição humana primordial, na busca de se eternizar no tempo. (ROCHA; ECKERT, 2000, p. 14).

Complementaram a utilização da oralidade, fontes documentais tratadas em trabalhos de pós-graduação de pesquisadores sobre o Contestado, os quais trouxeram alguns sujeitos remanescentes identificados, inclusive na comunidade de Taquaruçu. Esses escritos levaram a prévia seleção de três pessoas para o primeiro contato na comunidade. Optou-se por selecionar os demais sujeitos durante a imersão no trabalho de campo, pois, no dia-a-dia os próprios moradores foram indicando pessoas para o contato, muitas vezes os mais velhos, por pensarem que a pesquisa se tratava apenas da história do Contestado ou por alguns serem aposentados e terem maior disponibilidade de tempo.

As mulheres também foram pessoas em que o primeiro contato se tornou mais fácil, principalmente porque atendem às demandas do trabalho doméstico, que exigem, mesmo que em tempo parcial, a presença em casa; além do período de escasso trabalho devido ao início da entressafra. A isso se agregou o fato da pesquisadora em questão ser mulher também e de “fora” da comunidade. Tais características, tanto das depoentes quanto da entrevistadora, pareceu tornarem mais confortáveis as conversas, por serem entre indivíduos do mesmo gênero. Com o avanço dos dias agregou positivamente, na densidade das conversas, a minha aparência parda e oriunda da zona rural, aumentando a aproximação entre entrevistadora e informantes. No entanto, essa

aparente “igualdade” não pode ser analisada ingenuamente, pois, segundo Portelli,

Igualdade, entretanto, não pode ser desejada no fazer. Não depende da boa vontade do pesquisador, mas das condições sociais. [...] implica o reconhecimento à constatação da diversidade em indivíduos que não pertencem ao mesmo plano social e político do observador. Enquanto os informantes que integram grupos oprimidos ou marginais hesitam em se abrir para membros da elite, cada campo de trabalhador se envolverá em um complicado jogo de esconde-esconde (1997, p. 9).

E é nesse sentido, que o avanço, ainda que não plenamente, ocorreu no compartilhamento das trajetórias sociais mutuamente, quando entrevistadora e informantes avançaram na intimidade. Consequentemente houve mais abertura nas falas e, permitiu um processo de ensino-aprendizagem diante das trocas que, conforme Portelli (1997, p. 24), no trabalho de pesquisa, pode ser um importante resultado. Sobre essa questão, o autor chama a atenção para o seguinte fato:

Não há necessidade de se inclinar para a propaganda, de modo a usar o fato em si da entrevista como oportunidade para estimular outras, bem como as nossas próprias, para um mais alto grau de escrutínio e sabedoria inerentes a nós; para ajudá-los a crescer mais cientes da relevância e significação de suas culturas e conhecimentos; e para levantar a questão da falta de senso e a injustiça da desigualdade entre eles e nós.

Esse compartilhamento no trabalho de campo ocasiona, no dia-a-dia, maior autoconsciência, que leva à reflexão do quanto o conhecimento de uns se sobrepoem ao de outros, e pode trazer inspiração para um desejo de igualdade no campo dos poderes políticos e institucionalizados. Entretanto, isso não garantiu maior número de entrevistas, uma vez que se obteve a concessão, junto aos remanescentes, de nove delas. Devido ao desconforto de existir a gravação, que leva a uma exposição pública das informações. No entanto, cabe ressaltar que são entrevistas com profundidade, das

significativas histórias de vida. Logo, as técnicas escolhidas se adequaram aos objetivos da pesquisa.

Esses contatos foram intensificados, assim como a convivência nas casas das famílias remanescentes, deixando-se em plano secundário as famílias descendentes de migrantes italianos¹⁴, já que não eram objeto central da pesquisa. Alguns relatos fizeram menção à localização dessas famílias como “vila dos Palhanos” e “vila dos Almeidas”. Os próprios moradores da comunidade identificam dessa forma onde se localizam os remanescentes, na chegada a Taquaruçu.

Neste levantamento de dados secundários, foi central o apoio na literatura sobre a história regional e do estado de Santa Catarina, pois a sua formação sócio-espacial foi bastante dinâmica e heterogênea nas regiões afastadas do litoral, o que permitiu uma aproximação com a história do Contestado.

Era de grande interesse para este trabalho a utilização, como fonte documental, dos relatórios ou documentos com informações atualizadas de Fraiburgo, mas infelizmente não houve manifestação das instituições procuradas no intuito de fornecê-los. Entretanto, as fontes documentais, assim como as demais, exigem do pesquisador uma atenção na forma como foi construída, pois geralmente foram elaboradas em determinada conjuntura e para determinado fim, tornando necessário, muitas vezes, um trabalho complementar. Isso foi realizado na pretensão de ampliar a profundidade da reflexão na vivência do trabalho de campo. Para exemplificar essa situação, as escrituras de terras, por exemplo, trazem algumas descrições, mas não informam para que fins essa terra era usada. Tal assunto foi explorado com maiores detalhamentos em inventários.

O mesmo poderia ocorrer caso apenas trabalhássemos com documentos oficiais referentes à Taquaruçu, tendo em vista que muitas das dinâmicas sociais e suas origens poderiam não estar neles discriminados. O que deixaria lacunas ao se analisar dinâmicas locais de uma população que está ali há um grande tempo, mas por outro lado favoreceria à pesquisa conhecer quantos moradores e a extensão territorial da comunidade de Taquaruçu em documentos oficiais. Já sobre documentos mais antigos, se tem uma lacuna porque o cartório de

¹⁴ Neste trabalho, são tratados como descendentes de “imigrantes italianos” a primeira geração de migração do Rio Grande do Sul para Santa Catarina. E descendentes de “migrantes italianos” ou somente “descendentes de migrantes”, as gerações posteriores já nascidas em Santa Catarina, filhos das gerações de imigrantes italianos que migraram para este estado.

Curitibanos, onde se concentravam documentos da região, pegou fogo em torno do período da guerra, em 1912 (FELIZBINO, 2012, p. 34):

Com essa atitude o povo de Taquaruçu, Curitibanos, teve grande prejuízo histórico, pois foram queimados os livros onde estavam lavradas as primeiras atas que deram origem ao município. O cartório de imóveis também funcionava no prédio queimado e as pessoas que perdiam seus documentos não tinham onde recorrer para fazer segunda via.

Assim, foi fundamental a utilização da metodologia usada pela Antropologia através da etnografia, que nos estimula a não ir ao campo apenas para realizar as entrevistas e sim, participar do cotidiano da comunidade a partir da estipulação de um tempo para vivenciá-la, podendo perceber as dinâmicas locais, bem como as sociais. Dessa forma transcorreram as entrevistas, atreladas à longas conversas com os sujeitos, muitas vezes mais produtivas e reveladoras do que as gravadas. Caso houvesse somente a realização das entrevistas, talvez não permitissem a aproximação com um número grande de pessoas, além de impedirem, possivelmente, conversas longas sobre o cotidiano, entre outros elementos, como, a percepção dos trabalhadores diaristas em relação ao período de entressafas, a aproximação com as crianças no período de férias e o reordenamento do planejamento do tempo com deslocamentos para acompanhar a vivência do dia-a-dia da comunidade.

Os entrevistados foram pessoas ligadas à história do Contestado por meio de antepassados que habitam o local atualmente e, ainda, com as que se reconhecem como pertencentes a essa população, buscando apenas diversificar os atores para perceber as reconstruções sociais e históricas estabelecidas com o passar do tempo, livres de embasamentos teóricos oficiais.

Além das entrevistas foi confeccionado um breve diagnóstico para se saber um pouco mais dos moradores de Taquaruçu. Foi contado, com apoio dos moradores, um total de 54 famílias que vivem naquela localidade. Deste total, identificamos 20 remanescentes do Contestado, 19 descendentes de migrantes italianos e, outras 15, não foram efetuadas o contato já que o trajeto da pesquisadora na comunidade era realizado a pé e não houve evidência “remanescente”.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DOS REMANESCENTES DO CONTESTADO EM TAQUARUÇU

Embora outros pesquisadores tenham trabalhos que identificam os remanescentes em Taquaruçu, verificamos na pesquisa que os próprios moradores identificaram as famílias, como as de sobrenome “Palhano”, “Almeida” e “Santos”, reconhecidas como remanescentes do Contestado.

Durante o trabalho de campo na localidade pesquisada, como já foi mencionado anteriormente, foram verificadas famílias remanescentes do Contestado, entre as quais foram realizadas 09 entrevistas e mais outras duas com outros moradores de Taquaruçu.

Abaixo apresentamos uma tabela onde podemos observar o perfil dos entrevistados:

Tabela 2 – Perfil dos Entrevistados(as)

Identificação	Sexo	Idade	Grau de Instrução	Ocupação	Descendência	Religião
Entrevistada A	f.	28	Ensino médio	Boia-fria	-	Católica
Entrevistados casal B	f./m.	28/38	Ensino fundamental	Boia-fria	Pardo	Católica
Entrevistado C	m.	41	Ensino fundamental	Boia-fria	Brasileiro	Católica
Entrevistado D	m.	75	Ensino fundamental	Aposentado	Caboclo	Católica
Entrevistada E	f.	16	Cursando ens. Médio	Estudante	Parda	Católica
Entrevistada F	f.	63	Alfabetizada em casa	Aposentada	Cabocla	Católica
Entrevistados casal G	f./m.	36/39	Ensino fundamental	Boia-fria	Caboclo	Católica
Entrevistada H	f.	52	Ensino médio	Boia-fria	Cabocla	Católica
Entrevistado I	m.	69	Ensino superior	Aposentado	-	Católica
Entrevistado J	m.	18	Ens. médio trancado	Boia-fria	Pardo	Católica
Entrevistado L	m.	88	Ensino fundamental	Aposentado	Caboclo	Católica

Fonte: Trabalho de Campo. Elaboração: Própria autora. Ago. 2013. O critério das respostas foi por autoafirmação.

Para que se tornassem conhecidos os perfis dos moradores remanescentes, foi aplicado um questionário em cada um dos 20 domicílios, também com direitos cedidos à pesquisa. Tais documentos

possibilitam conhecer melhor os indivíduos com os quais estamos trabalhando, conforme podemos ver abaixo¹⁵:

Tabela 3 – Dados do Núcleo familiar “Palhano 1”

Núcleo familiar “Palhano1”	
Tamanho	6,05 hectares
Domicílios familiares	10 casas
Total de moradores	36 pessoas
Ocupação principal	Trabalhador por dia na agricultura e/ou boia-fria
Produção	Três famílias produzem pequena lavoura de feijão e alho, vendendo excedente; Horta
Meios de produção (máquinas, equipamentos etc.)	Plantadeira de feijão manual Uso de trator contratado Utilização de adubação química e orgânica
Programas Sociais	6 famílias recebem bolsa família
Pontos de energia elétrica	5 domicílios individuais 5 domicílios compartilham (pais e filhos)
Água	Encanada do poço coletivo/comunitário em propriedade vizinha Um açude na propriedade

Fonte: Trabalho de campo. Dados informados oralmente pelos moradores.
Elaboração: Própria autora, 2013.

¹⁵ As famílias contatadas, em sua maioria, usam “alqueire” como medida de extensão agrária. Para a conversão em hectares foi usada a “Tabela de medidas agrárias não decimais” disponibilizada no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), correspondendo um alqueire, convertido, em 2,42 hectares.

Tabela 4 – Dados do Núcleo familiar “Palhano 2”

Núcleo familiar “Palhano2”	
Tamanho	4,84 hectares
Domicílios familiares	1 casa
Total de moradores	1 pessoa
Ocupação principal	Pensionista
Produção	Horta; galinhas
Meios de produção (máquinas, equipamentos etc.)	Utilização de adubação química e orgânica
Programas Sociais	Aposentadoria
Pontos de energia elétrica	Individual
Água	Encanada do poço coletivo/comunitário em propriedade vizinha; Uma vertente na propriedade

Fonte: Trabalho de campo. Dados informados oralmente pelos moradores. Elaboração: Própria autora, 2013.

Tabela 5 – Dados do Núcleo familiar “Almeida”

Núcleo familiar “Almeida”	
Tamanho	4,5 hectares
Domicílios familiares	7 casas
Total de moradores	28 pessoas
Ocupação principal	Trabalhador por dia na agricultura e/ou boia-fria
Produção	Produzem pequena lavoura para consumo próprio; Horta
Meios de produção (máquinas, equipamentos etc.)	Utilização de adubação química e orgânica
Programas Sociais	5 famílias recebem bolsa família
Pontos de energia elétrica	5 domicílios individuais; 2 domicílios compartilham (pais e filhos)
Água	Encanada do poço coletivo/comunitário em propriedade vizinha; Uma vertente na propriedade

Fonte: Trabalho de campo. Dados informados oralmente pelos moradores. Elaboração: Própria autora, 2013.

Tabela 6 – Dados do Núcleo familiar “Santos”

Núcleo familiar “Santos”	
Irmão 01	
Tamanho	2,42 hectares
Domicílios familiares	1 casa
Total de moradores	4 pessoas
Ocupação principal	Trabalhador por dia na agricultura e/ou boia-fria
Produção	Produzem pequena lavoura de consumo próprio e vende de excedente; Horta
Meios de produção (máquinas, equipamentos etc.)	Trator Utilização de adubação química e orgânica
Programas Sociais	Recebe bolsa família
Pontos de energia elétrica	Individual
Água	Encanada do poço coletivo/comunitário em propriedade vizinha; Um açude na propriedade
Irmão 02	
Tamanho	3,03 hectares
Domicílios familiares	01 casa
Total de moradores	03 pessoas
Ocupação principal	Aposentadoria; Esporadicamente trabalhos por dia na agricultura e/ou boia-fria
Produção	Produz pequena lavoura de consumo próprio; Horta
Meios de produção (máquinas, equipamentos etc.)	Utilização de adubação química e orgânica
Programas Sociais	Recebe bolsa família
Pontos de energia elétrica	Individual
Água	Encanada do poço coletivo/comunitário em propriedade vizinha; Um rio cruza a propriedade

Fonte: Trabalho de campo. Dados informados oralmente pelos moradores.
Elaboração: Própria autora, 2013.

2.2. REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo foi realizado no período de vinte e dois de julho a oito de agosto de 2013. Hospedei-me na comunidade de Taquaruçu, precisamente, na casa de um morador descendente de migrantes italianos, que havia sido indicado por um colega da região. A intenção de minha hospedagem no local da investigação objetivou a aproximação cotidiana com os sujeitos e com o espaço social da pesquisa. Anteriormente, no segundo semestre de 2012, uma visita exploratória em Taquaruçu foi realizada para conhecer a localidade e o município de Fraiburgo.

Com a colaboração de um colega do mestrado e um morador do município, o acesso à comunidade se tornou mais dinâmico. Principalmente porque foi possível estabelecer contatos pessoais que viabilizaram a entrada na comunidade, sobretudo porque ao escolher o lugar da pesquisa não era sabido que não havia ônibus coletivo público que fizesse o trajeto da cidade para a comunidade pesquisada. Felizmente um morador de Taquaruçu, hospedou-me e emprestou seu veículo para ser percorrido o município. Cabe salientar que o sistema de financiamento de pós-graduação é limitado nesse caso, pois não financia combustível, mesmo no meio rural, o que dificulta a realização de pesquisa nesses espaços sociais.

Taquaruçu não é um assentamento como muitos perguntam com frequência, mas por estar próximo de muitos assentamentos foi possível conhecer uma localidade que recebeu como doação dois lotes para a construção de uma escola, denominada “Escola de Educação Básica 25 de Maio”, no assentamento Comunidade União da Conquista, reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do assentamento Faxinal Domingues II. A escola oferece curso técnico em agroecologia¹⁶, o qual nos últimos anos tem sofrido diminuição significativa em seu número de alunos, fato que está preocupando o corpo docente da escola porque pode levar o curso a ser extinto. Conforme relatos, a escola foi estabelecida com muita persistência, sendo que no início foi necessária a ajuda da comunidade escolar, que colaborava com as despesas quando a verba do INCRA era

¹⁶ Mais informações: MORH, Matheus Fernando. **A formação técnico profissional em agroecologia no MST/SC**: estudo de caso da Escola de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional em Agroecologia 25 de Maio de Fraiburgo-SC. 2014. Não paginado. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) [no prelo]. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

insuficiente, sendo a escola posteriormente reconhecida como política pública e gerenciada pelo Estado.

Retornando à comunidade, observou-se o fato de que a comemoração do centenário do Contestado, em 2012, não oportunizou aos habitantes de Taquaruçu nenhuma visita de autoridades, nem sequer o convite para que representantes da comunidade participassem de alguma atividade em nome de sua memória, situação que apontou a ausência daqueles indivíduos nos debates acerca do tema. Diante disso, pode-se constatar que memórias de tragédias e disputas seguem sendo silenciadas, tanto externamente ao grupo em questão quanto internamente, pois há certa autocensura por parte dos remanescentes mais idosos. Uma das motivações refere-se ao medo das autoridades, por causa da atuação das forças do governo, a “Guarda Nacional” (Machado, p. 101), no tratamento do conflito, conforme podemos observar no relato do entrevistado L (m., 88 anos):

[...] o governo soube aquilo lá. Dali poucos dias já veio a força federal bater neles ali. Na igreja eles soltaram um canhão, [...] soltaram lá, veio o canhão, deu em baixo da igreja, no cepo da igreja e estourou aquele canhão. Matou todo aquele pessoal que tinha dentro da igreja e queimou a igreja [...].

E a outra se relaciona com as lembranças dolorosas de vivências de seus antepassados. Essas memórias sobre as mortes remetem a sofrimentos e, portanto, há dificuldades das gerações mais velhas de torná-las acessíveis às gerações posteriores, muitas vezes optando-se por deixá-las “morrer” do que seguir revivendo um passado de sofrimentos.

Hoje alguns ainda lembram os traumas que muitos de seus familiares carregaram até a morte, como os entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos) que faz referência a traumas psicológicos:

São coisas que marcaram muita gente, o pai [falecido] um tempo ficou meio variado da cabeça, sumiu de casa um monte de vezes para o mato, com medo. Que eles contavam, de certo ponham na cabeça e pensou que ia acontecer de novo.

Referente ainda à memória, na comunidade foi visitado o Museu do Jagunço, inaugurado em três de agosto de 2003. Buscou-se conhecer os documentos que possibilitam a verificação da existência de utensílios usados pelos migrantes, instrumentos manuais usados na produção

agrícola e fotos dos remanescentes que já faleceram. As fotografias são representativas desse momento histórico caracterizado como Guerra do Contestado. Confirmam que alguns moradores de Taquaruçu são remanescentes do Contestado e que nessa comunidade teve embate armado, pois ali estão armas de fogo usadas no combate, bem como restos de fuzis que os moradores encontraram ao arar a terra para cultivo.

Figura 2 – Museu do Jagunço (Fraiburgo/SC)



Fonte: Produção do próprio autor. Fraiburgo/SC – Taquaruçu, 29/11/2012.

Esse Museu está instalado no prédio de uma ex-escola municipal e está dividido em dois departamentos. Um deles guarda objetos como arado, foice, “amassador” de mandioca, máquina de moer carne, alguns materiais dos índios como flechas e cestos. Também há outros objetos de descendentes de italianos como chaleiras e ferro de passar roupas. Todos eles, com o tempo e as trocas culturais, passaram a fazer parte do cotidiano de toda a comunidade.

Outro departamento do Museu é dedicado à guerra do Contestado e apresenta fotos dos antepassados, armas usadas, além de alguns documentos que descrevem algum acontecimento ou homenagem aos que participaram. O museu está aberto diariamente e é cuidado por uma

funcionária cedida pela prefeitura municipal, que realiza todas as atividades necessárias, desde o atendimento ao público até a limpeza, dentro de suas possibilidades.

Para complementar os dados coletados diretamente com os entrevistados foram realizadas algumas visitas a organizações localizadas na sede do município de Fraiburgo a fim de coletar informações oficiais junto aos seus representantes. Na Prefeitura, fui encaminhada à Casa do Turista - conforme já constatado em pesquisas de outros autores -, nesse local existem somente documentos sobre a história geral do município e raras são as informações que se referem à reprodução social ou econômica da população atual.

Posteriormente foi visitado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social. O atendimento foi realizado pela assistente social e pela psicóloga, que foram bastante solícitas. Ficou acordado que seria enviado por e-mail o Plano Municipal de Assistência Social em vigência (2010-2013) e alguns dados específicos referentes à Taquaruçu. O plano foi recebido, infelizmente os dados sobre Taquaruçu não foram enviados.

No retorno à Prefeitura, com a expectativa de encontrar alguém para atendimento, felizmente um servidor ofereceu um mapa (Ver anexo: Mapa de Fraiburgo/SC, 2006). Todavia fomos orientados a buscar demais informações no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa seguiu para o bairro São Miguel, que se localiza a cerca de quatro quilômetros do centro de Fraiburgo e abriga aproximadamente cerca de dez mil pessoas. Segundo o CRAS, tal bairro demanda boa parte de seu atendimento devido às condições de necessidades emergenciais dos moradores da localidade, formada majoritariamente por migrantes.

No centro da cidade também se concentram dois pontos turísticos: o Hotel Renar, em funcionamento, e o Lago das Araucárias. E entre esses se localiza uma pequena gruta em homenagem ao Monge João Maria. Bastante discreta caso o visitante esteja distraído com o restauro e tamanho destacado dos outros dois pontos. Essa gruta foi o único símbolo encontrado referente à história do Contestado na cidade. Cabe ressaltar que este símbolo se encontra afastado das ruas centrais, do dia-a-dia dos moradores, oposto ao que ocorre com a “memória” da maçã, que, na avenida principal da cidade, conta com aspectos para sua rememoração como a cabine de telefone público em seu formato, loja-café com especialidades diversas comestíveis, cartões-postais, chaveiros, entre outros objetos identificados com a “maçã”.

Diante desse encobrimento sobre a história do Contestado nos espaços públicos do próprio município se pôde constatar a falta do reconhecimento da história do Contestado e seus remanescentes no município, pois, ao se buscar um reconhecimento jurídico uma das ferramentas fundamentais de apoio é o auto reconhecimento local para que seja possível avançar para outras esferas da sociedade, como aponta Oliveira (2006, p. 41) “[...] há de se ter em conta que o reconhecimento – pelos outros – começa com o auto reconhecimento”. Embora não se perceba esse reconhecimento local, principalmente no centro urbano de Fraiburgo, facilmente se encontra entre os moradores conhecimento sobre a história local.

Essa situação de “encobrimento” reforçou a decisão de esse trabalho ser feito por imersão no cotidiano dos moradores de Taquaruçu, principalmente junto aos remanescentes do Contestado, iniciativa que permitiu conversas, sempre extensas e ricas, nas quais muitas questões do cotidiano dos remanescentes foram ganhando notoriedade, sobretudo as de infraestrutura. Uma das questões é a energia elétrica, que é redistribuída a partir de Curitiba. Em alguns casos, a fatura fornecida pela empresa de distribuição de energia elétrica é o único documento que os moradores da comunidade dispõem como comprovante de residência. Foi ressaltado pelos entrevistados que não são todos os comércios do centro de Fraiburgo que a aceitam. Esse comprovante também costuma ser questionado no cadastro denominado Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, por constar outro município.

Muitos moradores da comunidade em questão costumam frequentar o comércio e os setores de pequenos serviços no município de Frei Rogério, pois está situado a 3 ou 4 quilômetros de Taquaruçu e constitui divisa com o mesmo. Um dos remanescentes, já aposentado, vai a pé fazer compras lá. Outros moradores se beneficiam do sistema de saúde, no entanto, nas entrevistas é difícil obter algumas informações, especialmente os mecanismos que usam, para o município de Frei Rogério permitir a realização de consultas médicas básicas realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no posto de saúde local. Determinado quadro poderia ser diferente se em Taquaruçu houvesse atendimento de saúde ou se este fosse viabilizado em comunidades próximas pela oferta de transporte coletivo público. A estratégia dos moradores da referida comunidade também contempla o uso de canchas de esportes no município vizinho que buscam alternativas frente à inexistência desses espaços no local onde residem. Esse deslocamento para municípios vizinhos foi a estratégia que encontraram para ter

acesso a políticas locais, motivados pela atual situação em que se encontram, a saber, a ausência de estrutura local e os elevados custos para o deslocamento provocados pela longa distância do centro de Fraiburgo, que gira em torno de 26 quilômetros.

A partir dos questionários realizados, sabe-se que somente os remanescentes recebem auxílio financeiro do Programa Bolsa Família, programa federal de distribuição direta de renda¹⁷ e, ainda assim existem relatos de pedidos realizados e nunca contemplados.

Taquaruçu se assemelha a uma mini-faixa de fronteira, distante dos “olhos” administrativos do município para políticas e assistências básicas e, ao mesmo tempo, reorganiza-se autonomamente na busca de acordos em outro município para minimizar suas carências internas, práticas que talvez favoreçam a ausência de preocupação das autoridades, e assim essas demandas são adiadas dentre as prioridades de atendimento. Essas estratégias em relação ao município vizinho não são compartilhadas por todos os moradores da comunidade, mas são praticadas em famílias de qualquer estrato social, de acordo com as necessidades de cada um, pois alguns também recebem a assistência técnica agropecuária de Frei Rogério e Curitibaanos, inclusive da rede privada.

Pode-se analisar essa atitude como um acordo ilegal, mas também, e puramente, como estratégia de sobrevivência em alguns casos, configurando um fim único de duas mãos: procurar suprir as carências onde podem ir a pé ou onde precisam pagar uma condução privada ou ter a sua própria. Para citar apenas um exemplo observado em campo, em um de seus dias de trabalho um morador relatou que sua esposa tinha uma consulta na cidade no dia seguinte, no entanto não iria, pois não tinha os R\$ 40,00 para pagar a corrida de carro, ainda que o atendimento fosse feito pelo SUS no centro de Fraiburgo.

Observa-se como premente à comunidade a necessidade de atendimento à saúde pública no local, pois, por exemplo, a marcação de consultas na cidade gera um alto gasto com transporte, pois se faz

¹⁷ A Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 criou o Programa Bolsa Família e dá outras providências. “O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos”. (<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>).

necessária à ida em um dia para o agendamento e um novo retorno ao posto médico para a realização da consulta. Muitas foram as opiniões dos moradores em toda comunidade sobre a instalação de um atendimento básico de saúde local, ao menos semanal ou quinzenalmente. Consensualmente, os moradores da comunidade reivindicam um agente de saúde para mediar alguns pronto-atendimentos e caracterizam como um enorme avanço a possibilidade de ali se instalar um posto de atendimento odontológico semestral ou anual. Logicamente este não seria o ideal para casos de tratamentos dentários mais delicados ou complexos, infelizmente. Cogita-se que a reivindicação da presença de um agente de saúde local esteja sendo analisada pelas autoridades municipais de forma positiva, segundo relatos.

Nesse caso, uma observação oriunda dos relatos é que para ser agente de saúde é necessário ser um morador local, como geralmente se constata nas ocorrências para esse cargo. A pergunta que daí decorre é como um membro de uma família de estrato social baixo poderá fazer o curso preparatório para investidura no cargo se é exigida uma semana ou mais de permanência na cidade? Essa questão viria a beneficiar com emprego, possivelmente, alguém que não esteja em situação de vulnerabilidade social e, mais uma vez, alguns não conseguiriam obter as ferramentas que lhes permitiriam sair da marginalidade. Ainda assim, a possibilidade da contribuição desse agente - indiferentemente da necessidade de renda que tenha -, com atuação na comunidade, pode ser de grande valia pelas carências que apresentam no atendimento de saúde pública.

Outro aspecto ao qual devemos lançar nosso olhar são os relatos sobre a distribuição da água. Há poços de uso coletivo para os moradores. Um em especial é o que redistribui água para famílias remanescentes. Para os remanescentes, essa água vem do poço, redistribuída pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e, segundo alguns descendentes de migrantes, ele faz parte de uma associação local, entre moradores.

De fato, a CASAN não atende o meio rural, mas não há um amplo conhecimento, possivelmente, sobre a associação. Segundo o secretário da agricultura do município de Fraiburgo, Sr. Joaquim T. Borges, ainda não está totalmente formalizada a associação e, também, pode não estar amplamente divulgada. Essa falha na apropriação da real fonte da água pode ser explicada pelo fato de uns terem dificuldades para contribuir com as despesas da manutenção. Isso também pode ser interpretado como estratégia, dentro da associação, como controle da

tomada de decisões, sendo a solidariedade usada aqui como uma forma de manter-se no poder. Ainda que apenas como uma hipótese de interpretação da realidade vivenciada, o contínuo uso da água coletivamente também pode ser interpretado através da forte atuação do catolicismo na comunidade, onde a solidariedade tem que estar presente nas práticas dos católicos para fins da religiosidade ou, simplesmente, ao baixo custo gerado pelo uso da água.

Nos dias seguintes ao trabalho de campo foi possível visitar a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). No local, os funcionários foram muito atenciosos no atendimento e comentários, no entanto não contribuíram com a pesquisa, pois não aceitaram gravar entrevista, tendo ficado acordado que iriam responder um questionário via e-mail sobre os temas que fossem possíveis e isso não ocorreu embora tenha sido feita mais de uma tentativa. Durante a conversa informal, foi possível recolher informação acerca do atendimento à comunidade, que é realizado quando a população solicita e de acordo com a disponibilidade de agenda, já que atualmente não existem extensionistas que vão aos locais atender as comunidades como era feito há anos atrás. Tal comentário em relação ao atendimento dos extensionistas foi lembrado se referindo a Taquaruçu e lembrado por alguns moradores da comunidade como muito positivo. Estes descreveram que aprenderam formas de cultivos que seguem usando atualmente, inclusive a aprendizagem do manejo de recursos naturais na produção, além de técnicas, inclusive para pequenas hortas.

Aproveitou-se para ir ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde o presidente ofereceu para a pesquisa o documento no qual registra a participação de 14 trabalhadores de Taquaruçu¹⁸, com cadastro ativo no mesmo, sendo dois nomes identificados como remanescentes do Contestado durante a pesquisa, mas acordado que os nomes constantes no relatório deveriam ficar em sigilo.

Quanto aos locais de serviços públicos no município, se tornou difícil o acesso a dados oficiais, principalmente devido à impossibilidade de agendar atendimento já que o transporte da comunidade para cidade dependia de terceiros. Do mesmo modo se percebeu que o atendimento para auxiliar os pesquisadores é deficitário, o que levou a concluir que existe insegurança por parte dos atendentes em oferecerem dados para uso com fins de publicação, motivados pela

¹⁸ Relatório de sócios por situação (todos os sócios). Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo. Fraiburgo/SC, 2013.

inexistência e/ou desconhecimento dos procedimentos de avaliação ética.

Voltando a falar sobre a comunidade dos remanescentes, observou-se que embora no cotidiano exista afastamento e/ou diferenciações entre os moradores, no que se refere à demanda de serviços por parte do poder público, há unidade entre os mesmos, pois certos serviços são desejados por todos, como os de transporte e os da saúde, principalmente entre as pessoas idosas. A convivência entre descendentes de migrantes italianos e remanescentes do Contestado, mesmo que com diferenças, é regularizada por respeito ao espaço de cada um, pois todos nasceram ali e se conhecem “desde sempre”, fato este que criou certa afetividade entre os grupos. Isso nos fez lembrar o trabalho de Bloemer (2000, p. 221) ao descrever a “vizinhança” como:

“Visinhar” com parente é o desejado, mas quando isso não ocorre, a relação que se estabelecem entre os vizinhos é, [...] “como se fossem parentes”. A amizade e a reciprocidade acontecem mesmo se tratando de vizinhos etnicamente diferentes.

Possivelmente, por essa relação de vizinhança, quando se fala em reverem direitos ou em contestação a respeito da história do Contestado, se torna delicado retirar o verdadeiro posicionamento, pois geralmente, como um morador disse “não se pode falar tanto para não criar problema com a vizinhança por causa de coisa do passado” (Fala informal registrada no Diário de campo. Taquaruçu, 26/07/2013). Com essa fala, também se percebe que cultivar essas relações estabelecidas são determinantes para a dependência existente quanto ao mercado de trabalho, pois são empregados e empregadores.

Essa posição social do trabalho ilustra outra diferença, que diz respeito às estruturas de moradias melhores e outras nem tanto, cada casa tem seu valor, pois para todos, elas foram construídas com seus próprios trabalhos, tornando-se uma conquista pessoal com o passar do tempo. As casas dos remanescentes, mesmo com estrutura mais simples, quando comparada as dos descendentes, fala-se que elas têm a mesma função de abrigar sua família, que suas casas têm melhores estruturas que a de seus antepassados. Nos relatos dos remanescentes se percebe que, para eles, viver em uma casa de estrutura mais simples não significa viver na miséria, como pode supor o olhar de classes mais elevadas economicamente e, nem tão pouco, que remanescentes vivem de “caça e pesca”, como dizem ter visto em outras pesquisas sobre

remanescentes e, das quais, os mesmos discordam. Pois afirmam que buscam no dia-a-dia o bem-estar para suas famílias, inclusive na relação com os demais vizinhos, como trazem os entrevistados, casal G (f./m., 36/39 anos): “Vivemos todos juntos [...] Não de caça e pesca como sempre dizem que nós vivemos e casa de barraco e vivemos até hoje de caça e pesca. Isso daí foi um abuso, a gente não gostou desse livro por causa disso”.

Acerca dos afetos pela região e por viver em Taquaruçu, todos mostraram compartilhar de sentimento de permanência, pois quando foi perguntado informalmente para todos se gostariam de morar em outro lugar, não houve nenhuma resposta afirmativa. Tanto para remanescentes quanto para descendentes de migrantes italianos. O fato de serem moradores fixos do local também permite a confiabilidade nas trocas, mesmo que seja para contratar um trabalhador, por parte dos descendentes de migrantes, ou para buscar emprego pela vizinhança por parte dos remanescentes. Nesse caso, há uma relação de confiabilidade entre ambos, do contrário se deslocariam para as comunidades próximas para suprirem suas necessidades de demanda de mão-de-obra ou por busca de empregos, pois ambos estão ligados afetivamente ao local devido aos seus antepassados terem vivido em Taquaruçu, o que serve de estratégia para assegurar a mão-de-obra e o posto de trabalho.

Um aspecto constante nas conversas foram as críticas aos trabalhos de pesquisas realizados referentes ao Contestado. Com frequência os remanescentes perguntaram para que serviria esse trabalho, pois já haviam sido feitos muitos trabalhos e eles “continuam vivendo na mesma condição até hoje”. Outra fala recorrente foi que muitos pesquisadores já “encheram os bolsos de dinheiro lançando livros da nossa história e a gente está aqui do mesmo jeito. Para os que estão vivos serve para que isso?”¹⁹. Numa das entrevistas pôde-se observar a crítica quanto aos trabalhos lançados referentes à história do Contestado, conforme apontado pelos entrevistados, casal G (f./m., 36/39 anos): “Porque é claro que já teve e vai ter sempre pessoa que vai fazer dinheiro com isso aí e que já teve vários livros lançados [...]”.

Muitos também tratam todos os pesquisadores genericamente como historiadores, o que é bastante complexo ao se analisar a diversidade de documentos que encontramos a respeito da história do

¹⁹ Essa fala foi em uma conversa durante o trabalho de campo e registrada pela autora. No entanto, recorrente entre outras conversas informais que questionaram muitas vezes para “que servem tantas pesquisas, se eles continuam vivendo iguais”. Diário de campo. Taquaruçu, 27/07/2013.

Contestado, pois cada profissional visa promover contribuições em sua área, embora devesse ser comum a necessidade de se seguir a ética profissional. Foram-me apresentados casos em que alguns levaram objetos de seus antepassados, sendo creditado o valor da sua palavra que devolveriam e não aconteceu até então.

Neste mesmo contexto, esse remanescente comentou que as autoridades não financiam publicações deles próprios, apenas financiam o que os “outros” escrevem. Aproveitando o ensejo, orientou-se que, para fins de memórias de seus antepassados, esses objetos não deveriam ser emprestados ou doados às pessoas, indiferente de suas profissões. Explanou-se que na necessidade de efetuar doações, esses itens deveriam ser encaminhados a lugares que realizem o registro da existência dos mesmos, como Museus que possuem os termos de doações e são comprometidos com a preservação das memórias para conhecimento, esclareceu-se que fotografar e gravar imagens em nada prejudicariam a preservação dos mesmos, desde que mantida a posse com seus donos.

Embora as conversas sempre fossem ricas em detalhes, o gravador se tornou um desafio, pois ele inibe a fala e a precisão do entrevistado, já que as entrevistas tanto eram de temas que mencionavam a guerra como versavam sobre as relações da comunidade e entre vizinhos.

Claramente é delicado fazer tantas perguntas e se dar um termo de compromisso e doação das entrevistas, por isso alguns aspectos importantes vieram também a partir das conversas, que em alguns casos foram mais completas para a pesquisa do que as próprias entrevistas, um pouco mais longas se relacionadas a temas mais abrangentes como a história do Contestado, nas quais se verificou diálogos mais “à vontade” e descomprometidos em relação ao tornar público ou não os comentários. Ainda assim, o trabalho de campo sempre é muito rico mesmo com as delimitações que o observador e entrevistador elege para seu trabalho, pois há a possibilidade de ouvir o relato e aproximar-se de uma possível verificação dos significados que nem sempre são explicitados diretamente.

3. O CONTEXTO HISTÓRICO E SUAS IMPLICAÇÕES NA REPRODUÇÃO SOCIAL DOS REMANESCENTES DO CONTESTADO

O município de Fraiburgo, popularmente também chamado de “Fray” e “Terra da Maçã”, encontra-se no Meio Oeste do estado de Santa Catarina (microrregião de Joaçaba) e está situado aproximadamente a 350 km da capital, Florianópolis. Tem uma população de 30.291 habitantes na zona urbana e 4.262 na zona rural²⁰, contando com alguns assentamentos já homologados pelo INCRA, beneficiando muitas famílias. Fraiburgo faz divisas com os municípios de Videira, Monte Carlo, Tangará, Curitibanos, Frei Rogério, Lebon Régis e Rio das Antas. Fraiburgo é conhecido nacionalmente pelo seu desenvolvimento em fruticultura, sobretudo pela produção macieira em grande escala, privilegiada pelas baixas temperaturas durante o inverno.

O município registra sua ocupação por pequenos e médios sítiantes, bem como por fazendeiros desde meados de 1850, com uma agricultura de subsistência e tendo se fortalecido economicamente com a criação de animais. Com o avanço da exploração madeireira e da colonização pelo interior de Santa Catarina (Anexo A – Mapa de colonização e povoamento de Santa Catarina), Fraiburgo também foi sofrendo transformações profundas com os cercamentos e desmatamentos que foram realizados nas terras oficialmente desocupadas, mas que, no entanto, já eram habitadas por populações locais, como no caso de Taquaruçu. Há indicação dos primeiros nascimentos de moradores em torno do final do século XIX (BRANDT, 2007, p. 16-17).

Nos documentos oficiais, é difícil encontrar registros com descrições densas sobre Taquaruçu até início do século XX, já que a história das classes dominantes sempre prosperou sobre os demais, principalmente no interior de Santa Catarina, com a intensificação e notoriedade dada à colonização de origem européia, sobretudo de italianos e alemães destacados como “pioneiros, desbravadores, empreendedores”.

²⁰ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: resultados do universo – características da população e dos domicílios. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3175&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

Fraiburgo pertencia ao distrito de Curitiba quando as disputas pelas divisas entre Santa Catarina e Paraná eram frequentes. No início do século XX, com a chegada da família Frey, diz-se ter se reconfigurado o distrito para o desenvolvimento econômico em grande escala. Assim, em homenagem à família Frey, foi dado o nome de Fraiburgo. No entanto, a chegada desses e de outros imigrantes e migrantes do Rio Grande do Sul se consolidou após o final dos embates do conflito do Contestado e foram ocultados da história oficial seus moradores tradicionais que já estavam lá.

A região se interligava ao caminho das tropas desde o século XVIII, no carregamento de animais e derivados, na rota que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Neste trajeto, anterior aos tropeiros, já se encontravam os indígenas e logo outras famílias foram se instalando por receberem doações de sesmarias na política de distribuição de moradores nos espaços considerados vazios, como foragidos da justiça que recebiam lotes na região de Lages - que até a década de 1880 era constituída também por Campos Novos e Curitiba -, para colaborar no aumento da população (BRANDT, 2007, p. 63). No Censo de 1872, a população recenseada nas quatro paróquias que formavam a região - Lages, Baguais, Curitiba e Campos Novos -, era de 12.445 homens livres²¹. Dos quais se estima que 44,57% eram “não-brancos” e já estavam na região do planalto catarinense, faziam parte da demografia local, o que demonstra que a diversidade étnica já era expressiva, com a presença de “não-brancos”.

Naquele tempo ainda existiam grandes extensões de terras, nem todas vazias como divulgavam as autoridades coloniais e imperiais, mas ainda assim existiam. Os índios, chamados de bugres, eram encontrados com grande facilidade, pois ali era seu habitat. Os predominantes eram Kaigangs, chamados pelos demais de Colorados, e Xoklengs, chamados de Botocudos, que viravam alvos de fazendeiros e do Governo, por intermédio dos bugreiros, que os caçavam. Em alguns casos, existiam mediadores entre os índios e os tropeiros e fazendeiros, que era o caso de um fazendeiro de Taquaruçu, chamado Chico Ventura, que auxiliava na viagem das tropas serra abaixo (BRANDT, 2007, p. 71). Ainda assim, a maioria dos índios foram dizimados ou foram afastados em virtude das políticas de povoamento.

²¹ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/Face/UFMG. Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica. **Censo 1872.** Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

Aos poucos, as populações foram se instalando nas margens dos caminhos dos tropeiros e vieram a ocorrer trocas, tanto de produtos como de miscigenações. É do contato de “[...] diferentes etnias africanas e nativas que viviam no latifúndio ou áreas próximas ao longo do povoamento que surge o caboclo” (BRANDT, 2007, p. 74).

Agregaram-se a essa população os migrantes do Rio Grande do Sul, principalmente durante a Revolução Farroupilha, início em 1835, e na Revolução Federalista, início em 1893 (BRANDT, 2007, p. 66). Dentre esses, alguns se tornaram proprietários e outros foram viver às margens das grandes propriedades, com práticas de agricultura de subsistência, caça e pesca. Isso foi possível pela existência de terras devolutas e de pouca população.

Entre essas revoluções foi instituída, pelo governo central, a lei nº. 601 de 1850 ou tratada na literatura, como “Lei de Terras”. A legislação veio com a pretensão de dar um ordenamento jurídico sobre as terras do Brasil, principalmente por meio da obrigatoriedade de um registro oficial, que também, dava conta de angariar fundos para o processo de colonização, sobretudo pelas taxas de medição e registros, que financiaram a vinda desses colonos para o Brasil.

Entretanto o objetivo da legislação nunca foi alcançado em sua plenitude, pois em um território tão grande o descontrole e as relações de poder impossibilitavam sua adequação por completo. Os limites das propriedades eram demarcados até então de maneira simbólica, podendo ser um rio, uma roça, entre outros. Tais marcos muitas vezes dificultaram a exatidão requerida pela legalização das posses. Os grandes fazendeiros se queixavam dos altos custos do registro das terras e, para os pequenos posseiros essa legalidade estava fora do alcance. Tanto pelos custos de registro quanto por práticas até então tidas como reguladoras da posse de terras: a simples moradia e o costume de posse, que garantia a transferência entre as gerações, prevalecendo a “palavra” como fé pública dos limites, como veremos mais adiante.

A partir da Lei de Terras, as terras não registradas deveriam retornar ao poder do governo e então poderiam ser redistribuídas, inclusive para imigrantes, de acordo com as determinações que o governo central poderia vir a implementar, com a mudança da forma de ocupação territorial que vinha ocorrendo até então, através dos costumes (SILVA, 1996).

É importante lembrar que na época da transição do Brasil Império para a implantação da República se acirraram os conflitos nas esferas da administração política, os quais não estavam apenas nas disputas por terras, mas todo o sistema político estava em jogo, disputas entre

políticos do interior, do próprio Estado e as negociações com a política central do Brasil.

A República ofereceu certa amplitude na autonomia administrativa das províncias e em Santa Catarina prevaleceu o coronelismo²². Neste momento, o poder de mando concentrou-se entre os governantes políticos do Estado ou nos grandes fazendeiros, o que deixou a questão da terra “à sorte” dos detentores de poder social, e os caboclos dificilmente alcançariam trâmites legais de registro da terra devido a inúmeras diferenças sociais, como apresenta Machado (2010, p. 11-12):

Estes caboclos, algumas vezes até tentaram legitimar suas posses, mas esbarravam em muitas dificuldades, como extensa documentação a ser apresentada, a necessidade do pagamento por certidões, taxas e medições. Além disto, havia muita mobilidade desta população de lavradores, o que dificultava a certificação de presença num mesmo local por muitos anos, como era previsto na legislação. A família cabocla, formada normalmente por “amasiamento”, não era reconhecida pelo Estado, havendo incríveis dificuldades para a feitura de inventários e para a regularização de direitos de herança de pessoas que não possuíam qualquer registro civil. Ao final, sabiam os caboclos que, nas condições concretas de vida nas regiões de fronteira, suas pequenas roças e criações não seriam defendidas por um pedaço de papel, mas com facões e espingardas.

²² O coronelismo refere-se a um conjunto de relações e práticas políticas bastante consolidadas na transição para a República e que envolviam chefes municipais, representantes locais, entre eles donos de terra, e também representações estaduais e o governo central do país. Esses poderes se equilibravam por meio de favores mútuos, usando a força de suas relações privadas sobre a esfera pública, controlando as eleições, favorecendo “amigos” e restringindo o acesso ao poder aos “adversários”. Esse sistema era especialmente forte nas áreas rurais, nas quais a dependência da população em relação aos representantes locais era maior e os “coronéis” constituíam-se os “donos do voto”. Segundo Leal (2013, p. 44): “Desse compromisso fundamental resultam as características secundárias do sistema “coronelista”, como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”.

Nessa configuração das relações sociais, as trocas de votos e favores tornaram-se práticas naturalizadas e, logicamente, reforçaram o uso da terra como instrumento de poder mais valioso. No final do século XIX, quem tinha grandes quantidades de terras até para as eleições usava sua posse como manobra de controle. Para ter direito a votar, os eleitores precisavam comprovar uma renda mínima, e não serem analfabetos. Características que diminuía grandemente as chances de um pequeno posseiro participar das decisões econômicas e políticas, uma vez que ele possuía uma pequena extensão de terra, muitas vezes, sem o registro, não tinha como comprovar renda para votar, por tudo isso era impossibilitado de figurar no quadro de eleitores.

Nesse período, fins do século XIX, Curitiba tinha aproximadamente “91 eleitores para uma população de 4.000” e Lages “302 eleitores para uma população de 14.023” (BOPPRÉ apud BRANDT, 2007, p. 103). Ficavam de fora dos privilégios outros atores sociais sem grandes extensões de terras ou ainda sem a posse devidamente legalizada, que a Lei de Terras de 1850 impusera para alguns, como agregados e peões²³. No entanto, esses atores,

[...] principalmente com uma fronteira agrícola em expansão tão próxima, como em Curitiba e Canoinhas, também começaram a ter certa independência ao não precisarem mais ser tão leais aos grandes fazendeiros, já que existia maior possibilidade de buscar novo trabalho no momento da expansão na região (MACHADO, 2007, p. 99).

O poder dos coronéis teve dinâmicas diferentes nas regiões do interior de Santa Catarina devido a sua organização e interesses espaciais. Em Lages o poder de mando e a subordinação de agregados e peões foi mais forte, já que os grandes campos naturais permitiram maior número de fazendas e, em Curitiba, com grandes áreas de florestas de araucárias a ocupação se deu mais lentamente (BRANDT, 2007, p. 105). Ainda assim, foi cada vez maior a subordinação dos tropeiros, posseiros e sitiantes nesse sistema, no qual muitas áreas viraram grandes fazendas, como a fazenda Libera e Butiá Verde,

²³ Embora com a Lei Saraiva vigorada em 1881, alguns meios foram criados para aumentar a inserção de votantes como fazer parte do corpo de jurados da comarca, ser aceito em uma loja maçônica, titular de cartório ou coletor de impostos da província (MACHADO, 2007, p. 101 e 102).

localizadas no atual município de Fraiburgo e Monte Carlo (BRANDT, 2007, p. 106).

Além de outras atividades, a grande maioria das populações locais apoiava a economia no extrativismo do mate, pois era um produto de alta valorização na virada do século XIX para o XX, -“até então explorada por caboclos independentes” (MACHADO, 2010, p. 10) embora, segundo Gerhardt (2013, p. 187), também houvesse “indícios da ligação dos imigrantes com o mate”.

Quando começou o declínio da economia ervateira, as terras começaram a ser vendidas para empresas colonizadoras e madeireiras e, mais tarde, para a construção da ferrovia, e ainda aconteceram “grilagens”. Logo, muitos dos trabalhadores foram sendo colocados à margem social, fato que, conseqüentemente, produziu sua invisibilização no que diz respeito à história oficial. Por viverem nessas regiões em que se produzia a erva-mate, muitos dos pequenos posseiros foram afastados para zonas de matas, pois eram os locais em que podiam continuar com sua criação de porcos à solta e usar recursos naturais para sua alimentação. Essa era uma prática comum que vinculava esses grupos à terra pelo necessário a sobrevivência. Possivelmente, por essa relação mais afetiva, eles não viam a necessidade de buscar a legalização de suas terras, em alguns casos. Também, ainda que de formas menos visíveis, mantinham laços de solidariedade entre seus pares, como por exemplo, através do uso coletivo da terra embora de propriedade “privada”, estabeleciam relações sabendo identificar a criação dos vizinhos, podendo avisá-los quando esses se distanciavam muito ou apareciam com algum ferimento pelas matas ou campos. Outro exemplo eram os mutirões, “puxirões” ou ainda “putirões”, uma prática de ajuda mútua, de solidariedade e não de assalariamento, já que nessa época o salário monetário ainda era pouco conhecido nos espaços rurais, demonstrando assim o intercâmbio de práticas comuns e convivência (BRANDT, 2007, pp. 109 e 112).

Com ajuda do Estado ou por aquisição privada da terra aos poucos novos proprietários foram sendo inseridos nesses espaços ocupados por pequenos posseiros, resultando na expulsão ou expropriação de muitos moradores antigos. Estes precisaram readaptar muitas práticas, principalmente à criação a solta e a coleta livre dos recursos presentes nas florestas, mas ainda assim, sobretudo nos povoados em torno dos caminhos dos tropeiros.

A proposta política vigente, no início da República, era de um novo reordenamento territorial e social dos “sertões” catarinenses mediado pelas empresas colonizadoras e grandes fazendeiros e

efetuando de acordo com seus interesses. Já a população marginalizada seguiu sem qualquer atenção política, pois não despertavam interesses nos grupos detentores de poder. Verificou-se uma diminuição das tensões após o combate do Contestado, se comparadas às existentes até o início do séc. XX, quando da intensificação da ocupação dos rincões catarinenses e da ocupação das zonas de limites das terras de Santa Catarina com o Paraná e a Argentina.

A partir do início século XX, o direito à propriedade privada da terra passou a imperar com toda sua força e com o aniquilamento progressivo das possibilidades de uso da terra em comum, bem como o aproveitamento de seus bens em coletividade como era feito até então pelo costume, ainda que prevalecesse a arbitrariedade dos detentores de poder político: os grandes proprietários de terras e os políticos.

Nessa época, um dos elementos de coesão entre essas pessoas, do local, era a forte religiosidade para com o(s) Monge(s) - a histografia apresenta mais de um -, porém em distintos períodos (MACHADO, 2007; BRANDT, 2007).

O monge João Maria de Jesus teria ganhado notoriedade na década de 1890 deixando cruzeiros em alguns lugares. Fontes de água, com sua passagem, eram consideradas bentas. Ele buscava evitar o ajuntamento de pessoas, fazia aconselhamentos e batizados e ensinava às pessoas a fazê-los. Mais tarde, na região de Taquaruçu, também se encontrou o curandeiro José Maria, que viera a morrer posteriormente.

Nos redutos, teria se profetizado palavras que identificavam a República como o “fim do mundo”. Dessa forma, na monarquia imperial deveria predominar um paternalismo entre peões e empregados, no qual “traços distintivos da monarquia cabocla eram os fortes laços comunitários e os princípios anticapitalistas” (MACHADO, 2010, p. 18). Assim sendo, adotavam princípios seguidores do Monge contra a República, ao afirmarem que a primeira [monarquia] era criação de Deus e, a última do Diabo. Essa discordância com a República se constituiu enquanto uma preocupação significativa por parte das autoridades locais, pois onde o coronelismo deveria dominar, existia uma parte da população que seguia as crenças do Monge, o que representava uma instabilidade política forte (BRANDT, 2007, p. 120).

Com o passar do tempo os seguidores dos religiosos aumentaram numericamente. A preocupação da elite política do Paraná e de Santa Catarina não era propriamente com a religiosidade, mas sim com a diversidade de público que esses redutos alcançaram com o passar do tempo. Outro elemento inquietante aos olhos dessas elites era o deslocamento desses grupos por terras ainda contestadas entre os

estados. Esta situação acarretou problemas sociais e políticos uma vez que ali podiam ser encontrados “os trabalhadores desempregados ao final da construção da estrada de ferro, os posseiros expulsos de suas terras, os veteranos maragatos e os mais recentes opositores políticos dos Coronéis” (MACHADO, 2010, p. 19).

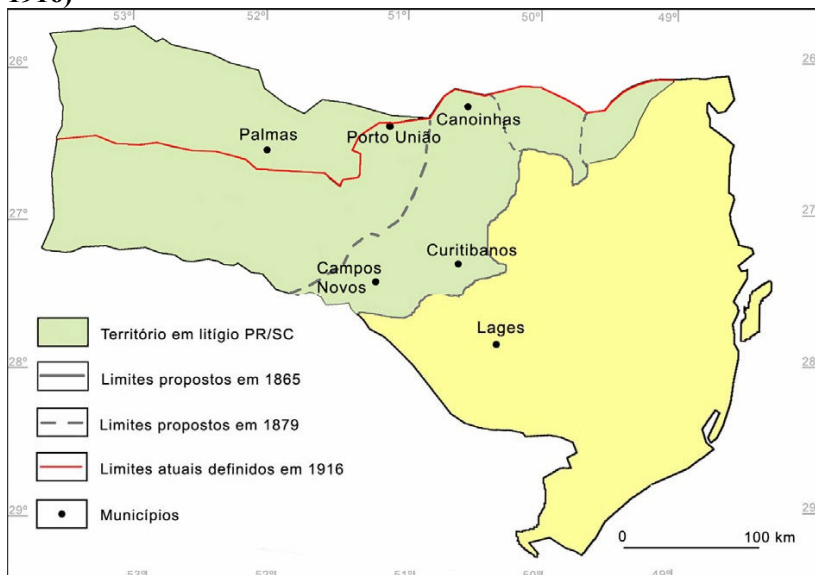
Acirrou-se cada vez mais, com essa aglomeração, as organizações de ataques aos redutos ou cidades santas. E os fiéis seguiam esperando o retorno do Monge, embora não de maneira tão simplista como se pôde pensar inicialmente, pois as lideranças sertanejas, em alguns momentos, se fortaleceram politicamente, o que lhes possibilitou vencer tropas do Governo em alguns ataques. Ou seja, tem-se uma esfera de questões e disputas e de envolvidos bastante complexa nesse momento de início da República.

São João Maria, como ficou conhecido, tinha um grande número de seguidores, pois segundo esses ele teria realizado muitas curas e deixado muitos ensinamentos em relação à natureza, sendo muitos ensinamentos registrados através das “décimas”²⁴ (FELISBINO, 2002, p. 21; MACHADO, 2007, p. 96-98).

Foi em torno dessa religiosidade que surgiu o reduto de Taquaruçu, local onde se acreditava que o Monge reapareceria. Posteriormente, foi atacado pela Guarda Nacional com um grande contingente de homens armados, distribuídos pelo coronelismo que imperava pelo interior catarinense, ainda que houvesse a dificuldade de recrutamento de homens devido ao número de posseiros e lavradores independentes. A Guarda Nacional foi a principal força atuante em 1912, na Guerra do Contestado. Sobretudo pelo descontentamento da população com as negociações e as disputas de poder político. Somente em 1915 os governadores de ambos os estados, Santa Catarina e Paraná assinaram o acordo de acerto dos limites entre os estados (ver figura 3). Não podemos esquecer que os descontentamentos foram se acentuando desde 1895, principalmente pela República ter dado autonomia aos Estados e as possibilidades de colonização. Nesse ínterim também foi definida a fronteira do Brasil e Argentina, quadro que reuniu a disputa territorial e a disputa pelo recolhimento dos impostos (BRANDT, 2007, p. 130).

²⁴ Décimas ou décimas porfias eram histórias com rimas com ensinamentos ou profecias proferidas pelo monge.

Figura 3 – Mapa dos limites entre o Paraná e Santa Catarina (1865-1916)



Fonte: Base cartográfica: PIAZZA, Walter; HÜBENER, Laura Machado. *Op. Cit.*, p. 196; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mapa físico do Estado de Santa Catarina. Brasília, 2004b. 1 Mapa. Escala: 1:750.000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 de maio 2006 Apud BRANDT, 2007, p. 137.

Outro agravante dos descontentamentos foram as concessões do Governo para a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, num momento em que o Brasil intensificou a entrada de capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos da América. No caso de Santa Catarina, a atuação de Percival Farquhar, que chegou ao Brasil em 1904 e, em aproximadamente 15 anos já teria sob seu poder 138 empresas diversificadas que atuavam nos seguintes segmentos: portos, ferrovias, navegação, serrarias, fazendas de gado, frigorífico, entre outros (BRANDT, 2007, p. 138).

O Governo de Santa Catarina concedeu para a estrada de ferro, na primeira negociação, a exploração e concessão de terras, que permitia a exploração por 90 anos, com 15 anos desses para colonização, com direito a terras devolutas de até 30 quilômetros de cada lado da estrada. Mais tarde, na República, o governo ratificou a negociação com algumas alterações nas quais diminuiu para 15 quilômetros de cada lado da

estrada os limites de exploração, no entanto o prazo para colonização aumentou para 50 anos. Farquhar adquiriu a empresa *Brazil Railway Company* que visava unir a ferrovia e a colonização na região (BRANDT, 2007, p. 140-141). A colonização apoiada na expropriação realizada pela subsidiária da Brazil Railway, *Southern Brazil, Lumber and Colonization Company*, a qual deveria explorar a reserva florestal (madeira para exportação) e promover a colonização da região, a partir de 1908 (BRANDT, 2007, p. 140-145). Resultou que “ao final das obras, restavam milhares de desempregados, o que se agravava com a quase total extinção do antigo caminho de tropas” (MACHADO, 2010, p. 13).

A fazenda Butiá Verde, localizada aproximadamente a 20 km de Taquaruçu, serviu de trincheira para o ataque aos sertanejos. Essa fazia divisa com a fazenda Liberata, que por sua vez fazia divisa com Faxinal dos Carvalhos, que hoje está localizada a aproximadamente 12 km de Taquaruçu. Ambas as fazendas só receberam seus registros de terras na década de 20 do século XX (BRANDT, 2007, p. 170 e 173).

Entre essas fazendas havia faixas de terras devolutas onde se encontravam muitos posseiros ou agregados e, com o passar do tempo, mais populações aí se instalaram com a interiorização após o conflito (BRANDT, 2007, p. 175).

É nesse território que se localiza Taquaruçu e onde vivem, ainda hoje, remanescentes do Contestado, os quais reproduzem a condição de pequenos proprietários de terras, e dependem de outras dinâmicas sociais para a sua permanência no local, os quais vivenciam, ainda na atualidade, condições do pós-guerra, conforme Brandt (2007, p. 176):

Nos anos posteriores ao Contestado vislumbra-se a produção de um silêncio a respeito deste período, fruto de diversos fatores, como desqualificação e invisibilização que esta população passou a sofrer a partir da colonização, onde grande parte experimentou a espoliação de suas terras e a desagregação de práticas sociais e espaciais, vistas até então como costumeiras. Porém muito deste silêncio, misturado ao medo gerado pelo horror, pela fome e pela perda de parentes e vizinhos [...].

Embora não seja o foco da pesquisa, foi necessária uma breve exposição da passagem do Brasil Império para o Brasil República dentro da história de Santa Catarina para uma apropriação do contexto em que foi sendo gestada a Guerra do Contestado. Nesse processo, muitos

conflitos ainda permaneceram, embora em menor escala, pois a jurisdição e as disputas de poder continuam a existir, nos espaços onde há interesses de poder, produção e ocupação territorial.

4. ELEMENTOS DE ETNICIDADE, PRÁTICAS CULTURAIS E SUA INFLUÊNCIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS DE REMANESCENTES PESQUISADAS

A reprodução social dos remanescentes poderia se consolidar a partir do uso da terra para sua existência enquanto camponês, no entanto, pelas condições verificadas em campo, a terra se constitui mais como estratégia de moradia do que propriamente de produção, conforme já foi mencionado de forma rápida, anteriormente. De acordo com Yazbek (2009, p. 03) essa reprodução se complementa a partir “[...] da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção”, mas também com as relações que se inserem no meio em que estão estabelecidos. Logo, é a partir da sua etnicidade que se verifica sua permanência enquanto remanescente, pois é essa que faz mantê-los identificados entre si e com essa identidade interagem com o meio a partir de suas manifestações sociais.

São suas práticas e concepções culturais que os fortalecem enquanto grupo, pois a etnicidade “refere-se às práticas e às visões culturais de determinada comunidade de pessoas que as distinguem de outras” (GIDDENS, 2005, p. 206). Nesse sentido, muitas de suas características são reforçadas no cotidiano, como as memórias dos antepassados sobre a história do Contestado e, outras são “omitidas”, como a identificação por “jagunço ou caboclo”, expressões essas, que nunca foram expostas pelos entrevistados, exceto quando perguntados sobre elas, até porque seus usos estão arraigados socialmente como excludentes. Percebemos que até hoje, como por exemplo, no depoimento abaixo, no campo da educação ainda não se trata com regularidade da temática da Guerra do Contestado, oportunidade em que os remanescentes poderiam ter reflexões novas sobre a atuação social de seus antepassados. Isso pode ser verificado no depoimento do entrevistado J (m., 18 anos) que afirma, sobre seu contato com o conhecimento sobre o conflito, e o desejo acerca da presença dele nas aulas: “Ser mais divulgado nas escolas. Esse ano até que eu estava estudando teve a semana do Contestado. A primeira vez que eu ouvi falar do Contestado na escola foi essa vez, quando estava quase me formando, estudava em Frei Rogério [...]”.

Em Taquaruçu é verificável que a etnicidade está diferenciada entre os grupos sociais ali residentes. A publicização e a representação por parte dos remanescentes são limitadas por uma série de fatores, entre os quais, hierarquias de poder e desigualdade social. Segundo Guiddens (2005, p. 567) “em praticamente todas as sociedades, as diferenças

étnicas estão associadas às variações de poder e de riqueza material. Nos casos em que as diferenças étnicas são consideradas raciais, essas divisões às vezes são especialmente marcantes” e neste estudo de caso, também com a imersão no campo, se verifica situação diferenciada para as diferenças étnicas.

Na comunidade de Taquaruçu ainda se reproduzem, entre os remanescentes, algumas práticas sociais e culturais expressas na elucidação de suas memórias, como também nas realizações concretas no tempo presente, que demonstram uma etnicidade possível de ser verificada. Neste contexto, eles são muito solícitos em falar sobre algumas práticas dos antepassados que permanecem até hoje em seus costumes. Uma das práticas sociais está ligada à religião, que é a Recomenda das Almas. Ela acontece na quaresma, onde o grupo, principalmente os mais velhos, organiza a procissão que sai do cemitério de Taquaruçu e segue visitando as casas por algumas noites. Esta é uma realização do grupo de remanescentes, na qual “poucos” descendentes de migrantes italianos participam, embora, todos conheçam e respeitem. Usualmente cantam orações semelhantes às da igreja católica, no entanto com alguns complementos que são passados oralmente através dos mais idosos. Estes cantos não estão escritos e pelo que se pôde observar, poderão desaparecer, pois os jovens e adultos na faixa etária dos 30 anos que dizem participar desta prática social afirmam não saber verbalizar os cantos.

Em algumas entrevistas foi possível constatar descrições sobre a Recomenda, principalmente quando mencionada com emotividade por parte daquele que a descreve, como se observa a seguir nas palavras dos entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos):

O que marca bastante é a Recomenda, do tempo dos antigos. Você sai recomendar na Quaresma, sai na quarta, na sexta que é o último dia da sexta-feira maior.

Começa no cemitério e vai casa por casa. Eles chegam às casas, aí tem uns que aceitam, outros não, onde aceitam, tomam um café, rezam e conversam, daí vai de novo.

[...] Vai quem quiser, mais os Palhanos, mais é a raça cabocla que vai.

[...]

E pense que canto bonito que sai meu Deus! [...]

É tudo na memória. Os mais velhos, mais antigos, mais de idade, eles sabem.

Terço rezado, não era rezado, era cantado o terço inteiro.

Porque é diferente, não igual nós rezamos, tinha Ave Maria, eles cantam a Ave Maria, mas tem umas partes diferentes, é bem bonito mesmo, se vê canta, se vai... Te dá um aperto no coração se você cantar.

Em outro relato se pôde constatar que é uma prática ligada ao núcleo de remanescentes, embora a tradição seja antiga ela ainda é realizada. No entanto, é possível confirmar que nem todos têm o domínio das rezas cantadas e nem toda comunidade de Taquaruçu participa de fato, embora os espaços sejam livres. Estas atividades estão atreladas a ligações familiares de identidade com determinadas práticas sócio-culturais e percebe-se que a não participação de uns cria uma distinção entre quais casas o “cortejo” irá direcionar suas visitas durante a realização da Recomenda, conforme depoimento da entrevistada A (f., 28 anos), que diz:

É, a famosa benzedura é aquela, e como posso dizer? “Recomenda” que eles fazem, nas Almas dos... Que eles saem rezar na frente das casas.

Aí chegam, por exemplo, aqui, canta ali, chegam, tomam um café, conversam um pouquinho e vão às outras casas, é um hábito que já tem faz tempo.

Uma vez por ano. É perto da Páscoa, mas não lembro agora que mês que é.

É um monte de pessoas, daí eles vêm, rezam, cantam, entram tomam café, chimarrão e vão de novo para outra casa, próxima casa. De noite.

Aqui nós conhecemos como “Recomendação de Alma”, eles dizem.

Só da nossa comunidade, dos caboclos. É costume caboclo. Os gringos também participavam, agora não participam mais, tem só um acho que vem [...] Mas eles sempre começam cedo para dar tempo de ir em todas [casas], daí tem umas casas que já chegam tarde e não entram, ficam bastante.

Com o público mais jovem se percebe que a memória das tradições está bastante distante do seu conhecimento. E, como um legado do prosseguimento de responsabilidade dos mais velhos, para serem transmitidas pela oralidade, as culturas precisam que os descendentes mais jovens também o tomem como uma prática em sua vivência. Entretanto, naquela comunidade, ao terem sido questionados

os jovens acerca do que conhecem das tradições dos remanescentes, alguns jovens descreveram apenas fragmentos dessa memória, como pode ser visto a seguir com o entrevistado J (m., 18 anos):

O que eu vejo mesmo que eles falavam que fazem agora, que era do tempo antigo, era aquelas rezas que eles faziam a noite, saíam rezar nas casas.

Recomenda. Isso daí que eu acho que é o mais perto que se parecia de antigamente. Já participei umas duas vezes.

Só acompanhei mesmo, não sei nada. Os mais velhos que rezam e cantam.

A preservação de determinadas práticas de um grupo são essenciais para se verificar as manifestações de etnicidade entre eles, entretanto, apesar deste desconhecimento, não é possível dizer que na dinâmica entre pessoas e tempo não haja elementos que os aproximem. Aqui se busca destacar o que uns conseguem preservar para que se permita a continuidade de identificação ou que sirva de elo de aproximação. E, são essas manifestações de etnicidade que em Taquaruçu dão visibilidade de que nem todas as construções sociais foram reelaboradas ou subjugadas, mas que embora preservadas, na prática encontram-se num momento de transição de reconhecimento. Ou elas voltam a se afirmar no grupo de remanescentes ou, podem desaparecer pela falta de sujeitos que dê sua continuidade, sobretudo o que se transmite através da oralidade.

Outra prática com histórico bastante forte são as benzeduras, prática que ainda hoje se encontra com bastante credibilidade nos espaços rurais. Em Taquaruçu se pôde observar relatos em que essas práticas foram transmitidas desde a época do Contestado, inclusive pelos Pares de França, que eram as pessoas que deveriam acompanhar o Monge, principalmente para ajudar em sua proteção. Benzeduras que até hoje existentes na comunidade com diversas intenções por aqueles que as procuram, configurando curas, muitas vezes, mais creditáveis que remédios. Essas práticas de benzeduras foram iniciadas em tempos de outrora, principalmente devido à dificuldade e distância que se tinha dos locais de atendimentos de profissionais da saúde especializados, verdadeira raridade no interior. Em relação à benzedura, nos revela a entrevistada H (f., 63 anos) sobre a sua prática com as mesmas:

Tipo bugre, às vezes não olho muito para não adivinhar o que o outro vai falar, muitos disseram que era uma herança que tive de umas Pares de

França, que elas ajudavam muito na guerra. E tinha daí a tal de Chica Pelega, ela era curandeira também. Mas o guia que eles usavam no tempo da guerra era o guia de São João Maria. Tenho o guia de São João Maria, me acompanha sempre em qualquer lugar que eu estou.

[...]

Na hora que eu to benzendo, descubro depois que começo benzer, depois que está da parte da metade para o final do benzimento que consigo ver o que é que eles têm. Consigo ajudar muita gente, graças a Deus.

[...]

Um pouco deles daqui dos, vamos dizer não é ser racista, mas dos brancos, daqui dos gringos, um pouco, no começo eles não aceitaram, mas depois foram os primeiros que procuraram meio que se apuraram, tiveram que vir.

Em outro relato, percebemos que, a cultura do caboclo também foi compartilhada e aceita na comunidade, mas acima de tudo, que a crença é vista com resultados positivos sobre as necessidades dedicadas aos benzimentos até os dias atuais, como descreve o entrevistado I (m., 69 anos) trazendo alguns fins de utilização da mesma prática:

[...] por exemplo, a vaca nossa dá bicheira, a gente pede para um caboclo, daqui ele benze, lá 8 quilômetros longe, aquela rês cura. A gente também aprendeu esses benzimentos com eles, virar o casco, uma vaca tem a bicheira, uma vaca meio ligeira, a gente não pode pegar ela, vira o casco, corta o rastro dela e vira o rastro, o bicho morre, ainda a gente tem bastante. Benze bicha de criança, “arque” caída, atropela cobra, quando uma cobra morde uma criação a gente pode matar ou pode atropelar, ainda tem bastante essas crenças, então isso aí ficou bastante, a gente tem bastante uso nessas tradições caboclas.

Outro fator fortemente preservado na memória são algumas práticas culinárias, que não se encontram extintas, mas que não fazem mais parte do cotidiano, com os usos na mesma frequência de outros tempos, devido à nova dinâmica em que estão inseridos, já que não possuem produção com a diversidade total dos alimentos para a subsistência. O acesso à produção de industrializados acarreta mudanças

no hábito alimentar, reelabora alguns dos costumes dos antepassados, os quais se mantinham da criação e produção própria de alimentos. Possivelmente, os alimentos antes tinham maior qualidade nutricional já que usavam menos agrotóxicos e a produção era em pequena escala, como por exemplo, a carne de porco, milho e couve, entre outros. Um prato típico era a quirera, conforme pode ser constatado na fala dos entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos):

Quirera com carne de porco e com costelinha. É o milho bem fininho.

É uma quirerinha bem fininha, quase como polenta, só que cozinha, faz quase que nem polenta mesmo. Daí com a carne de porco, a costelinha. Depois você pega couve e faz separado.

Meio queimado, meu Deus!

A entrevistada F (f., 63 anos) reforça que até hoje segue incluindo em sua alimentação pratos com receitas dos antepassados, não ficando um dia sem, como descreve:

Misturava carne de gado, carne de porco, pele. Verdura da horta.

[...] Pra botar no monjolo pra fazer farinha de biju, pra comer aquelas comidas.

Mais eu não fico um dia sem farinha de biju. Eu compro.

Eu ainda conheci o monjolo da minha avó [...]

Observa-se que mesmo já não sendo mais o milho moído em casa, o acesso ao produto industrializado continua fazendo parte da alimentação, ou seja, há uma modificação, mas não uma perda total do hábito alimentar. Outro costume alimentar que se apresenta como “saboroso e nutritivo” é o revirado de feijão. Foi descrito o modo de preparo desse alimento pelos entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos) assim:

Põe a panela de feijão ali, deixa ferver e farinha de polenta põe ali, mexe, vai mexendo até ele cozinhar, a hora que estiver tudo pronto, cozida a farinha, o feijão põe a banha, banha de porco, mexe bem e está feito o revirado.

Fica soltinho que é uma coisa de dá água na boca, quer ver tomar com café, meu Deus, se eu fico meio dia, não te dá fome.

Quer ver o revirado de feijão com torresmo!

Neste grupo de alimentos se pôde observar que em determinado momento as famílias mantinham sua alimentação com produtos cultivados em suas propriedades ou adquiridos nos arredores, quando hoje se verifica, inclusive no meio rural, um grande aumento no consumo de produtos industrializados.

Por outro lado, também se constata práticas que, atualmente, ainda reforçam certos distanciamentos entre remanescentes e descendentes de migrantes. Embora no dia-a-dia todos da comunidade tenham boa vizinhança, pois nasceram e vivem em Taquaruçu, mas os meandros do cotidiano começam aparecer sutilmente nas conversas do dia-a-dia no trabalho de campo. Uma das questões é que, aparentemente, todos têm liberdade para a participação em qualquer espaço social ou em programas da comunidade, mas no decorrer da pesquisa observou-se que uns são sutilmente limitados nessa participação. Como exemplo, pode-se citar o baile dos trabalhadores, que ocorre no salão paroquial da igreja de Taquaruçu, na véspera do dia do trabalhador – 1º de maio, cobrando-se R\$ 50,00 o ingresso por pessoa.

Neste caso, observa-se que, em decorrência de dificuldades financeiras, a participação torna-se difícil para os remanescentes, pois, sendo na sua maioria trabalhadores diaristas, a remuneração recebida destina-se à manutenção da família e, como não são produtores, não há excedentes que permitam a sua participação em eventos sociais pagos. Referente ao valor cobrado, como pode ser observado com os entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos), impossibilita a participação dos trabalhadores boias-frias: “Muito caro. Nenhum dos caboclos participa. Mas sabe o que dá, ali não tem caboclo nenhum nos bailes, vão somente gringos, cara da cidade”.

A entrevistada A (f., 28 anos) também reforça a questão da falta de participação no baile em homenagem ao trabalhador devido ao valor cobrado pelo ingresso, segundo ela: “É aberto [o baile], mas só vai quem “tem” para entrar lá porque as mesas são bem carinhas. Para a última vez foi R\$ 250,00 a mesa. [Para] quatro, parece”.

Embora o baile seja aberto ao público os trabalhadores diaristas e/ou boias-frias encontram dificuldades para acessar essa atividade cultural, sem que, todavia, seja proibida a participação do remanescente. Ao mesmo tempo não é viabilizada já que dificilmente iriam sem a companhia de suas famílias. Mesma experiência visualizada por ELIAS & SCOTSON (2000, p. 20), pois ao tratarem de dois grupos distintos em seu trabalho, reconhecem também que há níveis de sociabilidade em que

os “outsiders” são excluídos pelos “estabelecidos”, isto é, “excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros”. Embora não é explícita essa segregação, ela é menos visível nas atitudes profissionais, mas se manifesta na vida social, por exemplo, no baile, já que um grupo específico não consegue pagar o ingresso.

Agregada a questão monetária tem-se a problemática do local de realização. O espaço da realização do baile é o salão paroquial da igreja Católica, pois não há outro espaço na comunidade. Lugar em que os descendentes dos migrantes circulam com mais desenvoltura, pois estes são mais frequentes nas missas e reuniões da igreja, cultura não compartilhada com os remanescentes. A falta de produção de excedentes agrícolas também promove certa distinção entre os dois grupos, pois esses no passado foram excluídos do processo de modernização agrícola com a colonização dos espaços, fato que dificulta sua contribuição monetária²⁵ para a manutenção da igreja, como é realizado pelos outros, ou seja, pelos descendentes de migrantes.

Nesse sentido, não lhes é negado o acesso e tão pouco a religiosidade, entretanto essa cultura diferenciada, tanto do ponto de vista de frequência, como no sentido material, enfraquece o poder de representação ou participação nas decisões. Essa dinâmica possibilita a percepção do funcionamento local, ainda bastante atrelado à dedicação à igreja e aos donos da terra.

É essa mesma atmosfera que encobre os interesses de poder, na qual as formações das identidades passam para outras gerações. Ali se verifica que os jovens remanescentes seguem as mesmas trajetórias dos pais, configurando-se um estigma²⁶ social de inferiorizados, em certos espaços locais. Mais precisamente, “se sentia mal indo na missa, pois te olham dos pés a cabeça para reparar na roupa que está usando, então como Deus está em todos os lugares, melhor rezar em casa mesmo”²⁷.

Segundo Goffman (1988, pp. 144; 149-150), um estigma instaurado em uma pessoa desenvolverá apenas ferramentas de autocontrole sobre cada uma de suas atitudes. Faz com que o indivíduo

²⁵ Que nos estudos de Reciprocidade há uma forma de reciprocidade negativa: [...] a sede de prestígio (fonte de autoridade e, portanto, de poder, nas sociedades de reciprocidade) motiva o crescimento da dívida *mais eu dou, mais eu sou* (SABOURIN, 2011, p. 30).

²⁶ A situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena (GOFFMAN, 1988, p. 07).

²⁷ Diário de Campo. Taquaruçu, 29/07/2013.

se sinta impedido de frequentar e até evitar certos espaços, pois já sabe que seu estigma é reconhecido socialmente.

Assim, durante o contato entre remanescentes e descendentes de migrantes não há enaltecimento quanto à suas origens identitárias devido “a necessidade de manipulação dessa tensão” (GOFFMAN, 1988, p. 149), pois ambos estão ligados pelas relações de trabalho, em campos opostos, empregado e empregador, respectivamente. Já para os fins políticos eles se aproximam em certos aspectos, como por exemplo, quando reivindicam para a comunidade os mesmos serviços como saúde, transporte e outros, embora os descendentes de migrantes italianos tenham uma condição social diferenciada.

Essa oscilação entre aproximação e distanciamento na reprodução social dos remanescentes, reelabora para sua etnicidade a condição de submissão em que se encontram junto a outros grupos ou instituições. Isso se dá através da “naturalização” do seu estigma ao ponto da aceitação da sua falta de representatividade social, seja ela internamente na comunidade ou, externamente, enquanto remanescente do Contestado. Isso se verifica no cotidiano da comunidade que, desde criança, exceto na escola, a vida social se dá entre os pares, ou seja, nas categorias pertencentes – remanescentes ou descendentes de migrantes²⁸.

Outro aspecto que reforça o distanciamento social e que interfere diretamente na formação de um estigma é que os migrantes são conhecidos pelos sobrenomes, sempre a informação se dá por “fulano de tal”, remetendo a descendência, já em relação aos remanescentes se diz: “fulano dos caboclos”. Já se nasce com uma identidade pessoal estigmatizada, com uma “ausência de origem”²⁹ (RENK, 1997, p. 12) que, na convivência social, vem sendo reforçada na medida em que se observa a falta de laços de parentesco entre “remanescentes” e “migrantes”. Práticas que tem tornado sua identidade social corrompida através de seu estigma étnico.

Ao se conhecer a comunidade fisicamente, observa-se que as residências dos remanescentes estão concentradas em uma pequena parte do território, elas não se encontram distribuídas por todo o espaço territorial, possivelmente pela pequena extensão de terras que possuem e que serve de moradias para as novas gerações da família, fazendo

²⁸ Observação constatada durante o trabalho de campo.

²⁹ Essa constatação nominal foi observada durante o trabalho de campo, quando os moradores contribuíam na localização das casas e das famílias para serem visitas para pesquisa.

aumentar o número absoluto de moradias/construções, sem aumentar o tamanho da propriedade.

Entre outras diferenças que se puderam apreender, a mais perceptível aos olhos do desconhecido, são as estruturas das moradias de uns e outros, que trazem características de onde há ausência ou concentração de poder econômico, ou como menciona Renk (1997, p. 23) “corresponde ao capital econômico de cada chefe de família”. Mostra a diferença entre boias-frias e produtores rurais e o quanto essa relação interfere diretamente na qualidade de vida, incluso nas construções das moradias. Dos primeiros as casas são de madeira e sem pintura, majoritariamente, as outras de alvenaria com “pinturas e vidraças” (RENK, 1997, p. 23). Essas diferenças nas estruturas das moradias, distribuídas em nossa sociedade, já estão configuradas como “naturais”, na medida em que aumenta a impressão do poder aquisitivo das famílias, visualizam-se melhoras na infraestrutura das moradias.

No que se refere ao poder aquisitivo, observa-se que a reprodução social dos remanescentes se dá em pequenas extensões de área, servindo para abrigar até dez famílias, no caso de uma unidade familiar remanescente, como pôde ser verificado no caso dos entrevistados, casal B (f./m., 28/38 anos): “uma parte muito pequena de terreno e aonde tem o terreno é bastante cheio de casas, que pode olhar aqui, tem 4 alqueire, faça a conta, tem 11 moradores aqui em cima do terreno”. Esse relato demonstra que é difícil ter uma produção agrícola neste espaço que permita o sustento de todos. Em virtude disso ficam submetidos ao trabalho de boia-fria e/ou diarista no entorno, já que também não possuem uma especialidade profissional, e por isso reproduzem a situação vivida por seus genitores. Possivelmente não por opção. Em muitos casos não puderam optar por dar continuidade aos estudos, já que são trabalhadores e precisam ajudar com as demandas por sobrevivência dos familiares.

Essas desigualdades se reproduzem de outras formas que não apenas a material, pois para a alimentação e a moradia as condições, mesmo que limitadas, são existentes, no entanto inviabilizam o acesso a bens que possibilitem a ampliação e acesso a outros bens e serviços sociais como, por exemplo, a permanência nos bancos escolares e o acesso à saúde de qualidade. Essa ampliação do acesso a bens e serviços, bem como aos bens culturais, constituem-se instrumentos para se alcançar uma vida de cidadania plena, que contribua para uma formação política e cultural que leve as pessoas ou grupos sociais a exercerem consciência sobre sua atuação na sociedade e, enfim uma autonomia enquanto sujeito de direitos.

No que toca a ampliação do acesso a bens e serviços podemos citar os casos da educação, saúde, trabalho e seguridade social, já que são instrumentos da Constituição Federal/88³⁰, conforme Art. 6º, que afirma: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Cabe ainda acrescentar a vasta jurisdição da legislação trabalhista constante dentro do Art. 7º, a qual prescreve: “[...] Os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”.

O alcance da plenitude desses instrumentos legais pode contribuir para uma reprodução social que crie condições para inclusão social. Contraditoriamente, a condição social dos remanescentes os obriga a vender sua força de trabalho. Tal atividade se caracteriza como uma atividade remunerada exercida em períodos sazonais e é marcada pelas condições de instabilidade de trabalho, que os impede comumente de acessar direitos sociais, como a previdência social.

A Constituição Federal deveria garantir no sentido jurídico os direitos a qualquer cidadão brasileiro, no entanto, somente o texto constitucional não assegura isso. Essa afirmação dos remanescentes enquanto sujeitos de direitos, também precisa de instrumentos locais para dar visibilidade a essa população, como reelaboração da identidade remanescente, apoio local, comunitário, municipal, entre outros.

Nesse sentido, constata-se que a comunidade possui um instrumento local sob a jurisdição municipal que é o Museu do Jagunço. Este tem cumprido o papel de guardar algumas memórias, mas é deficiente na sua função social que é estar a serviço da sociedade e promover, também a educação. Quando perguntado durante o trabalho de campo sobre o Museu, houve uma diversidade de afirmações a respeito. Encontramos apontamentos como: Nem toda comunidade conhece o local: muitos, quando conhecem não entendem a “utilidade” do mesmo, já que está mais para um “depósito” seguro de memórias, materiais e imateriais, do que uma instituição com alguma função social mais interativa.

Essa situação leva a diagnosticar que a própria interação do Museu com o local e com as organizações públicas do município

³⁰BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: Nov. 2013.

praticamente inexistente, não há uma identidade da comunidade local com o Museu, ou ainda, um conhecimento histórico das memórias que ali estão sintetizadas. Verifica-se que a deficiência na garantia de direitos sociais básicos como educação e programas complementares - quiçá seu planejamento - contribuem para a invisibilidade da população remanescente que reside em Taquaruçu, e mina as possibilidades de empoderamento e reconhecimento que poderiam decorrer de sua efetivação.

Igualmente, se reconhece que não apenas com políticas sociais focalizadas se superam as desigualdades históricas vivenciadas pela população local, ainda que sejam importantes para sua reprodução material. Conforme os dados levantados, os remanescentes figuram como beneficiários do Programa Bolsa Família, sem que, no entanto, este programa seja suficiente para contribuir na ressignificação da etnicidade dos remanescentes do Contestado, e possa fomentar a organização e mobilização dos sujeitos da comunidade para suas demandas específicas.

Desta maneira, o precário acesso à terra por parte dessa população de remanescentes impossibilita a sua reprodução social de maneira diferenciada em relação aos seus antepassados expropriados, ou que por necessidades básicas precisaram vender, ao longo do tempo, pequenas parcelas de suas terras para subsistência. O que reflete hoje na reprodução social de seus descendentes, pois como aponta Wanderley (2009, p. 69) “[...] a modernização da agricultura ocorrida a partir dos anos 1960, reiterou o tradicional controle concentrado da terra, que permanece gerando grande capacidade de dominação política e de produção de diversas formas de exclusão social”, sendo uma dessas a pobreza rural.

É necessária uma política mais eficiente para as demandas do local, pois apenas um pedaço de terra que só oferece moradia, não permite a ascensão ao desenvolvimento de agricultura sustentável para o núcleo familiar. Sem produção de excedentes, se impossibilita o acesso a outros bens, pois não se conseguem estruturar novas estratégias de reprodução. Essa política mais eficiente, primariamente, poderia ser do ponto de vista material como reforma na moradia ou, aquisição de máquinas que irão refletir em novas expectativas de permanência no local. Além disso, outros serviços poderiam ser mobilizados através de projetos ou programas, ou como se refere Wanderley (2009, p. 77) “[...] na medida em que sua presença ou ausência pode, também, afetar a dinâmica demográfica local, como é o caso dos serviços nas áreas da educação e da saúde”.

As carências desestruturam a manutenção de sua etnicidade, na medida em que geram uma expectativa de vida melhor “fora” da comunidade, principalmente ao “encantamento” que o meio urbano gera como lugar “de acessos”, o que pode contribuir negativamente, ao reforçar o desejo de muitos jovens na busca por uma reprodução social diversa da de seus pais, e projetarem o êxodo rural como alternativa para suprir demandas básicas e não uma emancipação social e política.

Essa perspectiva negativa em relação a sua reprodução social, num processo de exclusão vivido cotidianamente, poderia ser reestruturada a partir de um trabalho de ação coletiva protagonizada com o apoio de organizações sociais e políticas. Dentro do “processo de redemocratização brasileira” um dos resultados positivos foram e são as ações coletivas, apontados por Wanderley (2009, p. 81), em que os movimentos sociais se pautaram. Segundo a autora, uma consequência parece evidente, a que reforça as identidades dos grupos sociais rurais “subalternos”, amplia seu campo de ação coletiva, favorece o seu protagonismo e a capacidade de formular suas demandas, pois reforçam suas práticas culturais e interesses em comum.

5. A IDENTIDADE DE REMANESCENTES: UM PROCESSO EM (RE)CONSTRUÇÃO

Por se tratar de um conceito de diversos significados, pois são distintas as áreas que fazem uso e para distintas categorias de análise, optou-se pela abordagem de Stuart (2011, p. 12), para quem:

a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis.

Outros conceitos de identidade podem colaborar na interpretação da realidade dos remanescentes, como Giddens (2005, p. 43) para quem “a identidade se relaciona ao conjunto de compreensões que as pessoas mantêm sobre quem elas são e sobre o que é significativo para elas”, ou seja, a partir do momento em que se percebem como remanescentes estão demonstrando que é uma escolha o compartilhamento dessa história que está atrelada aos seus antepassados e, que ainda mantém o dispositivo dessa memória.

Entretanto quando Stuart afirma que a identidade “costura o sujeito à estrutura” e, Giddens (2005, p. 44) menciona que “a identidade social refere-se às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros”, verificamos no caso dos remanescentes que eles mantêm, na sua identidade, a referência aos seus antepassados envolvidos com o conflito do Contestado em Taquaruçu. Todavia, a experiência do dia-a-dia no espaço e tempo da comunidade aponta para esse diálogo com outras vivências, que também reelaboram sua identidade.

Nesse caso, podemos ver que os costumes foram readaptados de acordo com as disposições contemporâneas, como, por exemplo, mudar hábitos alimentares, trabalhar na produção de terceiros, manter os batismos na igreja. Têm acontecido mudanças que foram se

estabelecendo durante o tempo transcorrido do afastamento de seus antepassados – eles tinham mais autonomia em relação ao uso da terra, da produção agrícola própria, de uma religiosidade tradicional -, mas tais alterações não promoveram o total apagamento de suas referências, ou seja, é uma escolha que esses indivíduos tem feito sobre quais características devem permanecer e serem transferidas de geração em geração.

Contraditoriamente, verifica-se que outras características são atribuídas aos remanescentes pelos “outros”, nesse caso os descendentes de migrantes, que vivem na mesma comunidade. O que vem a refletir no seu modo de se auto afirmar como remanescente, logo, tratar de um reconhecimento como remanescente pode interferir diretamente nas relações de sociabilidade e dependência que os mesmos têm dentro da comunidade, pois a grande questão do Contestado, como o próprio nome diz é “contestar” e, nesse caso esteve diretamente ligado à propriedade da terra, da qual foram deslocados no processo histórico por serem posseiros. Nodari (2009, p. 143) ao se referir à formação do Oeste catarinense afirma que:

Esses brasileiros foram “forçados” a sair de suas terras, que consideram “suas”, com a chegada das colonizadoras e dos teutos e ítalos à região e através de efetivas ações governamentais que não reconheciam o direito de posse dos caboclos.

Remexer nesse passado por parte da comunidade seria reconhecer que os antepassados dos remanescentes foram expropriados de suas terras e, ainda mais, reconhecer que os antepassados dos descendentes de migrantes estariam também interligados com essa história, por ligação com a história da colonização, mesmo que os atuais moradores vieram a se instalar em Taquaruçu após o período dos embates.

O reconhecimento da população remanescente do Contestado poderia redefinir uma identidade social coletiva, pois em Taquaruçu, os sujeitos envolvidos foram reelaborando sua identidade a fim de buscar uma convivência, em certo grau de harmonia, mas pautados em cima de uma ruptura das memórias do passado e de seus antepassados.

A possibilidade no reconhecimento dos remanescentes influiria na sua identidade, implicaria uma desconfiança para os demais, sobretudo se os remanescentes reivindicassem a terra pública ou a sua terra, considerando que essa está implicada com o processo de colonização. Isso poderia gerar conflitos nas apropriações antes e depois do Contestado, apropriações estas que foram viabilizadas pelas

empresas colonizadoras ou mesmo particulares. Assim, ao ser negado internamente um direito histórico, reafirma-se a identidade dos remanescentes enquanto caboclos, reforçando sua inferioridade étnica atribuída historicamente a essa população, o que reforça, também, a exclusão dessas populações das esferas de poder, dificultando o seu reconhecimento como sujeitos de direitos.

Ademais dessa construção histórica da identidade social deles, o termo caboclo sempre foi um termo pejorativo, incorporado na sociedade brasileira e, em especial, na sua caracterização ao se envolverem no conflito do Contestado, no Oeste, segundo Nodari (2009, p. 145):

O caboclo foi estereotipado durante a Guerra do Contestado e, consequentemente, a imagem que prevaleceu dele foi a de homem violento, fanático, pouco afeito ao trabalho e revoltado. Era esse caboclo que os migrantes imaginavam encontrar quando vinham se estabelecer no Oeste e, em muitos casos, exigiam seu deslocamento.

A identidade estereotipada do remanescente que se arrasta até os dias atuais, pode ser verificada nas representações de um dos entrevistados que, ao ser questionado se seu grupo ainda carrega algo da imagem negativa dos antepassados, no caso a referência ao termo “caboclo” ou “jagunço”, nos conta que não somente pessoas de fora, como mesmo internamente na comunidade ainda não foi superada essa negatividade em termos de identidade que pesa sobre as gerações atuais. Vejamos o que nos diz a entrevistada H (f., 52 anos), verificado que nas suas palavras ainda há algo a ser superado:

Daqui mesmo do lugar, pode ter aquele que fala, fala do tempo de antigamente mesmo. [...] Fala do mesmo jeito que ele escutou os outros e ainda vive com aquele medo do tempo de antigamente. Ainda olha pra gente, tem gente do mesmo lugar que estão proseando, daqui a pouco a gente diz sou descendente de jagunço, eles já mudam. Daqui a pouco “male-male” um movimento que a gente faz sem querer, ele já se assusta. Já ficam de olho estralado. E não é, a gente estudou, a gente só tem aquele sangue na veia que às vezes a gente faz um movimento que o jagunço fazia, fizeram.

Essas experiências atuais, mesmo quando negativas, reforçam a identidade de remanescente, ao mesmo tempo em que os estigmatizam, pois ainda que a história do Contestado esteja hoje melhor esclarecida no que tange as suas circunstâncias e a configuração política, para essas populações as conseqüências ainda são sentidas no cotidiano. Ao mesmo tempo em que permanece a identidade de remanescente, ainda falta o reconhecimento dos prejuízos a que essa população foi submetida no passado.

No entanto, a partir das origens das categorias de indivíduos se observa distintas trajetórias que levam a diferentes recursos de reprodução social no cotidiano. Esses recursos vêm da forma como constituem sua identidade e sua cultura, noções estas que podem ir se reelaborando com o passar do tempo e das gerações, bem como um possível rearranjo devido ao local que estão inseridos os sujeitos devido a diversas mudanças como as políticas, as climáticas, o trabalho, a família, entre outras.

Entretanto, não necessariamente se pode dizer que ao mudar aspectos culturais de um povo ou de uma comunidade está implicitamente mudando a sua identidade, ainda que os processos de aculturação tenham sido muito efetivos na história do Brasil. Exemplo disso é o caso de vários indígenas, que embora muitos hábitos estejam reorganizados para a sobrevivência na sociedade contemporânea, não perderam totalmente sua identidade quanto às suas crenças, seus costumes, suas demandas sociais, suas características físicas, ainda que a sociedade brasileira siga profundamente demarcada pelas desigualdades étnicas, sobrepondo-se com outros processos de desigualdade social, pois:

Embora isso não signifique que exista um elo causal entre cultura e identidade, expressando que a mudança numa implicaria necessariamente mudança na outra [...] não se pode deixar de considerar que existe uma relação de implicação, se bem que não de causalidade... Uma etnia pode manter sua identidade étnica mesmo quando o processo de aculturação em que está inserida tenha alcançado graus altíssimos de mudança cultural [...]. (OLIVEIRA, 2006, p. 36).

Neste entendimento, no Oeste catarinense, houve o processo de migrações nos quais os grupos sociais foram se estabelecendo e suas identidades sociais e pessoais se reorganizando para melhor “adaptação” ao local. Os caboclos, que Arlene Renck (1998, p. 4) categoriza como os

“brasileiros”, foram uma das populações que tiveram limitados no cotidiano seus costumes tradicionais com o meio-ambiente, sobretudo na liberdade do uso das caças, pescados e frutos. Com o passar do tempo seus costumes precisaram ser reelaborados e seu direito à terra “livre” foi sendo limitado devido à nova onda de apropriação de caráter privado.

Logicamente que no acompanhamento do processo histórico do Brasil, quando analisados índios e negros na formação do país, se observa que a esses a sociedade brasileira já reconheceu socialmente e juridicamente a equiparação enquanto sujeitos de direitos da cidadania plena. Entretanto, na prática a plenitude não foi atingida, pois os territórios de quilombos ainda não foram reconhecidos legalmente em sua totalidade e, os indígenas seguem tutelados pelo Estado e em constantes conflitos com grandes proprietários de terras na luta pela demarcação de suas reservas.

Quando nos referimos ao caso do Contestado, no Oeste Catarinense, percebe-se que o processo de (re)construção da identidade de remanescente ainda sofre influência da forma como se desenvolveu a ocupação do território a partir da imigração de descendentes de europeus. Nessa linha de pensamento, exclusivamente sobre o território de Taquaruçu, ser ou não ser remanescente implica estar imbricada na memória a insegurança de que novos conflitos ou desavenças poderiam surgir nas relações pessoais dessa comunidade. Isso se deve, principalmente, ao fato de que a grande problemática está em torno da propriedade da terra, onde o remanescente que tem mais terra é dono de cerca de 5 hectares. Conforme verificado quando foi realizada a pesquisa no próprio local dos remanescentes identificados, ao serem questionados sobre a propriedade de sua terra e a extensão atual, apontam subdivisão da propriedade disponibilizada para moradias dos filhos, que já constituem novas famílias.

Em contraste a esse perfil, na mesma localidade, as famílias descendentes dos migrantes italianos, proprietárias de terras que medem entre 9 e 60 hectares aproximadamente - medidas verificadas na pesquisa quando solicitado sobre o tamanho de sua propriedade, aos que foram contatados – informaram que se tem outra moradia sobre a mesma é a do filho ou filha que ficou com os pais.

Nesta questão da extensão territorial a desigualdade é grande, pois onde há terra para morar, como em uma propriedade de aproximadamente 5 hectares, não há terra para plantar e nem os meios de produção. Situação que, ao longo das trajetórias das famílias remanescentes, reflete claramente na reconstrução das identidades e

reprodução social. Neste caso, está visível a separação étnica dos grupos, pois cada um, remanescentes e os “outros”³¹, estão devidamente limitados a seus grupos, exceto em dois momentos que se destacam a interação entre os mesmos: remanescentes trabalham como boias-frias³² nas lavouras dos vizinhos descendentes de migrantes italianos e quando há atividades na igreja local, onde embora não tenham poder de mando, participam em menor número que os “outros”.

Diante dessas dinâmicas se torna difícil, inclusive ao pesquisador, aproximar-se da identidade pessoal dos remanescentes, que neste estudo de caso está atrelada a uma relação de poder local. Pois estar desprovido de bens materiais e de uma tradição de famílias bem sucedidas, limita o direito de sujeito ativo ou como se refere Renk (1998, p. 2),

Essas diferenças são traduzidas pelas posições ocupadas num espaço social hierarquizado. As posições diferenciadas, os instrumentos e capitais desigualmente distribuídos entre os grupos fazem com que a percepção do mundo social seja um constante embate [...].

Logo, a identidade social também tem sido afetada, pois depois de muitos anos os remanescentes e os que assim vêm se percebendo, não têm conquistado o reconhecimento social. A identidade pessoal não conseguirá engrenar para uma identidade social enquanto a Guerra do

³¹ Aqui “outros” referem-se aos descendentes de migrantes italianos. Expressão de Elias & Scotson (2000), no entanto usado com sentido inverso ao da obra, sendo os “outros” os que em Taquaruçu tem destaque privilegiado.

³² [...] o “boia-fria” recebe essa denominação devido às características de sua alimentação, normalmente feita no dia anterior ao consumo, que é realizado no próprio local de trabalho, sem aquecimento [...] Apesar de apresentar variações dependendo da região onde trabalha, podemos definir o “boia-fria” como sendo um trabalhador rural caracterizado pelo trabalho temporário ou sazonal, normalmente nos períodos de pico da produção agrícola, como a colheita, e que reside fora da propriedade rural, geralmente morando nas periferias das vilas ou cidades. Sua remuneração pode ser feita por empreitada, tarefa ou por dia e, na maioria dos casos, o “boia-fria” é aliciado por um “gato” ou turmeiro. Essa relação de trabalho é também marcada pela falta de qualquer direito trabalhista, o que resulta nas mais variadas formas de exploração, seja pela duração da jornada de trabalho, seja pela intensidade do ritmo de trabalho, ou seja, pelas condições precárias e penosas do transporte diário [...] representa a solução menos onerosa para o empresário rural e como consequência, uma forma mais vantajosa de acumulação de capital (MOTTA, 2005, p. 63).

Contestado não conseguir firmar-se enquanto história regional esclarecida e reconhecida pelo Estado e pela sociedade brasileira. Uma vez que só tal reconhecimento transferirá para seus atores sociais os valores então pertinentes à função social que lhes coube no passado. Cabe aqui um apontamento sobre esse “reconhecimento” que se menciona, conforme esclarecimento que nos oferece Oliveira:

A diferença entre “conhecer” (Erkennen) e “reconhecer” (Anerkennen) torna-se mais clara. Se por “conhecimento” de uma pessoa entendemos exprimir sua identificação enquanto indivíduo (identificação que pode ser gradualmente melhorada), por “reconhecimento” entendemos um ato expressivo pelo qual esse conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que expressem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor” social (HONNETH apud OLIVEIRA, 2006, p. 31).

A partir dessa limitação de “reconhecimento” percebe-se que nessa comunidade, encontra-se a reprodução das diferenças em relação à pobreza e etnia, no entanto, mascaradas em meio às relações de poder que se constroem através das impossibilidades de reprodução material e social.

Também é perceptível que não há graus de parentescos entre uns e “outros”, excetos alguns apadrinhamentos, embora na prática persistam os isolamentos. Aqui é possível fazer uma alusão ao período escravocrata do Brasil, no qual se buscava, através dos apadrinhamentos, a possibilidade dos filhos terem acesso a outras esferas sociais ou, ainda, proteção dos grandes senhores. Todavia, para essa relação de compadrio Machado (2007, p. 69) aponta que não se pode unificar que todas essas relações sejam assim, mesmo que ainda venham existindo no planalto, “tanto na modalidade horizontal como na vertical”, o autor alerta que:

O compadrio era uma instituição complexa que ampliava as relações de solidariedade além das redes de parentesco (ou ampliava o próprio parentesco, uma vez que todo parentesco pode ser considerado a rigor, simbólico), mas reforçava, ao

mesmo tempo, vínculos de subordinação social e legitimação da patronagem dos fazendeiros sobre as famílias de peões e agregados.

Quiçá em Taquaruçu, o compadrio se baseie na proximidade de vizinhança existente entre as famílias remanescentes e descendentes de migrantes com os vínculos de batismo, porém não se reconhece o mesmo tipo de relação de intimidade com a frequência nas casas ou dos eventos familiares dos padrinhos.

Facilmente se observa que os relacionamentos afetivos que podem levar ao parentesco, como os casamentos, se dão dentro dos grupos de mesma descendência, isto é, “[...] internamente, a população local divide-se e é dividida em duas nações: a dos de origem e a dos brasileiros, onde o norteador é o elemento étnico (RENK, 1997, p. 16)”, acrescentando-se ainda para o caso de Taquaruçu a divisão por estratificação social, com maior privação material (remanescentes) e com menor privação material (italianos). Tais elementos repercutem no cotidiano e se revelam na falta de convivência social como sociabilidades de tempo livre nas casas dos moradores. Isso não significa dizer que elas não existam, mas que se dão no interior dos respectivos grupos.

Levanta-se a hipótese de que, nessas relações, limita-se a relação intergrupal como forma de se manterem cada grupo com suas características de sociabilidades sem a necessidade de que nenhum precise reformular sua identidade pessoal para forjar uma identidade social que talvez requeresse troca de costumes, de diálogos, de forma de ser, de vestir, entre outras.

Por outro lado, juntar esferas sociais distintas também pode ocasionar, em certo sentido, uma invasão de privacidade devido à criação de uma relação intergrupal, pois se estaria deixando explícitas as formas de identificação de cada um, tanto empregados, como patrões, relação esta que é chave para que em determinados momentos, todos mantenham significativa tolerância em virtude da necessidade que ambos têm desse estreitamento relacional de trabalho. Exemplo disso se observa no relato da entrevistada A (f., 28 anos) ao se referir se há diferenças entre remanescentes e descendentes de migrantes. Ela disse: “[...] aqui todo mundo se relaciona bem, mas sempre tem aquela diferencinha, é que os gringos parecem ser diferentes, o modo de pensar, que a pele deles é mais clara”.

De qualquer forma, facilmente verificamos na sociedade brasileira que diferentes estratos sociais não costumam manter-se em

grande nível de intimidade para que não haja fuga do controle das classes dominantes sobre as classes dominadas, pois a partir do momento em que essas esferas criassem vínculos de parentesco as relações de exploração do trabalho seriam afetadas, pois os níveis de negociação da força trabalho e os meios de produção estariam no mesmo campo de disputa.

Prosseguindo, a entrevistada A aponta para uma diferenciação de estrato social, o que colabora para que siga existindo uma demarcação de limitações entre ambos, como podemos ver a seguir:

Vive um pouco diferente, tem mais condições. [...] financeiras essas coisas. Que nem aqui nós, em comparação, todos nós moramos nesse pedacinho de terra, só dá para o gasto e eles já tem uma imensidão de terra, só para um ou dois. [...] e nós, só para o gasto, daí para sobreviver nós trabalhamos para eles.

Geralmente a diferenciação mais notável está na comparação ao uso da terra que os grupos realizam. Tal fato se que torna um marco de identificação do grupo ao qual pertencem e, por consequência, lança luz sobre quais os seus limites de alcance social de cada grupo, em virtude, principalmente, do produto dessa relação com a terra.

Outro termo que aparece como distintivo entre as pessoas está atrelado ao período da Guerra do Contestado, principalmente entre os mais velhos, pois os antepassados dos remanescentes são chamados de jagunços. Essa identidade para alguns segue presente, como pode ser observado na fala da entrevistada H (f., 52 anos): “a maioria eles dizem o que ouviram falar. Dizem que viram falar, a verdade né, nós somos descendentes de jagunço mesmo”.

Mesmo admitindo sua descendência, durante o trabalho de campo, em algumas conversas foi possível perceber que ainda há pessoas estigmatizadas pelos laços atrelados aos antepassados de jagunços. Especialmente em relatos de brigas acontecidas na comunidade, que envolveram pessoas dos dois grupos, nos quais a ênfase é dada ao comportamento mais espontâneo do contato físico, referente a esse de antepassado “violento” dos remanescentes.

Outro depoimento também trouxe o posicionamento sobre a visão negativa que o sujeito jagunço herdou da sua atuação no conflito do Contestado, conforme o entrevistado C (m., 41 anos):

Acho que uma coisa que eu não gosto, que é errado eles falarem do Contestado porque eles

chamam o pessoal que viveu aquela Guerra do Contestado de jagunço, no meu pensar eles não são jagunços, eles guerrearão, meus parentes, eles guerrearão a maioria pra defender o seu pedaço de terra, não foi porque matar por ser bandido [...].

Muitas são as memórias verificáveis existentes ainda hoje na comunidade sobre o embate de Taquaruçu, umas de tristezas, outras de conquistas, que com o passar do tempo foram sendo repassadas às novas gerações. Elas existem especialmente entre os remanescentes mais velhos, pois estes revivem os sentimentos dos seus antepassados em virtude de terem convivido com pessoas que experienciaram o conflito e, também, por estarem presentes no cotidiano quando os remanescentes são lembrados como “jagunços” no sentido estigmatizante de “brigões, matadores, bandidos”.

Na construção dessa identidade é desconsiderado o fato, em especial por parte dos descendentes de migrantes, da historicidade do processo de expropriação da terra – por medidas governamentais, ou posteriormente pelo desmantelamento da possibilidade do povo tradicional de viver da terra – bem como das contribuições ofertadas pelos ditos “jagunços” à cultura local. Ou ainda, do reconhecimento por terem lutado em defesa de sua terra em virtude de não possuírem condições de registro e em muitos casos, por ter o governo desconsiderado sua existência ao conceder ou vender a outros suas propriedades tradicionalmente ocupadas, com a legitimação dos interesses das instituições e dos particulares ao promover os embates do Contestado. Tal averiguação nota-se, tem relevância. E ainda que não tenha caráter hegemônico, é reconhecida na historiografia. Todavia, tal compreensão não foi estendida aos remanescentes que hoje ocupam a área da comunidade de Taquaruçu.

Logo, a identidade dos remanescentes vem ao longo do tempo sendo mediada por uma (re)construção pautada nas memórias dos combates da Guerra do Contestado, sem deixar que seus antepassados sejam esquecidos dentro de seu grupo e, mesmo envolvendo mortes, percebem que lutaram por seus direitos, por sua terra e por sua religiosidade. No entanto, internalizar essa identidade de remanescente também está limitado no seu meio social, pois na comunidade a sensibilização sobre as motivações reais que levaram os antepassados dos remanescentes a envolverem-se nesse processo de conflito social, parece estar um pouco “nebulosa”.

Nessa dinâmica entre os dois grupos é que vem sendo dada a reprodução social dos remanescentes, basicamente sobre uma

continuidade de exclusão, pobreza e afastamento de seus costumes tradicionais. Cada vez mais as novas gerações se afastam do processo cultural e das memórias de seus antepassados, pois ainda muitos, na sociedade de forma geral, veem os remanescentes a partir de uma lente delimitadora pejorativa de “jagunços, caboclos, despreocupados com o trabalho, não acumulam riqueza”, entre outros.

É nesta perspectiva que a reprodução social dos remanescentes acompanha o que Yazbek (2009, p. 03) menciona ao se referir, também, que “a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social”, vem implicar diretamente nas estratégias em que essa população, neste caso os remanescentes da comunidade de Taquaruçu, são obrigados a encobrir uma consciência em relação ao seu passado.

Reinventar essas “formas de consciência social”, as quais reconfiguram seu “posicionamento na vida social” é o que os leva a se posicionarem de acordo com o poder do grupo social no qual estão inseridos, isto é, referente ao passado já não se discute mais, no entanto, as características negativas atribuídas aos remanescentes que vem “dos outros” como Giddens (2005, p. 44) apontou em referência a identidade social. Essas identidades permanecem vivas e se vem se reproduzindo com interferência direta na formação da identidade dos remanescentes. Estratégia essa que entre grupos de posições sociais e interesses contraditórios entre si - um produtor rural (migrante) e outro, um trabalhador diarista (remanescente) – faz perpetuar os estigmas e por consequência, que os remanescentes prossigam nessa linearidade de não reivindicar o reconhecimento social e jurídico de seus antepassados.

Essa “imobilidade” dos remanescentes é repassada para as novas gerações e ao compartilharem da mesma formação identitária, reproduzem o mesmo modo de vida referente ao trabalho (boia-fria) e o mesmo processo de reprodução social referente à expectativa de mudanças para o futuro. Logo, permanecem estigmatizados, assalariados e desprovidos de incentivos para autonomia na produção de subsistência em sua totalidade – econômica e social -, sobretudo, sem acesso à cidadania plena que possibilitaria o reconhecimento de sua identidade como remanescente, com reconhecimento e valorização na sociedade atual.

6. CABOCLOS E REMANESCENTES DO CONTESTADO: (DES) CONTINUIDADES E RESSIGNIFICAÇÕES EM TORNO DE UMA IDENTIDADE COLETIVA

Devido à grande diversidade étnica existente no Brasil, encontramos o termo “caboclo” em diferentes regiões. Em virtude dessa pluralidade não é possível generalizar esta categoria social, pois além das especificidades verificadas no processo histórico de miscigenação de raças, comumente encontradas em nosso imaginário social, o que difere um grupo de outro está muito além da simples caracterização estética. Assim sendo, o que vem a compor uma definição de uma categoria de grupo social na nossa sociedade também precisa ser reelaborado para que se torne possível expressar as suas particularidades. Isso se dá também pela busca de conhecimento da cultura e suas práticas sociais no cotidiano. Deve-se considerar questões como trabalho, sociabilidade, educação, política, religião, alimentação, entre outros.

Isso não significa dizer que dentro de categorias sociais de análise não encontraremos aspectos contínuos, semelhantes, mas não podemos ignorar a reelaboração histórica que existe em qualquer sociedade, nem tampouco se podem congelar categorias fora da interligação com os demais grupos e espaços sociais no seu entorno. Temos identidades que se estabeleceram e se reproduziram socialmente a partir do processo histórico de colonização, onde os imigrantes europeus, principalmente no sul do Brasil, tiveram o seu ingresso planejado e organizado para uma possível estabilidade nacional diante de ofertas dadas pelas políticas de colonização, ainda no Brasil Império, como a compra de terras com quitação parcelada na medida em que iam implantando o processo de modernização da sociedade local.

Situação semelhante não encontramos em nosso processo histórico referente aos índios e negros ou a qualquer outra população local que pudesse vir a existir, posteriormente, como os caboclos. Reflexo disso é que no Brasil hoje se tem buscado novas políticas e legislações específicas para esses grupos³³, por serem reconhecidas as

³³ Para saber mais sobre quilombolas: BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Portal da presidência da república, Brasília, 20 nov. 2003. Sobre os indígenas: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

desigualdades com que foram tratadas as diferentes categorias de habitantes no território nacional. Essa diferenciação torna-se mais visível ao se observar as estratificações sociais, principalmente quando se analisam acessos e permanências nas relações sociais, na ascensão econômica e política, bem como nas trajetórias familiares de índios e negros, que se diferem da maioria da população branca.

Também é sabido que no processo histórico brasileiro a legislação sobre a propriedade de terras buscou ordenar e conhecer suas dimensões territoriais, já que as regiões distantes das grandes metrópoles nem sempre eram conhecidas com precisão, principalmente no que se refere à extensão e cultivos praticados. No entanto, o primeiro projeto de lei de terras em 1843³⁴ já trouxe encaminhamentos para auferir valor mercantil, juntamente com taxas e impostos para medições e demarcações, o que inicialmente já viria problematizar as relações dos que somente ocupavam espaços para sua sobrevivência e os que possuíam grandes extensões, além das que se destinariam para a vinda de novos colonos.

Desde então, no Brasil, as questões ligadas à terra e às ocupações dos sertões se encaminharam para grandes disputas entre os grandes proprietários, governo central e pequenos posseiros. Nesse contexto, o processo histórico se deu pela “lei do mais forte”, dos que possuíam capital para legalização de suas terras e a expropriação dos que não o fizeram ou não tinham economias para tal exigência. Esses embates se transferiram do Brasil Império para o Brasil República cujos resultados demonstraram que populações locais, sobretudo os pequenos posseiros, muitas vezes empobrecidos, foram os que sofreram as consequências mais graves de tal legislação, uma vez que os mesmos tinham sistemas de culturas diferenciados. Renk (1997), ao tratar de “brasileiros” do Oeste catarinense, mostrou que eles tinham um modo de vida simples no campo. Com aproveitando livre das terras para suas plantações e criações de animais sem os cercamentos, o que lhes permitia deslocamentos em busca da sobrevivência, pois uma de suas atividades centrais era a extração da erva-mate, de produção sazonal (RENK, 1997, p. 96-97).

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
>. Acesso em: Nov. 2013.

³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto sobre colonização**. Anais da Sessão de 10/06/1843. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=6/9/1843>. Acesso em: 20 Nov. 2013.

Essa população brasileira não tinha a necessidade de demarcações, no entanto, além de muitos terem sido expropriados até o início do século XX, tampouco lhes foi reconhecida alguma alternativa quanto à reprodução de suas práticas culturais. Diferentemente do ingresso de imigrantes europeus, que se deu através de incentivos oportunizados pelo governo central, embora esses também não alcançaram de forma homogênea todos os grupos de imigrantes.

Por ser a propriedade da terra, até os dias atuais, uma ferramenta de status e acesso na nossa sociedade, permitiu-se a continuidade de poderes a uns, como por exemplo, os descendentes de imigrantes e, a outros, como descendentes de índios e negros, a subalternização. No século XX, não se desconfiguraram as estratégias de poder apoiadas nas políticas de concentração de terras. A partir da sua concentração, no início do séc. XX, se legitimavam cargos políticos – os cargos de representação política sempre foram atrelados aos grandes proprietários de terras -, desvinculando-a do seu uso social, na medida em que muitos latifúndios ainda permanecem com partes de áreas improdutivas.

Já as populações de negros, indígenas, caboclos e miscigenados, desde o século XX permanecem em pequenas extensões de terras ou com direito de uso com a tutela do Estado, como é o caso dos indígenas. Essas populações, a partir de um processo histórico de exclusão social, seguem até os dias atuais na busca por conquistas sociais, pois além de estar arraigado na sociedade brasileira o preconceito racial sobre elas, carregam a marginalidade a que estão expostas pelo poder fundiário. Elas ainda vivenciam a falta de acesso aos meios de produção agrícola, estes que se constituiriam em uma estratégia de reprodução social para que essas populações saíssem da condição social desigual que enfrentam historicamente.

De modo geral existem permanências e mudanças na construção da identidade individual como na coletiva, tanto nas famílias como nas comunidades, processos que ocorrem em qualquer sociedade. No quadro das mudanças figuraram as econômicas, políticas, ambientais e culturais que ocorreram tanto nas populações rurais, como nas urbanas ou mesmo, na interação existente entre ambas, que exigem construção de políticas públicas e programas que busquem dar conta da diversidade de demandas sociais e promovam a igualdade de acesso entre os diversos segmentos da sociedade.

Poderíamos citar o caso de políticas como, por exemplo, o crédito fundiário, financiamento agrícola, o sistema de cotas nas instituições públicas, bolsa verde para populações ribeirinhas e a política de reforma agrária. Entretanto, nem todos os segmentos sociais da sociedade

brasileira, particularmente da população rural, conseguem acessar essas políticas, como é o caso dos remanescentes do Contestado, em Taquaruçu.

É nessa falta de acessos que o caráter identitário dos remanescentes vem se reformulando, ao restabelecer normas limitadoras para suas relações sociais externas ao seu núcleo populacional, bem como com as relações internas estabelecidas no próprio grupo, fatos que resultam em um processo que se reflete na formação ou mesmo na redefinição da identidade desses sujeitos e que acabam por impossibilitar o fortalecimento do coletivo.

Cabe-nos salientar que nem sempre o termo caboclo foi visto de forma pejorativa, tanto ao longo do processo histórico como em experiências contemporâneas. Como exemplo disso se tem o processo que Renk e Saldovi (2008) chamaram de “reconversão cabocla e a invenção das tradições” no próprio estado de Santa Catarina, no município de Chapecó. Em 2004 a Câmara Municipal reconheceu de utilidade pública a “Associação Puxirão dos Caboclos(as)³⁵” e, em 2012, instituiu o dia 20 de janeiro como “Dia do Puxirão dos Caboclos³⁶”, responsabilizando a Associação e outros membros jurídicos pela organização de atividades para a comemoração da data. Esses dispositivos jurídicos se originaram da organização dos caboclos enquanto sujeitos de direitos de reconhecerem em sua diversidade cultural uma nova percepção sobre sua identidade e suas práticas. Ao se organizarem rejeitam o negativismo do termo “caboclo” e incorporam sua diversidade junto aos descendentes de migrantes italianos, fortemente instalados em Chapecó e, ao mesmo tempo, permitem às novas gerações compartilharem desses saberes e valores dos antepassados que ainda resistem ao tempo.

Quanto ao processo histórico mais distante, no período colonial, os moradores dos campos, conhecidos como “caipiras, caiçaras, caboclos, muxungos, mandioqueiros, capicongos, brocoiós, etc.” foram reconhecidos na literatura como fundamentais para os desbravamentos dos espaços ainda de matas fechadas, pois “... transformaram tais espaços físicos em espaços humanos” (PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 47). Encontramos, principalmente em relação ao século XIX, configuração positiva dos pequenos camponeses, lavradores ou

³⁵ Lei Ordinária nº 4705/2004. Câmara Municipal de Chapecó. Estado de Santa Catarina. 15 Mai. 2004.

³⁶ Lei Ordinária nº 6284/2012. Câmara Municipal de Chapecó. Estado de Santa Catarina. 04 Jun. 2012.

posseiros, sobretudo numa aproximação entre o modo de vida e usos da terra das populações rurais.

Nesse sentido, no planalto catarinense, muitos “pequenos lavradores” já se utilizavam da livre circulação que estavam dispostos os animais para ter uma “alimentação da floresta”, utilizando em determinados períodos do ano os pinhões, bem como a “... colheita de folhas dos ervais nativos e devolutos, para o beneficiamento doméstico e a venda [...] (MACHADO, 2007, p. 69-70)”, ou seja, sábios exploradores do ambiente em que se encontravam adequando inclusive as técnicas que lhes eram conhecidas ou disponíveis.

Os pequenos posseiros ou sitiantes, até meados do século XIX, eram apenas populações que viviam no campo, de um modo de vida simples e geralmente em grande solidariedade e sabedoria, próprias do homem do campo, a fim de oportunizar a subsistência de suas famílias. É com o advento da “Lei de Terras” e o fortalecimento do processo de “colonização”, principalmente a partir da República, que se intensificam as distinções sociais, principalmente entre “posseiros” e “proprietários”. Com isso os sujeitos sociais começam a se diferenciar por questões étnicas e pela ascensão social que conquistam no setor econômico.

Entretanto, as diferenciações culturais e identitárias foram ofuscadas por um processo de identidade nacional, que prejudicou a permanência das diferentes culturas existentes das quais não se determinavam somente a constituir patrimônio econômico. Nessa perspectiva, temos uma valoração do caboclo na literatura, que o apresenta como “sábio e forte” como, por exemplo, no contexto amazônico, pois esse foi “capaz de conviver com o meio ambiente social e ecológico amazônico (LIMA, 1999, p. 18)”, resistindo às dificuldades enquanto muitos migrantes “retornaram para casa”.

Embora os exemplos na literatura científica e na prática cotidiana sejam abundantes, o uso de forma positiva do termo “caboclo” não foi apropriado pelo grupo estudado em Taquaruçu, tanto que se percebe usualmente o uso do termo “remanescente” quando se referem a si mesmos. Nesse sentido, uma reconfiguração da identidade pode acarretar uma maior aproximação do grupo ou um distanciamento. Logo, a falta de coletividade torna-se uma estratégia negativa na reprodução social, pois causa um desvio quanto a sua identidade enquanto sujeitos de direitos no acesso à igualdade, desarticulando-os enquanto remanescentes do Contestado.

Nesse diálogo de “alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos” (HALL, 2011, p. 12) muitas vezes se privilegia uns e não outros, ou seja, para muitos há sentimentos de pertencimento e

posicionamento social que vem enraizado no processo histórico de ocupação da América Latina e África (SABOURIN, 2011, p. 36) como populações subjugadas (uns) e populações dominantes (outros). Essa cultura de subordinação arrastada até a contemporaneidade é presenciada quando observamos as relações de poder, mesmo que por símbolos representativos, sobretudo entre as distintas etnias nas sociedades. No caso da sociedade brasileira temos a questão histórica da colonização que, embora com objetivos para fins econômicos que a imigração veio oferecer ao Estado-Nação, em meados do século XIX e início do XX nos “brindou” com a colaboração da divisão étnica. Divisões nas quais índios e negros se estabeleceram à margem da ascensão social e, quando não foram exterminados, se implantou a estigmatização, pois “a diferença, em si, deriva da sociedade, porque, em geral, antes que uma diferença seja importante ela deve ser coletivamente conceptualizada pela sociedade como um todo” (GOFFMAN, 1988, p. 134).

Isso ainda hoje se reflete na formação das estratificações sociais brasileiras. Embora índios e negros tenham avançado em termos legais como o reconhecimento de seu território, ainda que não tenha havido a efetivação das demarcações da maior parte dos espaços reivindicados. Em decorrência, verificam-se condições sociais adversas como: baixa renda; pouco acesso à saúde; baixo índice de escolarização e menor acessibilidade aos bens culturais. No entanto, com reelaborações das questões de parentescos encontramos outras descendências que vem permitindo um ofuscamento e reelaboração de novos sujeitos sociais, e estes continuam nas mesmas trajetórias de marginalidade social e econômica. Neste contexto, os caboclos, especificamente neste estudo, acerca do Meio-Oeste, recebem a denominação de “remanescentes do Contestado”, por seus antepassados terem se envolvido no conflito do Contestado, na comunidade aqui estudada.

Na aproximação com a população de Taquaruçu foi possível observar algumas construções quanto à identificação com a categoria cabocla. Essas construções se dão em duas vias: como os próprios sujeitos se veem e como os outros os veem. Nas entrevistas com a população remanescente do Contestado foi possível constatar um distanciamento de identidade com relação a essa categoria, pois ao serem perguntados sobre o uso da palavra caboclo, na comunidade, tivemos relatos que afirmam que a atual geração já teria uma pele mais clara, como menciona a entrevistada H (f., 52 anos): “Por causa da cor não é, porque já tem bastante mistura, é como caboclo mesmo ali, já é bem mais claro”.

Por outro lado, também se observa que os produtores, descendentes de migrantes, usam o termo no sentido de diferenciação das famílias, pois uns são “caboclos” (BLOEMER, 2009, p. 11) e outros “italianos”, que mesmo compartilhando o mesmo espaço, são identidades diferenciadas historicamente. Logo, essa questão identitária está interiorizada na comunidade, pois os remanescentes identificam os descendentes de migrantes como “gringos” (BLOEMER, 2009, p. 11). Ambos os grupos receberam esses usos de seus antecedentes e reproduzem isso junto às novas gerações.

Isso não significa dizer que um ou outro “ofende” ao se referir ao termo caboclo, pois os remanescentes reconhecem que seus antepassados eram caboclos, embora evitem se identificar assim. Cabe salientar que não é uma expressão que saiu facilmente da população remanescente do Contestado, essa expressão foi explorada na pesquisa com perguntas objetivas sobre o termo. Análise essa que já vem sendo reconhecida pela pesquisa que trata de caboclos no Brasil, conforme traz Pace (2006, p. 82) referente à região Amazônica:

O uso mais comum da palavra é feito pelas pessoas que não se reconhecem como ‘caboclos’ e utilizam o termo para designar pessoas percebidas como de condição social inferior. As pessoas que realmente se consideram ‘caboclos’, raramente utilizam o termo para se dirigirem diretamente a um igual, a menos que estejam zangadas, queiram rebaixar alguém ou usem como piada de mau gosto [...]

Neste contexto, o termo “caboclo” carrega em si um sinônimo de inferiorização desde o passado, tornando-se um termo mal visto usado pelos “outros” para se referirem aos que hoje não o usam como autodenominação, embora não se sintam ofendidos, ainda que aparentemente interpretado como um termo pejorativo. No entanto, quando usado sem a devida historicização, ele pode servir de instrumento de “enfraquecimento”, mas de maneira contrária, se passado a “caboclos remanescentes do Contestado” essa estigmatização pode ser diminuída, pois de acordo com ELIAS & SCOTSON (2000, p. 24):

Nesta situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desanimá-lo. Consequentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em

condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes.

Conforme já foi mostrado, na configuração espacial da comunidade de Taquaruçu se observa facilmente a caracterização de dois grupos, os descendentes de migrantes italianos e os remanescentes. No primeiro contato torna-se visível uma divisão social por questões étnicas. Todavia, as diferenças socioeconômicas impossibilitam esquecerem a trajetória histórica de seus antecedentes, pois aos “italianos” a migração foi condição positiva à sua reprodução social e, aos remanescentes, essa migração resultou negativa. De acordo com Bloemer os descendentes de italianos “[...] ocuparam os espaços que historicamente pertenceram, em parte, aos brasileiros, transformando-os e adequando-os aos usos e significados de seu próprio modo de vida” (BLOEMER, 2009, p. 4).

Nessa direção, o termo “caboclo” sempre os remete a esse passado de privação de seus espaços e suas práticas ao passo que, quando se autodenominam “remanescentes”, podem ressignificar sua identidade de forma positiva, já que, na literatura se tem dado destaque às trajetórias e saberes tradicionais de uma população camponesa, de vida simples e resistente às adversidades políticas e sociais encontradas.

Se “remanescentes” é uma expressão pela qual esses sujeitos se apropriaram, principalmente a partir das pesquisas históricas que vem sendo produzidas em Santa Catarina sobre a Guerra do Contestado, esta é uma questão bastante instigante. Dado que essa denominação foi incorporada de maneira positiva, tornando-se uma auto-identificação imediata no contato com os mesmos, em Taquaruçu.

Assim, vale-se usar da mesma como uma ferramenta para fortalecimento da identidade coletiva que ainda não está estabelecida, bem como, para concretizá-los dentro de uma identidade individual desvinculada dos negativismos arrastados por longo tempo no uso do termo individual “caboclo”, pois “... esses primeiros caboclos fossem claramente distintos dos europeus... eles não constituíram um grupo político nem possuíram uma identidade coletiva (LIMA, 2009, p. 21)”, ainda.

Essa nova reconfiguração da identidade dos remanescentes se percebe, também, no compartilhamento do catolicismo ao frequentarem a igreja, o que é predominante de um costume da tradição italiana. Isso acontece, no entanto, sem abandonarem suas crenças no Monge São

João Maria, pois “os brasileiros estão mais distantes da Igreja enquanto instituição e mais próximos de um “catolicismo popular”, que mistura os ensinamentos e práticas estabelecidas por aquela instituição com suas próprias crenças (BLOEMER, 2009, p. 9)”. Do outro lado, ocorre a aceitação das práticas dos remanescentes pelos descendentes de migrantes, ao fazerem uso dos benzimentos. Isso pode ser verificado com o entrevistado I (m., 69 anos) que nos relata:

[...] no início não tinha médico, a gente vivia só de benzimento, chá caseiro [...] Quando vem imundícia na roça, que come nossas roças, corta nosso milho, querê-querê e outras coisas, então a gente pede para os caboclos, não pede para os santos, então não sei se isso, como é que a gente pode dizer, que nós pegamos valor nos caboclos e os caboclos intercedem por nós.

Ainda que haja pequenos compartilhamentos na identidade social, de ambos os grupos em Taquaruçu, percebe-se que as identidades de cada grupo são compartilhadas internamente de forma distinta, devido ao distanciamento cultural que ainda permanece.

Como vimos até aqui, nas questões de identidade se encontram fatores que colaboram para a dificuldade em uma conscientização dessa população remanescente em assim se auto declarar, pois envolve uma justificativa que está diretamente ligada aos seus antepassados, envolvidos em disputas de poder, ainda que orientadas por tomadas de decisão por parte do Estado.

Isso os aproximaria de níveis de autoridade e domínio até então somente destinados a “outros” e dos quais, talvez nem eles próprios consigam se reconhecer nessa nova circularidade de igualdades já que sua reprodução social não vem sendo assim elaborada. De acordo com entendimento de Bloemer (2009, p. 10) “Embora haja uma convivência comunitária entre os dois grupos, sem relacionamentos marcados por conflitos explícitos, o estranhamento mútuo não deixa de ocorrer por restrições em certas relações sociais locais”. Podemos mencionar como exemplo o caso dos casamentos, que acontecem apenas no interior de cada grupo.

Uma mudança de reconhecimento poderia promover algumas mudanças nas práticas sociais ali estabelecidas, pois permanecendo a identidade “cabocla”, nominada pelos outros, eles permanecem numa classe pobre na ocupação de boias-frias para a subsistência, negando a sua história e dando continuidade na falta de acesso a novas condições e

espaços de reprodução social dos sucessores. Se fossem reconhecidos juridicamente como “caboclos remanescentes do Contestado”, seria possibilitada uma visibilidade social e política a partir de uma nova categoria de análise atrelada a fatos históricos dos antepassados e não aos estereótipos em torno de uma categoria étnica, podendo alavancar para outra esfera social, de publicização positiva diante da história local e nacional, pois foram camponeses que lutaram pela defesa do seu território e de Santa Catarina, pois conforme Lima (2009, p. 27), a expressão, ou seja, o termo “classifica categorias”:

A manutenção do nome implica que, embora seu significado pareça ter mudado (se considerarmos que teve fundamentalmente a conotação de atributos “raciais”), ele é na verdade uma categoria de referência para a posição inferior na estrutura social do meio rural principalmente.

Nesse sentido, a permanência dos caboclos na categoria social em que se encontram os deixa subjugados na posição de subalternos, já que somente “caboclos” não os diferencia de outros grupos que também são chamados de caboclos, tanto em questões econômicas, sociais e culturais, quanto nas questões de poder local. A reconstrução da identidade, a mudança e a quebra de estigmas dependem de novos arranjos no cotidiano da comunidade, assim como, nas instâncias políticas e históricas que reproduzem a dominação, pois “a estigmatização de membros de certos grupos sociais raciais, religiosos ou étnicos tem funcionado, aparentemente, como um meio de afastar essas minorias de diversas vias de competição” (GOFFMAN, 1988, p. 150).

Uma crítica contundente para a permanência dessa configuração cabe também aos pesquisadores, pois esses contribuem nas construções e desconstruções das categorias de análises sociais, ou seja, ao tomar os conceitos de pares para fundamentar teoricamente as pesquisas e o afastamento do sujeito pesquisado, tornando-os assim racionalizados sobre o olhar do pesquisador, se está omitindo que “... colegas e pares são, inevitavelmente, membros da classe média urbana brasileira e a maior parte do diálogo e colaboração na pesquisa ocorre nesse mesmo âmbito e não no âmbito dos habitantes rurais (PACE, 2006, p. 88)”. Ou seja, raramente consultamos o sujeito, identificado pelos outros, como “caboclo”, se é esse o termo com o qual se identifica, ou apenas o aceita em decorrência de uma designação externa, pois normalmente nem pesquisadores, nem instituições de pesquisa costumam retornar

exemplares de trabalhos desenvolvidos ou diálogos para os sujeitos pesquisados para que possam ter acesso aos resultados do trabalho científico. Mais precisamente é comum se verificar que os resultados das pesquisas científicas tendem a permanecer no espaço restrito do ambiente acadêmico.

Em contrapartida, ao se mudar o termo “caboclo” para “agricultor” que é como alguns se percebem por prestar serviços na agricultura, pode não ser dada academicamente à importância à especificidade do caso na pesquisa. No entanto, usar o termo caboclo parece enaltecer a pesquisa, não os sujeitos, pois os estigmas se reproduzem, já que os sujeitos pesquisados não se autodenominam assim.

Essa situação remete a relatos ouvidos durante a realização do trabalho de campo em que “muitos estão enchendo os bolsos de dinheiro com livros da nossa história e nós continuamos aqui”. Essa contrariedade, já pode ser verificada por sujeitos pesquisados por Montysuma (2012, p. 62), particularmente no caso das seringueiras na Amazônia, ou seja:

[...] levam consigo conhecimentos das culturas das florestas úteis aos seus propósitos aprisionando ainda mais as experiências, as memórias e as histórias relativas aos passados e aos espaços que conhecem e vivem. Nunca mais voltam para dar satisfações dos escritos publicados.

Verificamos esses descontentamentos nos nossos entrevistados em Taquaruçu, o que comprova ainda a existência de distanciamentos entre pesquisadores e pesquisados, situações que exigem reflexões sobre o ato de fazer ciência, pois esse conhecimento produzido a partir da colaboração de pessoas ou grupos deveria ter seus resultados compartilhados com adequação mais próxima possível da realidade local, pois o ato

[...] de capacitar os grupos estudados etnograficamente poderia ser simplesmente o de oferecer às pessoas a oportunidade de verificar, criticar ou estudar a pesquisa, a fim de acrescentar informações adicionais, antes da publicação final. Até o momento, há uma utilização limitada da etnografia experimental e, aparentemente, quanto ao uso do termo ‘caboclo’, insuficiente

‘verificação’ dos dados etnográficos pela população em questão (PACE, 2006, p. 85).

Outra questão que surgiu a partir dos relatos quando se fala na problemática do não reconhecimento dado aos remanescentes do Contestado é a falta de oportunidade quanto a eles próprios escreverem sua história, pois os livros que circulam no meio literário brasileiro dificilmente são de autoria ou de próprio punho das populações, inclusive a camponesa, já que esta não permanece nos bancos escolares por longo tempo, muitas vezes não terminando a educação básica (os escritores desse tema, geralmente estão nas universidades), o que pode levar-nos a continuar usando o termo caboclo de maneira depreciativa, como ressaltada abaixo:

O ‘caboclo’ é, invariavelmente, caracterizado como preguiçoso, passivo, indolente, menos que humano, manhoso, corrupto, de má aparência, um mongoloide pardo, uma sub-raça, astuto, traiçoeiro, desprezível, não confiável, um indivíduo pobre e infeliz, pérfido e imbecil (WAGLEY, 1976 et al. apud PACE, 2006, p. 82).

A perspectiva do uso do termo de forma negativa pode perpetuar a sua identidade até o ponto em que se auto percebam ideologicamente como uma categoria social inferior, o que pode causar a dificuldade de acesso ao seu próprio reconhecimento como um sujeito de valor histórico e de iguais direitos a uma cidadania plena, e perpetuar trajetórias arraigadas nos problemas materiais e não nos “diferenciais de poder e exclusão” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 32).

Ao tomar de Elias & Scotson aportes teóricos para esclarecer o caso dos remanescentes do Contestado e os descendentes de migrantes pode-se encontrar, por um lado, similitudes internas quando se tem uma parte da população da comunidade de Taquaruçu, no caso os descendentes de migrantes italianos, que vem fortalecendo sua união no dia-a-dia, sua representação no espaço religioso e seu equilíbrio econômico e, por outro, uma condição social de desigualdade no caso dos remanescentes, em que se verifica a interiorização de uma débil força social diante de representações religiosas, nos espaços públicos e pouca influência no campo político. Em ambos os casos tais condições são reproduzidas para às novas gerações. Ou, como se referem Elias & Scotson (2000, p. 20):

[...] os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas “melhores”,

dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude que específica, que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mas ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores.

Com a naturalização dos privilégios de uns e a falta dos mesmos para outros, torna-se necessária uma reconfiguração no cotidiano da comunidade analisada, onde reapropriações históricas precisam ser reinterpretadas e novamente elaboradas em conjunto com os sujeitos pesquisados, para que atuem nessas “reconfigurações”. Nesse sentido, o que se encontra encoberto em uma diferenciação étnica apenas, precisaria ser repensado e uma nova configuração se tornaria necessária para que os remanescentes do Contestado se auto percebessem como uma população dotada de saberes e práticas reconhecidas diante das autoridades políticas e no espaço público, para que passassem a fazer parte das dinâmicas de decisões locais e dos interesses políticos. Não somente em casos emergentes como, por exemplo, períodos pré-eleitorais ou em comemorações de centenários de uma guerra ainda pouco reconhecida pelo Estado, pois nesse caso continuarão reproduzindo os mesmos valores de seus antepassados devido a essa falta de identidade social em que estão imbricados.

Enquanto os mesmos não obtiverem uma identidade “reconhecida/institucionalizada” estarão reproduzindo os mesmos processos para sua subsistência, pois continuam sem ferramentas jurídicas e sociais que sirvam de engrenagem para sua autoafirmação enquanto população capaz de se reproduzir além das políticas sociais de combate à fome e à pobreza. Eles necessitam de políticas afirmativas que lhes permitam o empoderamento em relação ao acesso aos direitos de uma cidadania plena, através do reconhecimento social e não somente da reprodução de um camponês subjugado ao colonialismo brasileiro, baseado nos poderes das elites políticas e sociais, que a cada dia os afasta mais do empoderamento da terra e de suas tradições, que são seus meios de reprodução social.

7. MECANISMOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E REPRODUÇÃO SOCIAL: DE REMANESCENTES DO CONTESTADO A CIDADÃOS DE PLENOS DIREITOS

Ao analisar alguns fatores que interferem no processo de reprodução social dos remanescentes do Contestado, buscou-se, a partir do estudo de caso da localidade de Taquaruçu, focar a abordagem em algumas características que representam as condições de vida dessa população. Cabe salientar que não é pretensão desse estudo extrapolar os seus resultados para outros casos de populações remanescentes do Contestado, principalmente em outras localidades distribuídas pelo estado de Santa Catarina.

Algumas caracterizações demonstram que a reprodução vem sendo linear, ou seja, as perspectivas de um avanço referente à qualidade de vida ou às conquistas sociais são atualmente mínimas ou inexistentes, pois a estrutura social em que vem se reproduzindo as gerações desse grupo social não vem oportunizando estratégias de emancipação, não apenas material, mas também política.

A primeira delas e, talvez, a mais concreta é a falta de terra para a transição de trabalhador diarista à pequeno produtor rural, mesmo que somente para uma subsistência em sua totalidade. Pois estes podem ter, pelo menos, um mínimo alcance do controle sobre sua força de trabalho e dos meios de produção. Ainda que saibamos que no Brasil os pequenos produtores ou, agricultores familiares, também passam por problemas constantes enquanto produtores, mas ainda assim, tais dificuldades são menores que as de um prestador de serviço que fica a mercê da sorte para conseguir trabalho em períodos sazonais.

Por trás do cotidiano das pessoas na comunidade, também se encontram olhares que apontam para questões maiores nas articulações políticas municipais. Lembro aqui a menção, durante o trabalho de campo, de que há algum tempo atrás houve “uma conversa” de ceder o território de Taquaruçu ao município vizinho de Frei Rogério, cujo centro urbano dista aproximadamente a três quilômetros de Taquaruçu, pois assim facilitaria o acesso ao atendimento da saúde pública. Conjeturaram os entrevistados, o casal B (f./m., 28/38 anos), conforme vemos abaixo, que o governo local perderia “status” sem a Guerra do Contestado:

Porque antes até tinham falado que iam fazer, o governo desistisse desse pedaço para lá [Frei Rogério], para prefeitura, ficava mais perto. Não

sei se iam comprar, não sei como iam fazer para ficar mais perto, tinha o postinho de saúde, vinha agente de saúde. Só que daí diz que o governo não aceita, não sei por que.

[...]

Não dá certo por causa desse negócio do Contestado, eu acho porque daí já dá bastante prenda para o governo essa história do Contestado, então eles não vão querer porque daí já fica diferente.

Esse apontamento demonstra que os remanescentes têm consciência da esfera política que o conflito do Contestado está inserido até os dias atuais, e que forças maiores têm poder sobre as decisões. Isso também leva à sensibilização de que o Estado ainda não reconhece os antepassados, nem aos remanescentes, como sujeitos históricos importantes no contexto da construção daquela região, mas ao mesmo tempo, demonstram um “sentimento de medo” para tratar sobre o tema de reconhecimento com as instituições governamentais, como nos aponta o entrevistado C (m., 41 anos):

[...] a gente tem medo até de falar na verdade, mas sei lá, na parte do governo do estado ou federal do Brasil, eles deveriam de ter um pouco mais de consideração pelo povo, os remanescentes da Guerra por que... na verdade eu acho que eles devem... tipo até uma indenização para esse pessoal, acho que naquele tempo da guerra eles perderam terra aqui e, acho que o culpado foi o Estado, do meu ver, no meu pensar.

É geral pra todo mundo, porque isso não foi só aqui, foi em todo lugar todo... então na verdade eles guerrearam só para defender seu terreno, seu pedaço de terra, então na verdade, sei lá, o Estado já deveria de ter mais um pouco de consideração com esse pessoal.

A partir dessa fala percebem-se as duas vias em que se inserem as questões do reconhecimento do remanescente do Contestado. Uma, pelo reconhecimento social, que representa nunca ter estado nas esferas públicas que é de onde emergem os reconhecimentos para a inserção em processos jurídicos e, outra, é um reconhecimento que se materialize - no reflexo direto do que ocorreu ao tema da defesa de seu pedaço de terra por seus antepassados-, em relação à terra na atualidade, pois ela

continua sendo a ferramenta essencial de reprodução social do meio rural, já que lhes foi restringida, e contribua, hoje, na sua capacidade de expansão para as futuras gerações.

Aqui a terra não está sendo tratada na esfera do capitalismo pleno, onde a terra é ferramenta da acumulação. Está se referindo à terra para a reprodução social elementar do homem no campo, pois

Nesse embate, o único sentido de ter terra para quem não a possui parece ser o de continuar produzindo mercadorias – não mais como meros vendedores de sua força de trabalho, mas como “pequenos donos”, isto é, diminutos proprietários de terra, igualmente restringida a um único e específico significado: o de meio de produção (SANSONE; FURTADO, 2014, p. 436).

Este seria o mecanismo legal de apropriação da terra ideal, enquanto resultado do processo de reconhecimento jurídico aos remanescentes. Entretanto, para se encaminhar para essa esfera maior, outra ferramenta torna-se necessária para alavancar o encaminhamento para tal, que é a (re)reconstrução da identidade coletiva dos remanescentes. É nesse sentido, que ao buscarem fazer uso de políticas já existentes para algumas demandas sociais, como serão mencionadas adiante, pode ser reforçado um processo de aproximação e reestruturação dessas relações, através da criação de laços de coletividade para além dos estabelecidos, que se concentram na afetividade das relações familiares. Consequentemente, tal trabalho em conjunto pode vir a fortalecer a identidade coletiva, forjar uma percepção de grupo com uma demanda social conjunta e não, como vem ocorrendo, apenas a busca de apoio na política individual que são os benefícios do Cadastro Único do governo federal, pois esse atende demandas individuais dos sujeitos, já que são cadastros analisados individualmente. Assim, canalizar as reivindicações para uma demanda coletiva seria importante de ser explorado junto aos remanescentes, oportunizando que se percebem enquanto um grupo, mas ainda se veem com necessidades individuais.

Essa identidade coletiva pode também colaborar para uma reprodução social de futuro diverso ao que vem acontecendo, pois refletiria em uma transformação das percepções dos mais jovens. Em algumas conversas durante o trabalho de campo, os jovens que deixaram a escola têm como argumento a necessidade de trabalhar para ajudar nas despesas das famílias. Muitos não terminaram, e outros, nem irão

terminar o ensino médio, pois é inexistente a expectativa de viver para conquistar outros bens, que não sejam os elementares de sobrevivência, como alimentação e moradia. As experiências através das gerações não têm trajetórias positivas pautadas na inserção educacional e nem da identidade fora do campo estigmatizado.

Dessa forma, fortalecer a busca de reprodução diferente daquelas que eles vivenciam, por meio do vislumbamento de outros bens e direitos, também são elementares, como a educação, a politização, a cidadania e a cultura, são fundamentais para conquistarem sua inclusão social. Embora em Fraiburgo se verifique algumas conquistas sociais importantes, como é o caso dos assentamentos, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o remanescente vê na sua moradia uma conquista, quando na verdade esse é um direito básico de qualquer cidadão brasileiro.

Essa percepção limitada pode estar construída dentro do que Goffman chama de sujeitos “desacreditados” ou “desacreditáveis”, que buscam manipular a “tensão” ou a “informação”, a qual poderia resultar em uma grande exposição, preferindo ser evitada logo, ou seja, “o objetivo do indivíduo é reduzir a tensão, ou seja, tornar mais fácil para si mesmo e para os outros uma redução dissimulada ao estigma, e manter um envolvimento espontâneo no conteúdo público da interação (GOFFMAN, 1988, p. 113)”. Evitar essa exposição pode ser percebido na fala dos entrevistados, o casal G (f./m., 36/39 anos) ao se referir sobre um possível reconhecimento junto ao Estado quando diz “[...] falta boa vontade deles virem aí, não precisa a gente ir lá acampar, fazer feio lá [...]”(grifo meu).

Essa constatação pode refletir alguma interrupção oculta na vida dessas pessoas, um cotidiano que infortunadamente os imobiliza para novos passos, novos rumos, no entanto deve haver instrumentos e atores mediadores, necessariamente, para esse primeiro passo ser dado. Nesse sentido, é necessária sim, a intervenção do Estado e de outros atores sociais, já que a configuração da vida atual não consegue por si só impulsionar um reconhecimento nem mesmo profissional, pois o trabalhador diarista, exceto quando registrado no sindicato dos trabalhadores rurais, está destituído de qualquer amparo legal pela sua atividade profissional, pois o contrato de trabalho é feito apenas “oralmente”, como o relato dos entrevistados, o casal G (f./m., 36/39 anos): “Mas [nome ocultado] tem a carteira, mas nunca assinou carteira”.

Ao não perceberem nem seus direitos trabalhistas constituídos, reforçam uma identidade sem “força” à emancipação, que torna mais

difícil a expectativa de que outros direitos possam ser alcançados, ainda mais na pauta de direitos e reconhecimento a partir de questões históricas, pois popularmente a “História” é instrumento do passado, de algo que já “passou” e não representa a função social que é dela própria, de problematizar o presente, nesse caso, de problematizar as desigualdades que resultaram desse passado, que pode estar sendo perdido na memória das novas gerações.

As críticas em relação às dificuldades encontradas na reprodução social dos remanescentes foram mais notórias junto aos casais, concentrados em torno dos trinta anos de idade. Possivelmente, devido ao fato de que os casais encontram-se numa faixa etária mais jovem, na qual podem “ousar” de seus pronunciamentos em torno das dificuldades vivenciadas.

Nesse aspecto, além da “falta de terra” para produção, outros aspectos sociais foram bastante elucidativos nas carências da comunidade, como o desejo de espaços para a prática de esportes coletivos e recreação com a motivação de existir atividade de lazer no local. Foi apresentada para a satisfação de necessidades de crianças e adultos, já que ambos os grupos não possuem acesso a um ginásio ou a uma quadra de esportes para se reunirem nos momentos de lazer, construção que poderia qualificar de uma forma mais positiva as suas sociabilidades internas na comunidade.

Outro fator de demanda é a necessidade das jovens mães no momento em que necessita buscarem um trabalho, quando os filhos ainda não frequentam a educação infantil, e geralmente não há com quem deixar os filhos. Esse fato também apareceu em outros relatos fora desse grupo. Necessidade essa apresentada no período entressafras³⁷, no qual é mais difícil encontrar trabalho. Se solucionada, no período de safra não haveria mais essa deficiência, e os dois membros do casal poderia se dedicar ao trabalho, com o intuito de não restringir ainda mais a renda de subsistência familiar. Essa situação das crianças, principalmente pelo fato de não terem creches nas comunidades, dificulta para algumas mães a participação na administração da família, pois não conseguem se inserir no mercado de trabalho logo após a maternidade fato que restringe sua participação na composição da renda.

Na investigação, foi constatado nas famílias “Palhano, Almeida e Santos” o total de 42 indivíduos como público infanto-juvenil. Isso torna

³⁷ A pesquisa se deu no término do plantio de alho, podendo ser verificado diversas famílias “em casa” devido à falta de atividades na produção de terceiros.

a demonstração ilustrativa de que essa é uma “comunidade jovem”, e por isso deveria estar contemplada dentro de um planejamento político-social que visasse a permanência das futuras gerações no campo. Em todas as casas visitadas, de remanescentes e descendentes de migrantes, há crianças e jovens com idade escolar, mas a única atividade oferecida para esse público é a frequência à escola. Não existe um espaço para recreação e socialização, exceto as atividades da igreja, que são atividades do grupo familiar, ou seja, não há espaços e oportunidades específicas para essas crianças e jovens. Tampouco foi encontrado algum relato de incentivo da continuidade da vida no campo ou alguma profissionalização que viesse qualificar as atividades agrícolas para os pais que são produtores, quiçá para os remanescentes.

Para os jovens, a falta de lazer e perspectivas de outro tipo de trabalho, entre outros fatores, pode implicar em desestímulo e a saída do local em que vivem. Isso gera sua saída em busca de “nova vida” nos centros urbanos, em sua maioria, para trabalhar ou buscar qualificação pela educação. Os próprios jovens podem perder a vontade de continuar na comunidade, pois nela não se encontra a infraestrutura de serviços e lazer que poderiam estimular sua permanência junto ao núcleo familiar. No caso específico de algumas famílias que tem mais jovens, poderiam ocorrer conflitos se todos exigissem partilhar a terra, pois levaria à sua fragmentação e inviabilizaria a permanência de todos nessa propriedade familiar, principalmente pela dificuldade de geração de renda.

O isolamento social e a ausência de entidades na prestação de apoio e serviço aos jovens foram constatados também em outras pesquisas, como é o caso de Stropasolas (2006). Esse estudo mostra que tais necessidades vêm ocorrendo em outros espaços, como vemos a seguir: “Evidencia-se, ainda, nos quadro desta pesquisa, a existência de um enorme e crescente isolamento social dos jovens que vivem nas comunidades rurais, bem como a ausência de organizações representativas e de apoio, sobretudo nos segmentos dos agricultores mais fragilizados” (STROPASOLAS, 2006, p. 168).

Especificamente aos remanescentes, o número de jovens dessas famílias, que seguem se redistribuindo na mesma propriedade em que os pais vivem, dificulta sobremaneira a perspectiva de sustentar o núcleo familiar com a produção agrícola em decorrência das pequenas extensões das áreas de terras das moradias.

A partir daí já se inserem temas para discutir sobre políticas para o desenvolvimento rural nesta comunidade, principalmente porque em nível nacional, nas últimas décadas, houve uma maior preocupação com o pequeno agricultor, mais precisamente o agricultor familiar. Isso se

contrapõe aos planejamentos anteriores sempre voltados para o modelo não familiar ou setores de grande porte na agricultura e pecuária do país, principalmente com a produção destinada à exportação, modelo instaurado ainda nos tempos coloniais.

No entanto, seria um equívoco dizer que essa nova atenção dada ao pequeno agricultor está funcionando em sua plenitude ou mesmo que ela dá conta de todas as problemáticas existentes em torno do espaço rural, embora seja inegável reconhecer que a agricultura familiar passa por momentos de importantes conquistas como a inclusão dos indivíduos na previdência social, financiamentos, créditos rurais e fundiários, a formação de cooperativas familiares, entre outros.

Contudo, em relação ao crédito e à previdência social, os programas não deram conta de incluir toda a população rural. Então é correto dizer que esse novo processo não alcançou o pequeno produtor ou agricultor familiar em sua plenitude, pois não inseriu principalmente os mais fragilizados como, por exemplo, os remanescentes do Contestado. Eles continuam ainda “negligenciados”, tanto por políticas de inserção social, quanto por instituições locais.

Seguramente, ao entrar em contato com a comunidade de Taquaruçu e examinar o caso específico dos remanescentes do Contestado, pode-se afirmar que eles não atendem aos requisitos exigidos dos programas de incentivo agrícola, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dentro desses requisitos se encontra o primeiro empecilho que é a necessidade de comprovar a “produção normal” nos últimos 12 meses. Também colabora para isso a situação da pequena extensão das propriedades dos remanescentes que se encontram fragmentadas internamente, pois há casos em que a escritura está em nome de um proprietário, no entanto os filhos estão buscando sua reprodução sem titulação ou dominação que comprove essa condição. Outro fator restritivo é o caso das solicitações feitas pelos bancos que é a exigência de um fiador, o que dificilmente seria atendido no âmbito do núcleo familiar, o que estaria na dependência de terceiros.

Esclarecedor acerca dessa exclusão da política e inviabilização de acesso às condições necessárias para a reprodução social e geracional dos remanescentes é o trabalho de COSTA (2013). Em sua análise traz:

Nos últimos anos o PRONAF tem se ampliado bastante e é reconhecido como muito importante dentro dos movimentos sociais agrícolas, contudo, essa expansão se deu em prol de uma camada de agricultores mais capitalizados. As questões que

dificultam o acesso das camadas mais pobres não tiveram grande evolução, uma vez que: 1) o acesso continua se dando via instituições financeiras que privilegiam seus clientes mais antigos e com maior movimentação bancária, 2) não existem créditos voltados para a estruturação da propriedade, que devem ter maior tempo de carência uma vez que precisam ser feito em um período anterior ao da produção propriamente dita.

A partir da constatação de que tal população não corresponde aos pré-requisitos para aquisição do PRONAF, entendemos que exista uma população rural, certamente presente em outros espaços rurais do Brasil, que está fora do acesso às políticas públicas e, que não se tem facilidade em encontrá-los e incluí-los no debate em relação ao tema da pobreza. Situação que difere da dimensão que é dada ao tema da pobreza no espaço urbano.

Outro aspecto dessa situação de dificuldade de acesso às políticas é a falta de ampla divulgação no meio rural dos programas existentes, já que se verifica que trabalhadores, prestadores de serviços a terceiros, pouco frequentam os sindicatos de trabalhadores rurais e financeiras, se comparados aos agricultores familiares que possui maior acesso a essas entidades devido a um maior capital proporcionado pelo giro de compra e venda da produção agrícola.

Essa falta de conhecimento implica, muitas vezes, em não acessar sequer programas que qualificam sua reprodução social em termos de reestruturação social, pois geralmente a circularidade de informações no espaço rural se concentra nas informações referentes às estruturas econômicas, ou seja, a informação dos créditos financeiros para a produção agrícola, chegando por intermédio da aquisição por outros. Todavia, os programas de fins sociais são bem mais raros, exceto quando as organizações públicas municipais mediam esse contato.

Essa situação de falta de divulgação de programas que possam complementar a estruturação familiar, e que não incluem somente o agricultor familiar, foi verificada durante o trabalho de campo. Tais programas podem e devem ser inclusivos para o acesso e reestruturação dos núcleos familiares como cidadãos de direitos que contemplam uma esfera, a da qualidade de vida, que diz respeito à cultura, educação, saúde, moradia etc.

Nesse sentido, por exemplo, não foi observado se os remanescentes têm conhecimento sobre o programa de tarifa social para

energia elétrica, destinado às famílias de baixa renda com cadastro ativo junto ao Cadastro Único. Outro programa importante e que poderia ser acessado por essa população é o Programa Nacional de Habitação Rural – Grupo I (Lei 12.424, 16/06/2011), que contempla não só novas construções, como também as reformas ou ampliações nas existentes, e pode beneficiar, inclusive, moradias dentro da propriedade de outros indivíduos, como é o caso das famílias de moradias remanescentes inclusas dentro da mesma propriedade rural. Esse subsídio do Governo Federal também é via instituição bancária, no entanto, pode ser requisitado via uma entidade organizadora sem fins lucrativos como é o caso dos sindicatos dos trabalhadores rurais, cooperativas ou prefeituras, o que se constitui em um aspecto favorável.

Frequentemente o debate tem-se ampliado para a busca de melhores condições de vida para as populações rurais, mas as populações que se encontram numa situação de marginalização ainda precisam se fortalecer para reivindicar políticas públicas perante o Estado. Segmento importante dos agricultores familiares ainda encontram dificuldades também para acessar o crédito, problemas climáticos, dificuldades no que se refere à sucessão geracional, mas ainda assim se encontram em situação privilegiada em relação aos trabalhadores rurais diaristas. Quando esse quadro é comparado aos remanescentes do Contestado, verificamos que estes ainda seguem sua trajetória sem o acesso pleno a terra, seja para produção ou reprodução social. Sem acesso aos créditos, por não cumprirem requisitos exigidos, entre outros benefícios. Muitas vezes vivenciam a exclusão dentro da própria comunidade, fato que reforça sua estigmatização e, por consequência, se tornam distantes do processo de emancipação social e política.

Esta população de moradia simples e de mão-de-obra empregada informalmente não é reconhecida como agricultor familiar, simplesmente é um homem/mulher prestador informal de serviços no meio rural. Um trabalhador ainda distante de ser assistido dentro de políticas que o tire da marginalidade da sobrevivência, possível ainda graças às épocas de produções sazonais. Com falta de uma identidade política até mesmo para se engajar em causas de uma categoria de trabalhador diferenciado daquele dono da terra, que também é trabalhador, mas já possui certa autonomia, como por exemplo, uma maior perspectiva de alcançar inclusão na previdência social. Já os trabalhadores informais estão à mercê dos períodos em que a plantação de terceiros demanda mão-de-obra, como nos falou a entrevistada A (f., 28 anos). Ela disse que leva “quatro meses” para ocorrer nova demanda

para limpeza da produção e, outro intervalo aproximadamente igual para chegar à colheita do alho. Tais práticas levam à realidade preocupante de que há períodos cuja demanda de mão-de-obra local é restritiva, e aponta para a necessidade de complementação de renda:

Taquaruçu ultimamente é bem esquecido, o que nós precisamos mesmo é o que foi comentado aquele dia [quando estive pela primeira vez me apresentando], o transporte para ajudar no trabalho, que daí nós teríamos outras possibilidades de investir em outras coisas na cidade, por exemplo.

Durante o trabalho de campo, ao se perguntar “qual a profissão” do(a) entrevistado(a), obteve-se a declaração - bastante pertinente com a condição em que se encontram atualmente -, que podemos observar a seguir: “governo diz que nós somos agricultores para ficar perdido no meio dos outros, mas nós somos mesmo é boia-fria”. Não apenas esse afirmou tal condição, mas todos se auto declaram dizendo que o trabalho exercido e gerador de renda é o de boia-fria. Esse tipo de trabalhador não possui nenhum vínculo empregatício, pois é um trabalhador informal e temporário nos períodos de safra, nas lavouras. Tradicionalmente, na agricultura, as relações de trabalho ou mesmo os contratos não são formalizados com a utilização da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), como acontece predominantemente no meio urbano. No entanto, esses trabalhadores, público da pesquisa, precisam buscar na cidade o seu cadastro junto a sindicatos de trabalhadores rurais ou contribuir com a previdência social como autônomos. Isso seria uma prática, correta e esperada quando se ampliou à previdência social para esse trabalhador, no entanto, em seu cotidiano sabemos que ainda não existe essa cultura, de ir para cidade e fazer os devidos cadastros, mesmo sabendo que pode e deve fazer isso.

No caso de Taquaruçu, todos têm conhecimento do sindicato de trabalhadores rurais, mas nem todos têm segurança de que pagando uma mensalidade terão mesmo os seus direitos adquiridos para o futuro, o que torna tal deficiência, muitas vezes, em uma “mercadoria de troca” para necessidades mais emergenciais como a saúde, quando há negociação com outros municípios.

Outra hipótese seria a conscientização para buscarem a inserção junto aos sindicatos, instituições ou organizações públicas promotoras da inclusão social, assim paulatinamente poderiam ter acesso de informações legais, bem como se instrumentalizariam para buscar sua

inserção efetiva. Na medida em que é necessária também a intervenção do indivíduo junto às representações administrativas e políticas para se criar uma demanda para situações especiais que sejam recorrentes, por exemplo, contribuir aos sindicatos mesmo sendo trabalho sazonal seria imprescindível. Junto aos remanescentes, a política social que se encontra de forma recorrente é o Programa Bolsa Família, no entanto esse é um programa que abrange todas as pessoas que comprovam a baixa renda e que possuem filhos. Mas é um complemento apenas, não é uma política estruturante que levará esses sujeitos a alcançarem sua autonomia, sua emancipação, como poderá vir a ocorrer com uma família assentada, por exemplo, ainda que se saiba que somente a propriedade da terra não é um gerador de renda e emancipação por si só.

Eles têm relação de afetividade com o pedaço de terra em Taquaruçu devido a vivência de seus antepassados nesse local, portanto outras áreas que podem ser disponibilizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, não contemplam esses laços de afetividade que é o que mantem os remanescentes se reproduzindo ali e não em outros locais, pois possuem um vínculo geracional histórico com os antepassados e com o espaço, além de possuírem, mesmo que em dependência da família, um pequeno espaço que lhes serve para a moradia.

Sua necessidade está em ampliar sua propriedade para as futuras gerações, que ali estão permanecendo, pois a ampliação não vem acontecendo com a maioria dos remanescentes. A demanda nesse caso se dá por terra para reprodução familiar sem objetivar o acúmulo de capital, pois em um primeiro momento eles querem oportunizar a reprodução social em melhores condições socioeconômicas. Como já mencionei anteriormente, atualmente sua parcela de terra não permite nem uma produção de subsistência familiar completa, obrigando-os a venderem sua força de trabalho, já que se encontram desprovidos de meios de produção. Situação que vem se reproduzindo com as gerações mais novas.

A partir desse vínculo que possuem com Taquaruçu e da busca do seu reconhecimento social como remanescentes do Contestado outras políticas afirmativas já existentes poderiam ser pensadas para se elaborarem propostas de construção de autonomia e emancipação dessa população no meio rural. Para que fosse quebrado o estigma de poder visualizar para as gerações futuras unicamente o abandono do campo, por falta de perspectivas de melhoria na sua qualidade de vida e na sua vida profissional.

Além das dificuldades encontradas por todo(a) morador(a) de Taquaruçu, em relação às questões de transporte público, da saúde pública, da comunicação, da educação, do lazer, entre outras, os remanescentes precisam se incluir em uma nova dinâmica que os permita reconfigurar sua reprodução social em termos econômicos e sociais para alcançar um exercício de cidadania plena. A partir do reconhecimento de suas práticas sociais, distintas da acumulação, mas com vistas a uma condição de vida que permita sua reprodução intermediada por uma inclusão social plena, poder-se-ia conquistar respeito e valorização no que se refere à sua identidade social para que não permaneçam estigmatizados como pessoas minoritárias que nem são brancas, nem negras, mas semelhantes a sujeitos invisíveis dentro do processo histórico local e regional, uns “quaisquer sem origem”.

Novos rumos têm sido traçados nas políticas afirmativas no Brasil contemporâneo. A custa de muitos esforços e embates, tem-se avançado nas intenções de se reconhecer a pluralidade cultural e histórica do país. Nesse sentido, determinadas categorias sociais têm sido reconhecidas, no entanto somente uma política social não dá conta do seu reconhecimento como cidadãos, nem tão pouco da sua emancipação econômica e política. Muitos dos indivíduos carentes necessitam que sejam libertos de visões estigmatizadas, para que passem a serem sujeitos ativos socialmente e participem da construção política e social de suas futuras gerações.

Para ilustrar, podemos citar os casos dos assentados da reforma agrária que apresentam uma retomada na produção da agricultura; ribeirinhos envolvidos com a preservação do meio ambiente com a pesca artesanal; os quilombolas na ressignificação da sua memória e o questionamento do processo de marginalização vivenciado na história do Brasil; indígenas que lutam para a preservação das suas etnias, dos povos tradicionais, entre outros.³⁸ No caso dos remanescentes do Contestado ainda se prioriza o valor da memória, mas pouco se percebe em ações efetivas que visem a sua inclusão social.

Em relação aos remanescentes do Contestado muito ainda tem que ser (re)feito com vistas ao seu reconhecimento pela sociedade e pelo Estado. A história do Contestado é conhecida, mas isso é insuficiente no que tange a medidas políticas que fortaleçam a sua inclusão, pois o grande debate sobre o Contestado e seus remanescentes está centrado na esfera acadêmica. Falta o avanço na participação do próprio

³⁸ NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Fascículos**. Disponível em: <novacartografiasocial.com/fasciculos>. Acesso em: Jan. 2014.

remanescente no debate coletivo que aborde a inclusão social, bem como nas discussões travadas junto aos órgãos governamentais, no sentido de valorização enquanto cidadãos remanescentes do Contestado.

Em termos legais sobre as questões de reconhecimento, tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988³⁹, que trouxe o reconhecimento aos indígenas e aos quilombolas, aos quais foi dado o direito de propriedade das terras que ocupavam, de acordo com os vários dispositivos legais para que o Estado pudesse emitir tal legalização. No entanto, para se chegar às esferas de reconhecimento que se encontram indígenas e quilombolas (aqui não se quer dizer que estejam vivenciando uma plenitude nas suas conquistas), muitos foram os embasamentos buscados para preencher as lacunas dúbias existentes no acesso ao pleno reconhecimento.

Nesse sentido, podem vir a contribuir na organização e no reconhecimento dos remanescentes do Contestado os dispositivos da mesma Constituição Federal, no Art. 216⁴⁰ que trata de aclarar “o patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial”. Esses dispositivos fazem referência, entre outros aspectos, “à identidade e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, na qual os remanescentes se encaixam, pois possuem material de possível resgate baseado em suas memórias, inclusive em documentos oficiais, como dissertações e teses acadêmicas, se têm destacado “os modos de criar, fazer e viver;” previsto em lei já antecedente ao aprofundamento do debate sobre a Guerra do Contestado e suas consequências para as gerações futuras dessa “categoria social”.

Para que essas questões venham a produzir frutos é necessário trabalhar com o planejamento e articulação para preservação de bens materiais e imateriais, articulando-os a uma ampla campanha de comunicação para que toda a sociedade tenha acesso às informações e se posicione, possibilitando gestar a preservação dessa história e sua população como um patrimônio da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo é necessária uma ação integrada entre as instituições e organizações numa perspectiva interdisciplinar visando dar conta das várias dimensões envolvidas nessa problemática.

³⁹ Constituição Federal/1988. Capítulo VIII – Dos Índios; Título X. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Artigos 67 e 68. (www.planalto.gov.br).

⁴⁰ Constituição Federal/1988. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II – Da Cultura. Artigo 216. (www.planalto.gov.br).

Problemática essa que complexifica o reconhecimento de uma identidade social, bem como o levantamento de outras comunidades remanescentes do Contestado, mobilizando-as para afirmarem seu reconhecimento, considerando os conflitos existentes no que se refere ao acesso à terra, pois foi uma das principais temáticas levantadas por seus antepassados. Colaboram no sentido do reconhecimento, o licenciamento arqueológico e laudo antropológico que venham a ser reconhecidos como bens materiais e posterior busca de proteção junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Depois de incorporados esses bens, transformar o processo de reconhecimento em uma ferramenta jurídica para então se buscar a legalidade dessa população remanescente junto à sociedade brasileira no que se refere aos seus saberes, bens coletivos e inclusão social, do ponto de vista dessa pesquisa.

No trabalho de campo, ainda foi possível constatar que se faz necessária a inserção de uma mediação para que esse projeto de reconhecimento seja devidamente fundamentado. Pois se percebe a respeito dessa população e do local, ausências que seriam supridas através do Art. 215⁴¹ da Constituição Federal de 1988, pois ele trouxe a legalidade de “gestão qualificada para cultura em múltiplas dimensões”, a “democratização dos bens culturais” e a “valorização da diversidade étnica e regional”, pois se verifica naquele contexto, que ainda é muito frágil a inserção da valorização do remanescente enquanto ator social, justificável de reconhecimento jurídico, pois estão os preconceitos étnicos e sociais ainda muito presentes.

Indícios de uma valorização cultural se verificam com a existência do Museu do Jagunço, em um frágil intento de democratizar a cultura. Todavia, o Museu tem carência de um gestor especificamente qualificado para mediar esse processo de promoção de internalização do reconhecimento social destes cidadãos, situação bem diversa da que fora feito na história do Brasil, em relação à entrada de imigrantes, que permanecem até hoje reconhecidos como colaboradores do povoamento dos sertões e, contributivos no processo de formação da agricultura familiar, bastante ilustrativa do modelo no sul do Brasil.

⁴¹ Constituição Federal/1988. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção II – Da Cultura. Artigo 215. (www.planalto.gov.br).

Já no que se refere à cultura imaterial dos bens culturais⁴², sobre o Movimento do Contestado, talvez não seja somente uma característica em relação à Taquaruçu, mas também em Santa Catarina, onde, trabalhar o patrimônio cultural existe enquanto proposta, mas que ainda precisa de incentivos para se estabelecer socialmente. Encontramos no plano municipal de assistência social um projeto de “História do Contestado” iniciado em 2000, a ser trabalhado pelas escolas municipais. E em Taquaruçu existia o “Grupo Renascença”, que era um grupo de danças em homenagem, principalmente, às mulheres que fazem parte da história do Contestado – como Chica Pelega e Maria Rosa –, formado, em sua maioria, por descendentes de caboclos, mas que atualmente não está em atividade.

Entretanto, quando se pesquisa junto ao IPHAN sobre os bens de Santa Catarina registrados, não se encontra nenhum dado catalogado nesse órgão federal referente aos remanescentes do Contestado, a exemplo de outras regiões que já possuem seus bens culturais materiais e imateriais ali disponibilizados para consultas, como o “Samba de roda do recôncavo baiano”, o “Sistema agrícola de Rio Negro” e as “Matrizes do samba do Rio de Janeiro”, entre outros.

Trazer essa possibilidade de se buscar apoio para valorizar a cultura material e imaterial existente na região, que envolva remanescentes do Contestado, nesse caso, em Taquaruçu, vem a ser um dispositivo legal para documentar junto ao judiciário e ao Estado à comprovação de seu pertencimento ao Contestado. Esse dispositivo se daria a partir do reconhecimento desse grupo pela sua participação na Guerra do Contestado, quando muitos perderam suas terras, suas casas e suas famílias. Mas é necessária uma intervenção das autoridades locais para o projeto progredir dentro das esferas burocráticas.

⁴² O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto 3551/00, é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro, composto por aqueles bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Consiste na produção de conhecimento sobre o bem cultural imaterial em todos os seus aspectos culturalmente relevantes. Esse instrumento é aplicado àqueles bens que obedecem às categorias estabelecidas pelo Decreto 3551/00: Celebrações, Lugares, Formas de Expressão e Saberes, ou seja, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas, que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folRegistroE.jsf>>. Acesso em: 10 Abr. 2013.

Os chamados “povos tradicionais” hoje são amparados por legislação devido ao reconhecimento dado pelo Estado referente à negligência humana da qual sofreram seus antepassados, que repercutiu, sobretudo, nas comunidades quilombolas⁴³, onde a manutenção socioeconômica desse grupo está integrada em atividades de uma economia camponesa - subsistência, sem acúmulo de lucro pelos excedentes.

Nessa linha, poderia se buscar apoio para as comunidades também excluídas, pautando-se no que traz a legislação em vigência, como é o caso dos remanescentes do Contestado, ao se perceberem e serem reconhecidos como “[...] grupos culturalmente diferenciados [...] que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social [...]”⁴⁴.

No caso da população da localidade de Taquaruçu, embora ainda não haja muitos estudos que comprovem a existência de uma identidade como remanescentes do Movimento do Contestado, se pode entender que esse público poderia apoiar-se no referido Decreto 6.040/2007, no intuito de contemplá-los, particularmente quando ele trata do desenvolvimento sustentável para povos e comunidades tradicionais. Mais precisamente, no parágrafo III, refere-se ao “Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras”, que faz parte da política nacional em referência aos povos e comunidades tradicionais. Um dos princípios dessa legislação é a articulação com outras políticas públicas, como é o caso do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica, entre outros instrumentos que venham colaborar na emancipação individual e conscientização coletiva nos campos social e político.

⁴³ Cf. Decreto nº 4.887 de 20/11/2003: Regulamenta os procedimentos para medições para titulações de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombolas.

⁴⁴ Cf. Decreto 6.040 de 07/02/2007: Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se analisar como estão vivendo os remanescentes do Contestado em Taquaruçu, no município de Fraiburgo, com base em averiguações dos principais fatores que interferem na sua reprodução social, sobretudo as condições de moradia, o acesso à terra, o trabalho familiar remunerado, os aspectos de sociabilidade, o acesso aos serviços e às políticas públicas, algumas práticas e manifestações culturais referentes ao seu reconhecimento identitário como remanescentes do Contestado.

Essas análises puderam ser aprofundadas qualitativamente devido à permanência da autora na comunidade para a realização da pesquisa. Desta maneira, foi possível acompanhar o cotidiano das famílias pesquisadas, além dos demais moradores da localidade objeto do estudo. Vivências que renderam informações importantes para os resultados da pesquisa, que “afloraram” casualmente durante longas horas de conversas informais, pois não se restringiu apenas aos momentos específicos de coleta de dados através de uma entrevista formal.

Pode-se afirmar que a reprodução social dessa população, por meio também “das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social (YAZBEK, 2007, p. 03)”, vem ocorrendo, mas de forma limitada, tanto por fatores internos quanto externos à comunidade. Quanto aos fatores internos se percebe que a formação da identidade, aqui entendida como fundamental para o reconhecimento jurídico, vem se reproduzindo a partir das identidades dos antepassados, mas também com interação entre as etnicidades dos grupos, tanto quanto para remanescentes e, de certa maneira, para descendentes de migrantes, mas que a desses últimos se sobrepôs a dos remanescentes. Já aos fatores externos, umas das principais dificuldades é o isolamento da comunidade no que se refere aos serviços e políticas públicas básicas como saúde, educação, lazer, transporte público, entre outros que, são partes de um processo de ganho de autonomia, consciência política e cidadania.

Agrega-se a isso, a verificação de grande desigualdade socioeconômica entre os diferentes grupos sociais moradores da localidade estudada. Os descendentes de migrantes italianos, agricultores familiares, têm se caracterizado por uma identidade fortalecida e uma situação econômica diferenciada em relação aos remanescentes, o que permite às novas gerações uma relativa segurança em relação às trajetórias sociais a serem seguidas, seja na propriedade familiar para trabalhar nas atividades agrícolas - embora cada vez mais

os jovens e as jovens recusem seguir a profissão de agricultor, o que implica na crise sucessória familiar -, seja nas estratégias formuladas pela juventude com vistas à busca de oportunidades em outros espaços sociais, sobretudo na sede das cidades da região ou fora delas, bem como a vontade de exercer trabalhos não agrícolas, mediante a continuidade dos estudos ou mesmo novas profissões.

Ainda assim, algumas tradições têm acompanhado os descendentes de migrantes italianos desde seus antepassados, não apenas em questões simbólicas, mas em aspectos mais concretos como o caso da herança da propriedade da terra passando entre as gerações e, uma identidade coletiva que permite reproduzi-las entre as famílias de mesmo status social em sua maioria, com a oportunidade de certo equilíbrio em sua reprodução devido ao compartilhamento dos mesmos costumes e mesmo acesso aos bens que seus familiares vêm construindo ao longo dos tempos. Essa possibilidade de reprodução social verificada entre este segmento importante dos descendentes de migrantes italianos possibilita certa autonomia, ainda que limitada em alguns aspectos, e reforça uma identidade social hegemônica nesse território com poder manifesto nas práticas socioculturais e políticas, enfim, um status diferenciado em relação às populações de “não migrantes italianos”.

Já no que se refere à situação dos remanescentes do Contestado, na localidade estudada, verificou-se que esse grupo social permanece em uma situação de exclusão social, vivendo em condições muito precárias e com implicações importantes na sua reprodução social, afetados que são por hierarquias, desigualdades e estigmatizações no que diz respeito à identidade social, sobretudo por serem caracterizados de forma pejorativa como descendentes de “caboclos e jagunços”. Uma identidade estigmatizada “transferida” para as gerações atuais, muitas vezes de forma encoberta. Nesse processo, há dificuldades para os integrantes dessas famílias (re)construírem uma identidade coletiva enquanto remanescentes, pois tampouco conseguem se perceber como cidadãos possuidores de direitos que podem permitir o seu reconhecimento e valorização na sociedade, seja na localidade em que vivem ou em outros espaços sociais.

Historicamente, os remanescentes tiveram sua cultura, costumes, valores e sociabilidades sobrepostos pelo processo de colonização na região Oeste de Santa Catarina e, desde então, suas práticas culturais são “sufocadas” pelas manifestações culturais de outras etnias. As que ainda não se perderam, são realizadas internamente no grupo e lembradas externamente via história do Contestado.

Quanto à percepção interna se constatou, por exemplo, nos eventos realizados pela igreja católica, praticamente o único espaço de sociabilidade da comunidade, no qual não se percebe a manifestação espontânea nas tomadas de decisões para que haja uma participação dos remanescentes como ouvintes, ou seja, as práticas não se dão na sua esfera de valores culturais que são transmitidos de geração em geração. Nesse espaço foi cristalizada a cultura dos descendentes de migrantes, bastante ligados às ordens religiosas. O processo inverso, o da presença dos descendentes de migrantes em cultos populares dos remanescentes, como a “recomenda das almas”, foi relatado como ocorrência excepcional de apenas alguns moradores.

Sem terra suficiente para uma produção agrícola ou pastoril que poderia proporcionar uma relativa autonomia econômica ou mesmo inseri-los em uma esfera social de maior prestígio, acabam por conduzir as novas gerações a uma reprodução social estigmatizada, com permanências da falta de reconhecimento por parte da sociedade circundante e, sobretudo, pelas instituições governamentais e seus programas e políticas.

Outro fator importante e possivelmente, hoje em dia, determinante, é a falta de perspectiva para uma mudança, tanto de cunho social, como econômico, uma vez que os remanescentes não têm reconhecimento social que os legitime, que lhes dê legalidade e oportunidade enquanto remanescentes. Como trabalhadores diaristas no meio rural também são poucas as suas perspectivas, pois além de não terem os seus direitos trabalhistas devidamente reconhecidos, não são considerados agricultores familiares e, em decorrência, não são contemplados com as políticas públicas vinculadas a este segmento social. Políticas essas que poderiam viabilizar mudanças na sua condição social, pela possibilidade de afirmação de uma identidade coletiva, que emergisse no grupo por meio de uma consciência política orientada para o exercício de uma cidadania plena.

Felizmente, muito se avançou nas pesquisas históricas sobre a Guerra ou Movimento do Contestado em Santa Catarina, mas ainda assim, o debate encontra-se centrado, sobretudo, no âmbito acadêmico. Então, precisa ser inserido em outras esferas políticas e sociais e, principalmente, verificar-se quais são as condições reais da reprodução desses remanescentes, pois diferem essencialmente do que se constata de forma hegemônica na agricultura familiar, na medida em que não se constituem ainda como uma categoria reconhecida socialmente, como é o caso da agricultura familiar.

Cabe ainda dizer que, mesmo na esfera acadêmica ou científica, encontramos algumas dificuldades que precisam ser repensadas junto aos órgãos de financiamentos e programas de pós-graduação, pois diferentemente das áreas tecnológicas, as sociais, neste caso voltado para estudos interdisciplinares, seguem carentes de investimentos, especialmente quando nos referimos aos recursos necessários para viabilizar estudos e pesquisas voltados às populações não inseridas nos grandes circuitos, seja de mercado, seja de acesso às políticas governamentais. Não há como estudar problemáticas sociais complexas, como é o caso das verificadas no caso estudado, sem o diálogo das distintas áreas, principalmente porque uma única área ou um único pesquisador não pode dar conta de um objeto de estudo que possui diversas dimensões implicadas na sua compreensão. Nesse sentido, além do apoio dos recursos materiais, é fundamental o diálogo entre diversos profissionais que, no caso estudado, poderiam contribuir com o aporte de conhecimentos de diversas áreas de conhecimento como a história, a antropologia, a sociologia, o serviço social, a agronomia, entre outras.

Nessa perspectiva, a adesão de diferentes profissionais numa perspectiva interdisciplinar poderia agilizar a viabilização de propostas concretas em termos de políticas e programas orientados para esta população de remanescentes do Contestado, que carecem de uma mediação para a reconstrução de uma identidade coletiva. A partir das demandas e iniciativas desse público em nível local, com apoio de agentes externos comprometidos com o reconhecimento social dos remanescentes, poderiam ser criadas condições para que esta população afirme a sua identidade na medida em que se reconheçam como remanescentes, embora ainda não manifestem publicamente este desejo, principalmente porque não possuem o apoio necessário ou mesmo as condições político-institucionais para isso.

Enfim, almeja-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir não só com as reflexões acadêmicas em torno dessa problemática, mas também com o processo de reconhecimento, valorização e afirmação social da identidade de remanescentes do Contestado, num território que apresenta fatos históricos marcantes e que possui uma população que viveu intensamente esta história, mas que, ainda hoje, sofre as consequências das mazelas provocadas pela exclusão, invisibilização social e omissão por parte do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS:

DOCUMENTOS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.do.htm>. Acesso em: Nov. 2013.

Plano Municipal de Assistência Social – Fraiburgo – SC/2010 a 2013. Relatório de Campo. Fraiburgo/SC. Nov. 2012.

Relatório de sócios por situação (todos os sócios). Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo. Fraiburgo/SC, 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2005.

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana M. de. **Como fazer referência**: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos. Fev. 2007. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/home982.PDF>>. Acesso em: 22/01/2014.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2000.

_____, Neusa Maria Sens. “Colonos Italianos” e “Caboclos” no Planalto Catarinense. In: GODOI, Emília Pietrafesa de et al (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

BRANDT, Marlon. **Uso comum e apropriação da terra no município de Fraiburgo – SC**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2007.

_____; NODARI, Eunice. **Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória.** História Unisinos. V. 15, nº 01, janeiro/abril. 2011. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/viewFile/964/167>>. Acesso Nov. 2013.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 1-12, 2008.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no horizonte dos jovens. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da, et al. (Orgs). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares.** Rio de Janeiro: Campus, 1998, p. 97-117.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho.** 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COSTA, Carolina Rodrigues. **Políticas Públicas e lutas sociais no meio rural: dilemas e contradições do PRONAF.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2013.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma História da vida rural no Brasil.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **A memória como espaço fantástico.** Porto Alegre: Iluminuras: Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, nº2. Porto Alegre: Banco de Imagens e Efeitos Visuais, PPGAS/UFRGS, 2000c.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** São Paulo: Ed. Globo, 2000.

FELISBINO, Pedro A. **Voz de Caboclo: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu.** Imprensa Oficial do Estado de SC. Florianópolis, 2002.

GERHARDT, Marcos. **História ambiental da erva-mate**. 2013. 290. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. Terras e territórios de Negros no Brasil. **Cadernos de textos e debates do NUER**. Nº 1, Florianópolis: NUER/UFSC, 1990.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos cadernos NAEA**. Vol. 2, nº 2. UFPA, 1999.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Invenção e tradição na formação das “Cidades Santas” do Contestado. In: Associação Latino-Americana de Sociologia Rural – ALASRU. 8. 2010. Porto de Galinhas. **Anais...** 24p.

_____. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). SP: Ed. Unicamp, 2004.

_____. **Política de Colonização no Império**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MINAYO, M. C. S. et al. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTENEGRO, Antonio T; MONTYSUMA, Marcos F. F.; DUARTE, Geni; FROTSCHER, Méri & LAVERDI, Robson (Orgs.). **História Oral**: desigualdades e diferenças. Recife/Florianópolis: EDUFPE/EDUFSC, 2012.

MONTYSUMA, Marcos F. F. Um encontro com as fontes em História Oral. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, PUCRS, 2006.

MOTTA, Márcia M. M. (Org.), **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Paralelo 15, 2006.

PACE, Richard. **Abuso científico do termo 'caboclo'?** Dúvidas de representação e autoridade. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. 2006, vol.1, n.3, pp. 79-92. * Boletim existe desde 1894.

PODELESKI, Onete da S. **Terras e colonização em discussão no Parlamento Imperial: o debate da Lei de Terras em 1843**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**. Nº 10, vol. 5, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A Pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto história**. São Paulo, (14), fev. 1997.

QUIJADA, A. B. **Las complementarias vías para superar la pobreza rural**. Revista Rural Latinoamericana Equitierra, n. 9, p. 4-10, jun. 2011.

RENCK, Arlene. **Etnicidade e itinerários dos grupos étnicos no Sul do Brasil**. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 22, 1998, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1998. p. 4.

_____. **Etnicidade e itinerários dos grupos étnicos no Sul do Brasil.** In: XXII Encontro da ANPOCS. 22. 1998. Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 1998. p. 13.

_____; Savoldi, A. Reconversão cabocla e invenção das tradições. **Revista Grifos**, nº 25, dez. 2008. 24p.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense.** Chapecó: Grifos, 1997.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologias** [online]. 2011, vol.13, n.27, pp. 24-51.

SANSONE, Livio. FURTADO, Cláudio Alves (Org.). **Dicionário das Ciências Sociais dos países de fala de língua portuguesa.** Salvador: ABA Publicações/EDUFBA, 2014. 494p.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e Latifúndio: efeitos da lei de 1850.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2006.

VENSON, A. M., PEDRO, J. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral** (Rio de Janeiro), v. 15, 2012, p. 125-139.

WANDERLEY, M.N.B. **O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade.** In: Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 17, n.1 - UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Significado sociohistórico da profissão. In: **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) /Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Tradução de Daniel Grassi. Bookman ed. Porto Alegre, 2001.

ZARTH, Paulo A. **Do arcaico ao moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: UNIJUI, 2002.

APÊNDICE: Roteiro da entrevista

ROTEIRO DA ENTREVISTA

I – Dados da(o) entrevistada(o)

Nome (completo):

Local e data de nascimento:

Profissão atual:

II- Dados complementares

Data da entrevista:

Local da entrevista:

III – Roteiro de perguntas:

Qual(is) atividade(s) desenvolve durante o ano?

São atividades autônomas ou você é associado a alguma empresa (Sadia, Perdigão, Pomifrai, ...)?

Toda família trabalha na agricultura? (os que não trabalham o que fazem?)

Está satisfeito com a sua atividade atual? O que faz com que não mude daqui? (caso queria mudar, para onde e fazer o que)

E como sua família veio morar aqui?

O que você tem haver com a história do Contestado? (se negativo, porque não tem?)

O que Taquaruçu tem da época do Contestado? O que poderia ter e não ter?

O que você acha que as pessoas querem dizer quando usam as palavras “Contestado, Jagunço, Fanático, Caboclos”?

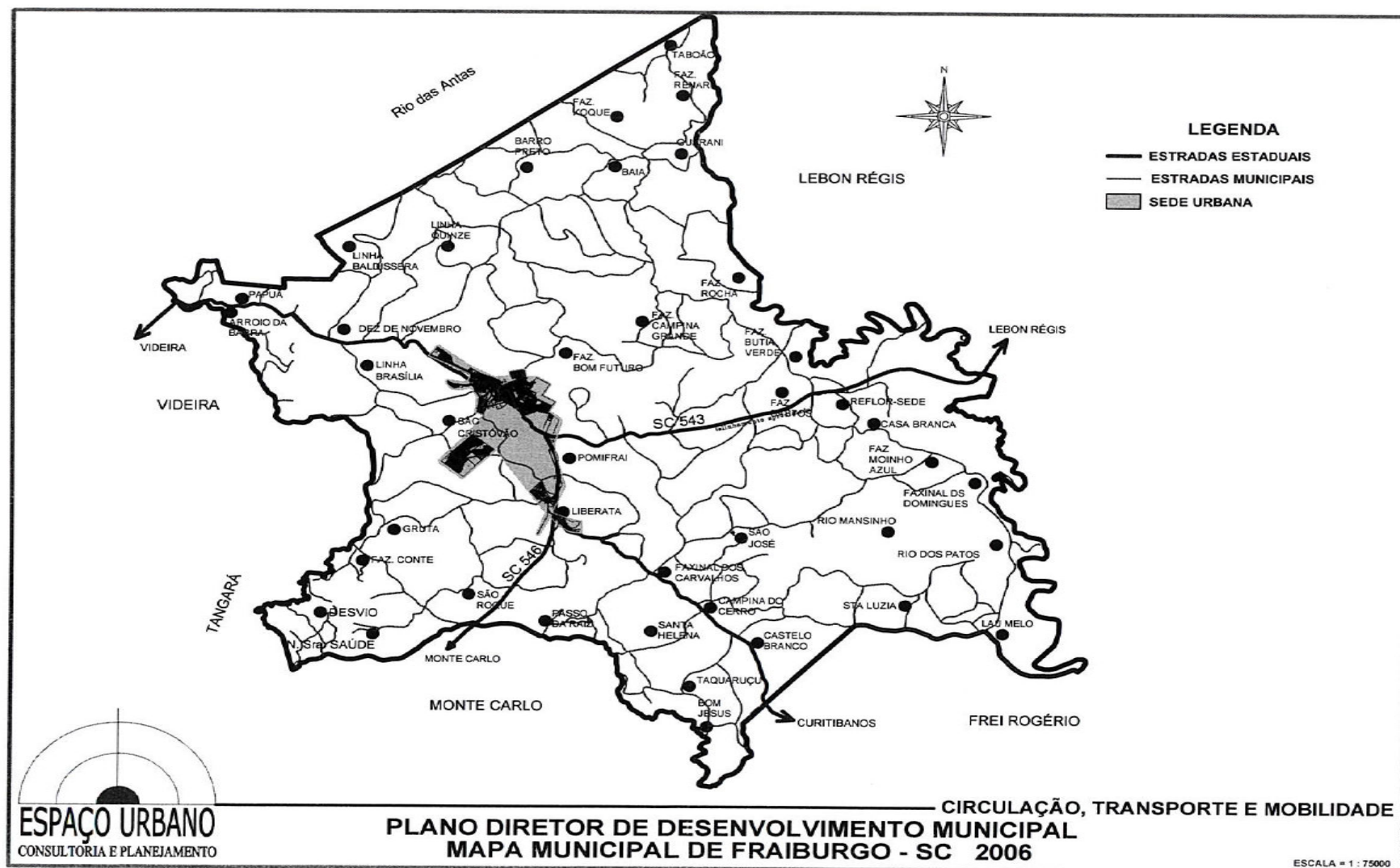
Pode me contar se tem algum costume ou história que ainda é da época da “cidade santa” (do reduto) do Contestado aqui?

Pensas que em nome dos antepassados envolvidos com o Contestado se poderia lutar por algum direito? Qual?

O que precisa melhorar em Taquaruçu?

ANEXO A: Mapa Colonização de Santa Catarina

ANEXO B: Mapa de Circulação, Transporte e Mobilidade (Fraiburgo/SC)



FRAIBURGO (SC). Mapa de Circulação, Transporte e Mobilidade. 2006. Cedido pela Prefeitura em Ago. 2013.